

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LÁZARA LUANA OTTO DE OLIVEIRA

A ATUAÇÃO DO CONSELHO DA COMUNIDADE NA REINSERÇÃO SOCIAL
DAS PESSOAS EM CONFLITO COM A LEI ANTITÓXICOS NA COMARCA DE
MATINHOS- PR

MATINHOS

2020

LÁZARA LUANA OTTO DE OLIVEIRA

A ATUAÇÃO DO CONSELHO DA COMUNIDADE NA REINSERÇÃO SOCIAL DAS
PESSOAS EM CONFLITO COM A LEI ANTITÓXICOS NA COMARCA DE
MATINHOS- PR

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento
Territorial Sustentável, no Curso de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor
Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Lucinda de
Oliveira

Coorientadora: Prof. Dr. Marisete T. Hoffmann
Horochovski

MATINHOS

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

O48	<p>Oliveira, Lázara Luana Otto de A atuação do conselho da comunidade na reinserção social das pessoas em conflito com a lei antitóxicos na comarca de Matinhos - PR / Lázara Luana Otto de Oliveira ; orientadora Adriana Lucinda de Oliveira. – 2020. 104 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2020.</p> <p>1. Conselho da comunidade (Matinhos, PR). 2. Políticas públicas (Matinhos, PR). 3. Litoral do Paraná. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.</p> <p>CDD – 340.9</p>
-----	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **LÁZARA LUANA OTTO DE OLIVEIRA** intitulada: **A ATUAÇÃO DO CONSELHO DA COMUNIDADE NA REINserÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS EM CONFLITO COM A LEI ANTITÓXICOS NA COMARCA DE MATINHOS/PR**, sob orientação da Profa. Dra. ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 30 de Março de 2020.

Coorientador - Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

02/04/2020 17:09:44.0

ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

03/04/2020 14:53:38.0

JOSE LANNES DE MELO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

02/04/2020 17:05:58.0

MARCO ANTONIO DA ROCHA

Avaliador Externo (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - MPPR)

Assinatura Eletrônica

02/04/2020 17:03:32.0

MARISETE TERESINHA HOFFMANN HOROCHOVSKI

Coorientador - Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho da Comunidade da Comarca do Município de Matinhos - Paraná por ter me recebido e permitido a pesquisa.

Agradeço imensamente aos participantes da pesquisa pelas entrevistas cedidas e quero dizer que foi um prazer e também uma responsabilidade muito grande estar ao lado de vocês nesses 24 meses de caminhada.

Às minhas orientadoras pela dedicação, respeito e comprometimento com minha pesquisa.

Aos estagiários e bolsistas do Projeto de Extensão “Conselho da Comunidade em Ação”, sem o empenho e colaboração de vocês tudo teria sido muito mais difícil.

Agradeço a Universidade Federal do Paraná, meus colegas de turma e a todas as professoras e professores do curso.

E agradeço também a todos que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa.

Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
E vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado
é a carne negra.

(Seu Jorge, Marcelo Fontes do Nascimento e Ulisses Capelleti)

A minha mãe, meu pai e meu irmão.

RESUMO

Esta pesquisa é fruto de vinte e quatro meses de estudo e imersão no Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos, litoral do Paraná, no projeto de extensão “Conselho da Comunidade em Ação” em parceria com a Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral e o curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, que possibilitaram o acesso aos dados, aos participantes da pesquisa e as análises feitas durante o processo. Os objetivos deste trabalho foram analisar a atuação do Conselho da Comunidade de Matinhos na reinserção social das pessoas em conflito com a Lei 11.343/2006, bem como verificar a legislação que versa sobre o Conselho da Comunidade; identificar as especificidades deste Conselho; caracterizar o perfil das pessoas acompanhadas por este órgão e que violaram a lei 11.343/2006 e averiguar como se dá esse acompanhamento tendo em vista as oportunidades de acesso a políticas públicas e sociais nesse território. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo foi de caráter qualitativo, de modo que as técnicas para coleta de dados foram: a) pesquisa bibliográfica; b) pesquisa documental; c) observação e caderno de campo; d) entrevista semiestruturada com o recorte abordado, e e) observação e acompanhamentos dos atendimentos e da rede de atendimento do município. Os dados confirmam o que a estimativa brasileira já traz, as pessoas em conflito com a Lei 11.343/2006 são em sua grande maioria homens, pretos ou pardos, com baixa escolaridade, sem aperfeiçoamento profissional, inseridos nos espaços informais de trabalho, com baixo poder aquisitivo, que possuem sua defesa processual pautada no defensor público. A maior parte destas pessoas não acessa programas sociais e tem dificuldades para acessar outros serviços. O Conselho, por sua vez, vem criando estratégias para contribuir com estas pessoas, porém ainda de forma bastante limitada visto a sua condição jurídica e de estrutura técnica. Uma das alternativas foi a parceria com a UFPR por meio de ação extensionista compreendendo o acompanhamento social e o acesso a cursos de aperfeiçoamento e capacitação, além da proposição da retomada dos estudos, geração de trabalho, qualificação e renda. Há que se destacar ainda o compromisso social e político da diretoria do Conselho, que no momento é composta por um grupo de pessoas que tem utilizado de sua rede de contatos para fortalecer e visibilizar o papel e a importância da participação da sociedade civil no debate da política de execução penal nesse território.

Palavras-chave: Conselho da Comunidade; Execução Penal; Lei Antitóxicos; Território; Políticas Públicas

ABSTRACT

This research is the result of twenty-four months of study and immersion in the Community Council of the District of Matinhos, Paraná coast, in the extension project "Community in Action Council" in partnership with the Federal University of Paraná - Coastal Sector and the Post-Graduation Course in Sustainable Territorial Development, which allowed access to the data, the participants of the research and the analyses made during the process. The objectives of this work were to analyze the performance of the Community Council of Matinhos in the social reinsertion of people in conflict with the Anti-toxic Law, as well as to verify the legislation that deals with the Community Council; to identify the specificities of this Council; to characterize the profile of the people followed by this body and who violated the law 11.343/2006 and to investigate how this follow-up takes place in view of the opportunities of access to public and social policies in this territory. The methodology used for the development of this study was qualitative, so that the techniques for data collection were: a) bibliographical research; b) documentary research; c) observation and field notebook; d) semi-structured interview with the approached cutout, and e) observation and accompaniment of the attendance and the net of attendance of the city. The data confirm what the Brazilian estimate already brings, the people in conflict with the Anti-toxic Law are in their great majority men, black or brown, with low schooling, without professional improvement, inserted in the informal work spaces, with low purchasing power, which has its procedural defense based on the public defender. Most of these people do not access social programs and have difficulties in accessing other services. The Council has been creating strategies to contribute with these people, but still in a very limited way given their legal status and technical structure. One of the alternatives was a partnership with the UFPR through extensionist action, including social monitoring and access to training courses, in addition to proposing the resumption of studies, job generation, qualification and income. The social and political commitment of the board of directors of the Council should also be highlighted, which currently consists of a group of people who have used their network of contacts to strengthen and make visible the role and importance of the participation of civil society in the debate on the policy of criminal execution in this territory.

Key-words: Community Council; Criminal Execution; Anti-Toxic Law; Territory; Public Policies

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - UNIDADE DE ANÁLISE E VARIÁVEIS EM PESQUISA DE LEVANTAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS SUJEITOS QUE VIOLARAM A LEI 11.343/2006	46
QUADRO 02 - ARTIGOS E RESUMOS APRESENTADOS	60
QUADRO 03 - TIPOS DE ATIVIDADES QUE SABEM DESENVOLVER SEM TER FEITO CURSO	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.A.	- Alcoolicos Anônimos
CF	- Constituição Federal
CGJ/PR	- Corregedoria Geral de Justiça do Paraná
CNPCP	- Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CNS/MS	- Conselho Nacional de Saúde/ Ministério da Saúde
DEPEN	- Departamento Penitenciário Nacional
FECCOMPAR	- Federação dos Conselhos da Comunidade do Paraná
FNSP	- Fundo Nacional de Segurança Pública
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INC	- Instrução Normativa Conjunta
INFOPEN	- Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LEP	- Lei de Execução Penal
MP/PR	- Ministério Público do Paraná
N.A.	- Narcóticos Anônimos
ONGS	- Organizações Não Governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
PARPREC	- Plano de Aplicação de Recursos e Prestação de Contas
PROJUDI	- Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná
PRONASCI	- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SENASP	- Secretaria Nacional de Segurança Pública
SINESPJC	- Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal
SISNAD	- Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas
SUSP	- Sistema Único de Segurança Pública
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPR	- Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	18
2.1	CIDADANIA, EXECUÇÃO PENAL E REINserÇÃO SOCIAL.....	18
2.2	POLÍTICA PÚBLICA E POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA	28
2.3	ESTADO DA ARTE DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA	30
2.4	VIOLÊNCIA, ECONOMIA CRIMINAL E TRÁFICO: PERSPECTIVA TERRITORIAL	37
3	CAMINHO METODOLÓGICO.....	44
3.1	ANÁLISE DOS DADOS	48
3.1.1	CONSELHO DA COMUNIDADE: ASPECTOS TEÓRICOS, LEGISLATIVOS E POLÍTICOS.....	48
3.1.2	O CONTEXTO DA ANÁLISE DOS DADOS: CONSELHO DA COMUNIDADE DE MATINHOS.....	56
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	65
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS	90
	APÊNDICE A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	98
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	99
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA CARACTERIZAÇÃO DE PERFIL E ATUAÇÃO DO CONSELHO DA COMUNIDADE NO ACOMPANHAMENTO DAS PESSOAS QUE VIOLARAM A LEI 11.343/2006	102
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO CONSELHO DA COMUNIDADE NO ACOMPANHAMENTO DAS PESSOAS QUE VIOLARAM A LEI 11.343/2006.....	104

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resultado de uma caminhada de dois anos no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável e consequentemente no Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos através do Projeto de Extensão “Conselho da Comunidade em Ação”, abordando as limitações e possibilidades da política pública de segurança e da política de execução penal neste território, suas correlações de força com a população alcançada pela política de execução penal e a Lei Antitóxicos.

O município de Matinhos é um território um tanto quanto segregador quando se pensa no acesso às políticas públicas, bens e serviços que o Estado oferece. E essas limitações, que também permeiam o mercado de trabalho local, acabam por contribuir com o uso, abuso e comércio de substâncias ilícitas pela população ativa para o trabalho, principalmente as mais jovens, entre 18 e 30 anos. E essas pessoas são, em sua maioria, homens, negros, pobres, com baixa escolaridade e aperfeiçoamento para o mundo do trabalho e experiência laboral residual, caracterizando-se assim o perfil da principal população atendida pela execução penal e consequentemente do Conselho da Comunidade.

A Lei de Execução Penal, n.º 7210/1984, - no artigo 4.º determina que “O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança”. Em seu capítulo VIII, artigos 80 e 81 precisamente preveem a existência de órgão a ser constituído em cada comarca onde haja pessoas em condição de aprisionamento com a responsabilidade de representar a comunidade civil nesse processo, que vai desde o início do cumprimento da pena até o reingresso ao convívio social, este órgão é o Conselho da Comunidade.

Em Matinhos, o Conselho da Comunidade foi instituído no dia 10 de novembro de 1998 por meio da portaria n.º 021/1998 constituído como órgão da sociedade civil de direitos privados sem fins lucrativos de utilidade pública municipal. O Conselho possui regimento interno sobre sua responsabilidade na participação da execução penal, bem como atribuições dos membros. A sede do Conselho está localizada no Fórum da Comarca de Matinhos, realizando a fiscalização e acompanhamento das pessoas em cumprimento de pena e/ou determinação judicial.

O Conselho da Comunidade é uma associação civil que tem por finalidade dar assistência às pessoas em conflito com a lei, planejar, acompanhar e executar projetos de ação comunitária ligados à prevenção da delinquência, organizar, administrar e fiscalizar a prestação de serviços à comunidade pelos sentenciados nesta comarca (ESTATUTO, 1998, art.2º).

A participação da sociedade no âmbito das políticas públicas penais no Brasil é um fenômeno que merece ser historiado e discutido. Aprofundar o conhecimento sobre os aspectos legais que postulam essa participação e as práticas que a configuram é relevante para que os conselhos da comunidade se apropriem das suas possibilidades, bem como desafiem as lacunas que restringem ou confundem o exercício das atividades de controle social no âmbito do sistema prisional e com os seus interlocutores (DEPEN, 2011, p. 13).

De acordo com a legislação pertinente, o Conselho da Comunidade deve ser composto por no mínimo um representante da associação comercial ou industrial, um defensor público, um advogado e um assistente social. Porém, na falta destas representações, fica a critério do juiz da execução a escolha dos integrantes do Conselho.

Na composição da diretoria do Conselho da Comunidade de Matinhos há um sargento aposentado da polícia militar, um técnico em telecomunicações, uma profissional autônoma, uma advogada, um bancário e um locutor. No conselho fiscal há uma assistente social, um gerente administrativo e um auxiliar de laboratório. Há ainda mais dois conselheiros sendo um coordenador de projetos e outro auxiliar administrativo. A direção e participação no Conselho são realizadas mediante a construção de chapa de votação e o período do mandato da chapa vencedora é de dois anos. A chapa atual já está no seu segundo ano de gestão.

O Conselho, bem como as pessoas acompanhadas por ele, despertou na pesquisadora o interesse em compreender melhor os meandros que permeiam essa atuação. Levando em consideração que toda investigação se inicia por uma questão, ou seja, um problema, cuja “resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais” (MINAYO, 2007, p. 16). Sendo assim a problemática desta pesquisa versa sobre: Como é a atuação do Conselho da Comunidade no processo de acompanhamento e reinserção social das pessoas que violaram a Lei 11.343/2006 em Matinhos - Paraná?

A escolha deste tema e consequentemente desta problemática se deu devido ao envolvimento da pesquisadora no Projeto de Extensão “Conselho da Comunidade em Ação”, projeto no qual a pesquisadora atua como técnica responsável pelas atividades desenvolvidas, como assistente social supervisionando cerca de quatro estagiários do serviço social.

Atualmente há cerca de 350 pessoas que realizam regularmente o comparecimento mensal, bimestral ou trimestralmente para colhimento de assinatura no Conselho da Comunidade de Matinhos e estão cumprindo a determinação judicial. Destas, 53 pessoas possuem envolvimento direto com a Lei Antitóxicos n.º 11.343/2006 e 30 aceitaram participar da pesquisa, compondo o universo de participantes do presente trabalho.

O recorte da pesquisa foi pensando após o primeiro contato com os dados processuais e com a população acompanhada. Nas observações realizadas pela pesquisadora percebeu-se que existe uma parcela considerável de pessoas envolvidas em delitos que violam a Lei Antitóxicos, assim como muitas das pessoas que praticam roubo e furto simples têm envolvimento com o uso e abuso de substâncias ilícitas, aumentando assim o universo de sujeitos que de alguma forma tem contato com essas substâncias. Assim, o tráfico, o uso e o abuso de drogas já são uma realidade recorrente em Matinhos e, portanto, surge o interesse de saber de que forma o Conselho da Comunidade vem trabalhando essa demanda.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), divulgado pelo Ministério da Justiça em junho de 2014, o Brasil era o quarto país com a maior população carcerária do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos, China e Rússia. Em relação à taxa de ocupação prisional, o Brasil estava em quinto lugar com 161% de ocupação, ficando atrás das Filipinas com 316%, do Peru com 223%, do Paquistão com 177,4% e Irã com 161,2%. Pode-se observar que os países com a maior população carcerária quanto à ocupação não passam pelo mesmo problema estrutural que o Brasil, tendo em vista que os Estados Unidos operam com uma taxa de 102,7%, e a Rússia opera com 94,2% (BRASIL, 2014, p. 13).

Especificamente em relação ao estado do Paraná, o INFOPEN apontou que em 2014 a população carcerária era de 28.702 pessoas, sendo o quarto estado com maior população carcerária no país. Para cada 100 mil habitantes no Paraná tínhamos em média aproximadamente 259 presos. No mesmo período, havia 35 unidades do sistema prisional no estado, totalizando 19.300 vagas, com média de 551 vagas por unidade, porém, a quantidade observada chegava a 1.480 presos (BRASIL, 2014, p.37-40). Já no mais recente Levantamento INFOPEN de 2017, essa população chegou a 50.029 pessoas no Paraná, tendo um aumento de 21.327 pessoas em apenas 3 anos (BRASIL, 2019, p.10). O Paraná continua sendo o quarto estado com a maior população carcerária do país neste levantamento de 2017.

Considerando a finalidade do Conselho da Comunidade, estabeleceu-se uma parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) com o intuito de intensificar o trabalho com as pessoas acompanhadas por esse órgão da execução penal. Foi elaborado um Projeto de Extensão denominado “Conselho da Comunidade em Ação” por professores do Setor Litoral da UFPR que atuam na defesa do acesso e garantia de direitos sociais. A ação extensionista compreende a prestação de um serviço especializado, que inclui pesquisa, mapeamento do perfil das pessoas em cumprimento de pena e/ou sanção penal na comarca de Matinhos e acompanhamento social destas pessoas e suas famílias. Os cursos universitários que desenvolvem o projeto são:

graduação em Serviço Social, Administração Pública, Gestão e Empreendedorismo e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Partindo do pressuposto da busca da defesa de direitos diante da desigualdade estruturalmente produzida, é importante pesquisar como a política de segurança pública, a execução penal e especificamente o Conselho da Comunidade estão contribuindo na retomada de vida destas pessoas no território em que vivem, visto que Matinhos apresenta fragilidades e uma precária organização de políticas públicas em seu território com destaque para a política de trabalho e renda.

Tendo a perspectiva da reinserção social como discussão central da proposta investigativa, o objetivo deste trabalho é analisar a atuação do Conselho da Comunidade de Matinhos no acompanhamento e reinserção social das pessoas que violaram a Lei 11.343/2006, que prescreve medidas de prevenção do uso indevido e estabelece normas para repressão à produção e ao tráfico de drogas. O presente texto sistematiza a produção teórica e de campo como parte da trajetória de estudo e pesquisa no Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos.

Como objetivos específicos foram propostos: I- analisar a legislação que versa sobre o Conselho da Comunidade; II- identificar as especificidades do Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos PR; III- perceber a atuação do Conselho na reinserção social de pessoas que violaram a Lei 11.343/2006; IV- caracterizar o perfil das pessoas acompanhadas pelo Conselho da Comunidade em Matinhos e por fim, V- averiguar como se dá esse acompanhamento tendo em vista as oportunidades de acesso a políticas públicas e sociais nesse território

A pesquisa é de caráter qualitativo. Assim, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, bem como os dados levantados pelo projeto de extensão “Conselho da Comunidade em Ação” e dados do Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná (PROJUDI). O trabalho contou também com uma pesquisa de campo que utilizou como técnicas de coleta de dados os registros do caderno de campo e a realização de entrevistas semiestruturadas com pessoas acompanhadas pelo Conselho e que cometeram delitos que violam a Lei 11.343/2006.

O trabalho está organizado em quatro capítulos. Além dessa introdução, nos apontamentos teóricos discorre-se sobre a política de segurança pública, a correlação entre violência, economia criminal, o tráfico de drogas em diferentes territórios e o debate sobre direitos humanos e execução penal. No terceiro capítulo apresentam-se os caminhos metodológicos traçados para o processo de investigação. O quarto capítulo aborda a

sistematização do projeto de extensão que possibilitou a pesquisa, os principais dados coletados e suas respectivas análises, a partir da pesquisa de campo no Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos. Posteriormente apresentam-se as considerações e proposições a cerca desta temática e fica evidente a caminhada que o Conselho da Comunidade de Matinhos ainda tem e que já está fazendo para alcançar um acompanhamento de qualidade que contribua para o acesso à cidadania destas pessoas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo aborda sobre a questão da organização da sociedade capitalista e de como ela contribui para a inviabilização ao acesso à cidadania. Traz também o estado da arte da política de segurança pública, a questão do tráfico de drogas e a relação do território com a economia criminal.

2.1 CIDADANIA, EXECUÇÃO PENAL E REINserÇÃO SOCIAL

Este tópico aborda sucintamente a história do estabelecimento da cidadania no Brasil e os entraves da política pública de execução penal, que parte de uma perspectiva burguesa de ajustamento da pessoa frente a ordem social capitalista, além da discussão sobre os conceitos de ressocialização, reintegração e reinserção social, este último utilizado nesta pesquisa em consonância com a Lei 11.343/2006.

Uma das implicações mais graves da dinâmica do sistema capitalista contemporâneo se dá pelo aumento do desemprego e da precarização do trabalho, fator que se agrava ainda mais quando se está cumprindo uma determinação judicial decorrente de um delito, ou após já ter cumprido todas as exigências e penas judiciais e carregar consigo o estigma de ser egresso do sistema penitenciário. A retomada da vida em sociedade é ainda mais difícil para essas pessoas, no qual este cenário compõe determinações de reincidência. Diante da constatação de vários estudos que indicam a total ineficiência do sistema penal de “recuperar” as pessoas que cometeram delito, faz-se importante discutir acerca da indagação de Maranhão (2012, p. 85) de “como reconstruir propostas de desenvolvimento sob as condições materiais de um capitalismo cada vez mais destrutivo?”

A forma capitalista de organização da produção e da divisão do trabalho foi gradualmente estendida para todas as dimensões da sociedade. Na economia capitalista a diferença de ganho e de distribuição da riqueza socialmente produzida representa uma disparidade muito grande, ocasionando hierarquias e exercício de poder. Essas relações se tornam conflituosas e estão associadas à piora das condições de vida, aumento da violência e criminalidade, do preconceito, da segregação e discriminação, o que compromete direitos coletivos básicos. Assim:

A centralização e concentração do capital garantem, assim, o poder do capital e a apropriação privada dos resultados da produção social, beneficiando poucos em detrimento de muitos. Em síntese, a concentração de renda redefine e amplia as desigualdades. A riqueza concentrada é um dos fundamentos da injustiça e contribui para naturalizar a dominação e a subserviência (CATTANI, 2013, p. 60).

Ou seja, são as diferenciadas determinações sociais, econômicas, políticas, culturais que incidem sobre o cotidiano da maioria da população que vivencia os processos de desigualdades sociais.

A concentração de renda é vista por Cattani (2013, p. 61) como obstáculo para o verdadeiro desenvolvimento, “a riqueza desmedida, controlada por minorias, se opõe ao crescimento econômico equilibrado, dificulta a progressão do bem comum e prejudica os mais vulneráveis, comprometendo a equidade na produção e repartição do excedente”.

Segundo Vieira (2006) o desenvolvimento deveria ser assumido como um fenômeno que leva em conta todas as dimensões do ser humano e diz respeito a todos os seres humanos. Sua efetivação dependeria, portanto, de uma reforma profunda das estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas existentes em cada país. Torna-se indispensável assegurar o engajamento duradouro daqueles atores sociais que se encontram envolvidos no processo. Vieira (2006) reforça a necessidade de situar as pessoas e os grupos sociais que vivem na pobreza ou são excluídos no centro do processo de desenvolvimento, ou seja, colocar as instituições econômicas (mercado) e as políticas públicas (Estado) a serviço desses grupos e não o contrário.

Sendo assim, é importante pensar em alternativas de vida que fujam dessa lógica de mercado de crescimento descontrolado sem desenvolvimento, principalmente para as camadas mais populares, que na sociedade capitalista dos meios de produção são as mais afetadas de forma negativa por essa busca desenfreada por crescimento e maiores condições de acúmulo de riquezas e de possibilidades de consumo.

Discutir o contexto da execução penal e todas as suas mazelas e desrespeitos aos direitos humanos, muitas vezes negados a essa parcela da população, é denunciar justamente a ausência de desenvolvimento, portanto o Conselho da Comunidade enquanto órgão de execução penal tem por responsabilidade além de fiscalizar o cumprimento da pena, possibilitar a participação e exercício da cidadania destas pessoas.

Partindo do direito à cidadania, é importante tratar sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, portanto, como os mesmos foram transformados no contexto de discussões sobre a criminalidade, em “privilégios de bandidos” a serem combatidos pelos homens de bem (CALDEIRA, 1991, p. 162). A noção de direitos humanos foi debate central no âmbito político

e no processo de democratização da sociedade brasileira. O Brasil, junto com vários outros países do mundo, assinou a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. A Declaração proclamada em 10 de dezembro de 1948, é fruto de uma iniciativa mundial afim de estabelecer a paz entre as nações depois da devastação que foi a Segunda Guerra Mundial.

A declaração é composta por seis páginas contendo trinta artigos que tratam dos direitos fundamentais dos seres humanos no tocante a liberdade, dignidade da pessoa humana, do direito à vida, a segurança pessoal, da não escravidão, da ausência da tortura, do reconhecimento como pessoa perante a lei, de igualdade perante a lei, da prisão não arbitrária, do gozo de asilo político, do direito a nacionalidade, de igualdade entre homens e mulheres, do direito à propriedade, a liberdade de pensamento, religião, direito a segurança social e entre outros.

Apesar desta declaração ser um documento que explicitamente defende a dignidade de todas as pessoas, independente de raça/cor/etnia, religião, gênero, sexo, condições socioeconômicas ou conflito com a lei, há uma ideia que ecoa no país de que tal documento serve para privilegiar as pessoas em conflito com a lei em detrimento das “pessoas de bem”. Como já citado anteriormente, Caldeira (1991) aponta a noção de que um movimento vem crescendo no Brasil, fomentado pela sociedade, uma campanha de oposição aos direitos humanos, relacionando-os negativamente com as pessoas em conflito com a lei. Para Caldeira (1991) essa campanha demonstra a existência de significados conflitantes e limites postos a expansão da democracia brasileira, bem como dos direitos civis, políticos e sociais das pessoas que se encontram em conflito com a justiça.

Em consonância com a declaração dos direitos humanos, cabe ressaltar ainda que todos os países signatários da Organização Mundial das Nações Unidas devem seguir as Regras Mínimas para o Tratamento de Presos e Pessoas sob Custódia da Justiça, este tratado chama-se Regras de Mandela aprovado no ano de 2015.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5.º traz diversos direitos e garantias individuais, como também faz limitações para alguns desses direitos no que tange as pessoas em conflito com a lei, mas sem obstrução de seus direitos fundamentais. Um dos direitos assegurados pela Constituição mesmo às pessoas em conflito com a lei é o da integridade física e moral. Este direito foi assegurado “a partir do momento em que o legislador constituinte banuiu e condenou a tortura e tratamento desumano ou degradante”, colocando o país como um dos pioneiros na proteção dos direitos humanos. Outro direito assegurado é o de assistência religiosa, do direito à petição sendo:

Garantido a qualquer pessoa o direito da petição, uma vez que possui eficácia constitucional e, por isso, as autoridades a quem são endereçadas estarão obrigadas a receber, examinar e responder a reclamação feita, e se assim não fizer, estará violando um direito líquido e certo do peticionário. Podemos salientar que é através desse direito de petição, direito constitucional, que os detentos denunciam casos de tortura ou abusos cometidos dentro do meio carcerário (COSTA SANTOS, 2018, p. 16).

Além destes, há também o direito a assessoria jurídica integral e gratuita para aquelas pessoas que não tenham condições de prover recursos para sua defesa, cabendo ao Estado prover defensor público para fornecer informações à pessoa no auxílio em relação a sua defesa, sendo a Defensoria Pública a instituição jurisdicional do Estado responsável por orientar e defender em todos os graus as pessoas que dela necessitem. Um agravante no município de Matinhos é que ele não conta mais com esse serviço, sendo a Defensoria Pública extinta da comarca no ano de 2017. Outro direito contemplado na Constituição é o direito à indenização por erro judiciário ou por prisão além dos limites estabelecidos na pena, desta forma, o Estado se responsabilizará objetivamente por indenizar o condenado se o mantiver preso além do tempo estabelecido na pena ou ocorrer erro na aplicação da pena.

Deste modo, o Conselho da Comunidade de Matinhos faz parte de uma rede de relações entre os serviços disponíveis neste território que faz o acompanhamento das pessoas que venham a ter conflitos com a lei, além de contribuir para o acesso à justiça e condições dignas durante o processo de reclusão, e cooperar para que elas não venham a reincidir.

Cabe aqui situar o conceito de cidadania e até mesmo o de direitos humanos, questões que na maioria das vezes são negadas às pessoas em conflito com a lei e consequentemente seus familiares. Os grandes movimentos em prol da democracia e da cidadania no Brasil se deram após o fim do regime militar em 1985. A cidadania não foi uma concessão às pessoas, mas sim o resultado de lutas constantes, travadas quase sempre de baixo para cima.

De acordo com Coutinho (1999, p. 42), a cidadania é:

A capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

Os direitos são fenômenos sociais, são o resultado da história. Marshal (1967) definiu três níveis de direitos, traçando uma ordem cronológica para o surgimento desses direitos na sociedade moderna, um processo que se inicia com os direitos civis, passa pelos direitos políticos e se estende aos direitos sociais.

Os direitos civis são aqueles fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei. Liberdade para escolher o seu trabalho, para manifestar seus pensamentos, de organizar-se, de não ser condenado sem processo legal e regular. “São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos” (CARVALHO, 2002, p. 9). Os direitos políticos são aqueles que se referem à participação do cidadão no governo da sociedade, de votar e ser votado, de fazer posicionamentos políticos. E os direitos sociais são aqueles que garantem a participação na riqueza coletiva. Inclui o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. “Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir excessos de desigualdades produzidas pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos” (CARVALHO, 2002, p. 10).

Uma cidadania plena, na qual as pessoas tenham garantida a liberdade, a participação e igualdade para todos é um ideal talvez não atingível, pois “a cidadania plena parece-me incompatível com o capitalismo” (COUTINHO, 1999, p. 47). No Brasil, ainda que alguns direitos tenham se estabelecido, a efetivação dos mesmos ainda não se concretizou na sua totalidade, sobretudo na política de segurança pública e execução penal.

O sistema de proteção social no Brasil tem início na década de 1930, período em que o Estado passa a assumir a regulação e manutenção das políticas de saúde, educação, previdência e habitação. Estando comprometido com o mercado, o Estado considerava cidadão aquela pessoa que possuísse a condição de trabalhador, assim, o acesso a essas políticas estava vinculada à condição de trabalhador tendo como critério a comprovação da carteira de trabalho devidamente assinada.

Portanto, tem se início o conceito de cidadania regulada, onde acontece o processo de regulação de determinadas profissões pelo Estado, concedendo-lhes direitos sociais a parte dos trabalhadores vinculados a tais ocupações. A carteira de trabalho dava à pessoa a oportunidade de exercer a cidadania. “Uma parcela da população trabalhadora das regiões urbanas do país podia ser considerada como cidadã. Os trabalhadores, agora identificados como cidadãos, passam a serem sujeitos de direitos” (COSTA, 2016, p. 44).

O exercício da cidadania tem seus entraves estabelecidos no regime de governo da Ditadura Militar iniciado em 1964, o que ocasionou retrocessos nos direitos, principalmente civis e políticos. O caminho da cidadania brasileira só atinge seu auge na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal em 1988, mais conhecida como Constituição Cidadã, e apresentou uma série de avanços que foram conquistados pelos movimentos sociais.

A concepção sobre uma nova cidadania que permeia o texto constitucional, podendo ser, por vezes contraditório, é resultado da mobilização dos movimentos sociais que pressionavam por direitos tencionando para que fossem contemplados os anseios das camadas populares da população. A superação de um ‘conceito liberal de cidadania’ por uma nova cidadania ou cidadania ampliada formulada pelos movimentos sociais (COSTA, 2016, p. 45).

A articulação dos movimentos sociais, junto aos partidos de esquerda e a setores mais progressistas culminou em um movimento nacional que possibilitou a ampliação da cobertura dos direitos na Constituição. Exemplo disso foi a articulação das políticas de assistência social, saúde e previdência social que formam a seguridade social, destaca-se também a previdência para os trabalhadores rurais e o Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado em 1990, resultando em uma nova organização no atendimento desta parcela da população.

Desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, vários foram os avanços no tocante à ampliação da cidadania, garantindo direitos fundamentais mesmo para as pessoas em conflito com a lei e com restrição de liberdade. Sempre permeada pelas correlações de forças que fazem parte da dinâmica da sociedade, porém com a eleição do atual governo, estamos a vivenciar um período de retrocessos em todas as esferas da vida em sociedade, como algumas medidas tomadas pelo mesmo já vem demonstrando, principalmente com relação aos direitos sociais.

Apesar desse avanço com a Constituição de 1988, o Brasil e sua história são marcados pela dominação de uma classe sobre a outra, baseado em estruturas hierarquizadas que privilegiam pequenos grupos da elite, enquanto marginalizam e excluem a massa popular. Nosso país é território que traz nas suas relações sociais, econômicas e políticas a marca do clientelismo e paternalismo, restringindo a garantia dos direitos humanos para a burguesia, indicando que “há condições humanas e dignas para um pequeno grupo dominante, e há miséria e negação de direitos elementares para a grande massa dominada” (SILVA OLIVEIRA, 2018, p. 78).

No que compete à execução penal, esta “como instrumento de controle social está inspirada em uma ideologia” (LYRA, 1972. p. 175), denominada por Lyra como ideologia do capital. Na sociedade em que vivemos, estamos sob conceitos disciplinares que são próprios da classe dominante que “busca proteger as condições de vida, a estrutura econômica e o sistema de poder e dominação em vigor, refletindo-se na organização, no funcionamento e nos objetivos dos estabelecimentos penais” (LYRA, 1972. p. 175).

A ideologia que inspirou a prisão e a punição pauta-se na ideia de que a pessoa precisa ser ajustada a ordem social vigente, mesmo que esta lhe seja injusta e que componha as diferenciadas determinações das condutas criminosas. "O "importante é neutralizar o perturbador da produção, atuando sobre ele através de uma instituição total, para ressocializá-lo, ou seja, para torná-lo dócil e útil e, assim, possa ser usado como força de trabalho" (LYRA, 1972. p.184). No Brasil essa ideologia também se fez presente com ressalvas e adaptações históricas pois, "a contradição entre capitalismo e escravidão já se fazia sentir e com ela a necessidade de busca de braços para o trabalho" (LYRA, 1972. p.186).

Na realidade brasileira, a política que se sobressai é a do Estado Penal sobre o social, higienizando a sociedade e criminalizando a pobreza. As instituições penais são espaços com cor e classe social, "não se poderia esperar o contrário, pois desde sua gênese, as prisões foram criadas para os que colocam em risco a harmonia das classes sociais e que prejudicam os interesses da classe dominante" (LYRA, 1972. p.186).

O código criminal de 1830 desloca a tônica repressiva para a pena privativa de liberdade. Apesar disso, a pena privativa de liberdade ainda conviveu por algum tempo com penas de morte e outros tipos de punições violentas no que diz respeito à violação física dos condenados. Mas foi somente com o código de 1890 que a política criminal brasileira entrou mesmo em consonância com a "ideologia do capital" (LYRA, 1972), no que trata da ressocialização do criminoso, destinada a torná-lo dócil, passivo e prestador de força de trabalho.

Essa consonância tardia se deu pelo fato de que até 1888 o Brasil ainda possuía pessoas em regime de escravidão, porém com a mudança econômica para o capitalismo esse regime não era mais viável, e até se tornou mais caro que manter essas pessoas livres e em condições de vender sua força de trabalho. Porém, conceder liberdade para essas pessoas ocasionava um problema para a elite brasileira da época, pelo fato de muitas dessas pessoas não conseguirem trabalho, portanto permaneciam na ociosidade, sendo vistas como perigosas. Visto como mais um problema para a elite da época, que encontrou no encarceramento uma maneira de manter as pessoas pobres e ex-escravizadas à margem da sociedade. Portanto, o Estado traduz-se em "uma instância da sociabilidade burguesa que exerce, entre outras, a função de controle" (ROCHA, 2017 p. 27). Indicando que há uma seletividade penal, um recorte de classe, sendo os trabalhadores e a população mais empobrecida alvos dessa seleção do sistema penal.

Então, o sistema penal ao selecionar sua "clientela" entre os pobres, os negros e os trabalhadores, sinaliza aos demais componentes dessa classe social os limites (tanto

geográficos, quanto de conduta) nos quais estes podem se movimentar na sociedade, contribuindo para o exercício do controle social pelo Estado e para a manutenção de uma ordem social desigual e injusta (ROCHA, 2017, p. 56).

E essa seletividade penal ainda perdura na atualidade da política de execução penal, onde as pessoas alcançadas ainda são as populações empobrecidas com determinadas características étnico-raciais. Essa seletividade traduz a materialização da ideologia do capital, já que o Estado está a serviço do mesmo. Essa ideologia legitima a necessidade de diminuir o Estado, justificando o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na economia. Na verdade, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital (NETTO; BRAZ, 2009 p. 127).

Exemplo dessa seletividade penal é o tratamento diferenciado dado as pessoas que violam a Lei 11.343/2006. Uma parcela considerável das pessoas que são autuadas ou até mesmo condenadas pela violação da respectiva lei se encontra na linha da pobreza e extrema pobreza e possuem características raciais negras. A rotulagem “segundo atributos econômicos e sóciorraciais, que tem levado jovens pobres, sobretudo negros (...) ao encarceramento por tráfico, enquanto outros jovens com a mesma quantidade de drogas” (...) “mas com melhores circunstâncias sociais e pessoais, são enquadrados como usuários e não submetidos a prisão” (LEMGRUBER E BOITEUX, 2014, p. 296).

Compreende-se que o sistema penal se caracteriza como um instrumento de controle, baseado em uma política criminal de valores organizados em uma determinada sociedade. Os valores escolhidos como vigentes são impostos por determinada classe social que detém o controle das demais, portanto são os pobres (...) os portadores da periculosidade ficta. É sobre eles que recai a fúria persecutória do Estado. É em torno destas pessoas que se deve estabelecer um cordão de isolamento, de forma a promover a higienização social (MARTINI, 2007, p. 46).

Há a existência de um tratamento desigual em relação as pessoas pobres, e principalmente as pobres e negras, que acabam se tornando vítimas da sociedade e do aparato do Estado: normas policiais, poderes executivo, legislativo e judiciário contrariando os preceitos constitucionais que delineiam a dignidade humana e a igualdade de tratamento entre as pessoas que compõem a sociedade social refletindo-se através da economia, da política, e do poder judiciário. Isso gera a marginalização de uma parcela da sociedade que não consegue contar com nenhum tipo de proteção do Estado “encontrando sua cidadania, quando encontram, apenas no banco dos réus de um processo penal” (SOARES, s/d p. 6). Esse sistema penal apenas enfatiza a enorme distância que existe entre os pobres e a elite, o que já ocorre em outras esferas

da sociedade, não só no Brasil mas em outros países do mundo, a legislação tende a ser mais compreensiva com aqueles crimes geralmente praticados pelas classe mais abastadas, enquanto se torna mais severa com aqueles crimes praticados na maioria das vezes pelas classes pobres mostrando-se seletiva na aplicação da lei.

A função real desse sistema penal é manter a sociedade de classes, ou seja, manter o distanciamento entre a elite e a classe trabalhadora, sendo as pessoas mais abastadas, aquelas que estão no poder, geralmente não se mantêm encarceradas. Há uma discordância no sistema punitivo brasileiro, que pune de forma extremamente rígida aquelas condutas praticadas pelas classes sociais mais vulneráveis e com uma maior compreensão para com aquelas pessoas que estão em uma condição de poder e cometem delitos de diversas naturezas, muitas vezes mais graves e prejudiciais para toda a sociedade, como os crimes de corrupção e lavagem de dinheiro público.

A seletividade do sistema penal é um fenômeno perceptível, já que este reproduz o que já ocorre nos demais âmbitos sociais, em outras palavras, a latente distância entre pobres e ricos. E por mais que os ricos cometam crimes, previstos no Código Penal, sendo muito mais danosos a ordem pública, ficam quase sempre protegidos pelo sistema penal, enquanto aqueles que cometem crimes pequenos, como furtar alimentos por necessidade, são presos e duramente reprimidos pelo sistema. E isso só faz aumentar a criminalidade, pois corre o risco de serem corrompidos pela própria prisão (SOARES, s/d p. 15).

Quando se fala em sistema penal abre-se precedentes para tratarmos de ressocialização, reintegração e reinserção social das pessoas envolvidas com a criminalidade e que estão sob o cumprimento de uma pena, pois subentende-se que tais pessoas após o cumprimento desta pena voltarão a participar minimamente da sociedade. Existem muitos termos utilizados quando se quer tratar da questão do retorno da pessoa em conflito com a lei para a sociedade, mas os mais utilizados são ressocialização, reintegração social, ou reinserção social.

O termo ressocialização é usado para retratar o que deveria ser a finalidade da pena e da reclusão, ou seja, um tratamento educativo. De acordo com Baratta (1990) a realidade prisional está muito distante daquilo que deveria ser uma ressocialização, portanto o autor se desprende desta terminologia e usa a reintegração social como termo mais apropriado quando quer se falar da retomada de vida social durante e após a reclusão.

Todavia, a questão é mais ampla e se relaciona com a concepção de “reintegração social”, conceito que decididamente preferimos aos de “ressocialização” e “tratamento”. “Tratamento” e “ressocialização” pressupõem uma postura passiva do detento e ativa das instituições: são heranças anacrônicas da velha criminologia

positivista que tinha o condenado como um indivíduo anormal e inferior que precisava ser (re)adaptado à sociedade, considerando acriticamente esta como “boa” e aquele como “mau”. Já o entendimento da reintegração social requer a abertura de um processo de comunicação e interação entre a prisão e a sociedade, no qual os cidadãos reclusos *se reconheçam* na sociedade e esta, por sua vez, *se reconheça* na prisão (BARATTA, 1990, p. 03).

Reintegração Social na perspectiva da criminologia crítica significa além da reintegração do condenado a modificação e transformação da sociedade de assumir sua parte na responsabilidade dos problemas e conflitos que se encontram na prisão. Para Baratta (1990) a reintegração na sociedade da pessoa sentenciada significa a correção das condições de exclusão social, para que quando forem conduzidas para uma vida pós-cárcere não signifique o regresso à reincidência criminal ou à marginalização secundária.

Por fim, outro conceito em uso é o de Reinserção Social, conceito este que é utilizado na Lei Antitóxicos e por isso permeia esta pesquisa. A reinserção social, de acordo com a Lei 11.343/2006, remete a atividades que promovam ao usuário ou dependentes de droga e respectivos familiares a integração ou reintegração em redes sociais. Para Ganey e Lima (2011, p. 116) “é um processo contínuo e multifacetado de intervenções de apoio ao indivíduo dependente de drogas, no sentido da superação do modo de vida imposto pela dependência”. Os autores ainda salientam que esse apoio precisa se estender para as pessoas que convivem diretamente com a pessoa dependente.

A questão do uso e abuso de substâncias psicoativas bem como os delitos contidos nos artigos 33-37 da lei devem ser encarados não só como um problema de ordem judicial mas também um problema de saúde pública que implica na intervenção de diferentes políticas públicas: política de saúde, política de assistência social, política de segurança pública, de execução penal entre outras. A reinserção social deve ser entendida como um processo contínuo e de longa duração, interdisciplinar, que demanda qualificação dos serviços de atendimento e acolhimento.

Além da questão penal e de saúde, a reinserção social trata também do contexto de uma sociedade desigual como a brasileira, portanto a exclusão social se torna muitas vezes pano de fundo desse envolvimento e por fim violação da Lei 11.343/2006.

A superação dessa condição de exclusão social, produzida pela mesma ideologia do capital, faz parte do processo de reinserção social, um conjunto de fatores de ordem pessoal e social que interferem diretamente na vida destas pessoas. As intervenções devem se dar ao conjunto de agentes sociais das redes primárias de convivência, bem como um mapeamento dos recursos disponíveis na comunidade, públicos e privados, sendo:

(...) grupos de apoio nas empresas, ONGs que ofereçam cursos para qualificação profissional e/ou melhoria da empregabilidade, escolas, trabalho voluntário, programas de moradia, a rede socioassistencial, políticas e programas cultural locais, políticas específicas para segmentos (juventude, mulher, diversidade étnica, diversidade de orientação sexual etc) e o que mais houver e for útil, estratégico, significativo (GANEV E LIMA, 2011, p. 123).

A reinserção social é um direito social que deriva do direito à saúde, mas que alcança outras políticas, portanto não há como reinserir uma pessoa na sociedade efetivamente sem acessar outras políticas públicas que propiciem e garantam o exercício da cidadania. “A reinserção social passa pelo desafio dialógico de ouvir para inserir os diversos métodos de vê-la colocando como prioridade a melhora da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos” (GANEV e LIMA, 2011, p. 128).

Tendo em vista a discussão da cidadania, da execução penal e da reinserção social, percebe-se a vivência de contradições inerentes ao sistema capitalista, intensificada pela trajetória histórica do Brasil. Há atualmente um processo excludente e predador do capitalismo que culmina em um Estado a serviço do capital. Entre essas contradições estão também as lutas, reivindicações, avanços e retrocessos no acesso aos direitos o que nos leva a discutir políticas públicas e política de segurança pública delineadas como conquistas e outorgas frente à sociedade. Perceber esses processos contraditórios é importante para entender como o Conselho da Comunidade pode ser um espaço de fiscalização, mas também tem potencialidade para ser um espaço de defesa de direitos e acesso à cidadania.

2.2 POLÍTICA PÚBLICA E POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Este tópico aborda a questão da política pública e dos avanços após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da política de segurança pública, seu histórico, fases e funcionamento e como estão organizadas no cenário brasileiro. Apresenta um aporte de produção de conhecimento acerca da política de segurança pública num espaço temporal de cerca de dez anos, entre 2007 e 2017, levando em consideração a promulgação da Lei Antitóxicos em 2006, que compõe o estado da arte da referida política no Brasil, seus desdobramentos e consequentemente seus limites.

A Política Pública como área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos Estados Unidos da América, com ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. Na Europa a área de política pública surge como desdobramento dos trabalhos baseados em teorias

explicativas sobre o papel do Estado e da sua instituição mais importante, o Governo (SOUZA, 2007).

A política pública de acordo com Souza (2007), é um campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e quando necessário propor mudanças no rumo ou curso das ações. Existem vários modelos de políticas públicas como as distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. As distributivas privilegiam certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo. As regulatórias envolvem burocracia, políticos e grupos de interesses. As redistributivas atingem maior número de pessoas, impondo perdas concretas e em curto prazo para alguns grupos sociais e ganhos incertos e futuros para outros (políticas sociais universais, sistema tributário, previdenciário e etc.). E as constitutivas são as que lidam com procedimentos.

O campo das políticas públicas é entendido como espaço de discussão e de disputa a partir da concretude e das especificidades de cada território. Nesse sentido, carece de interlocutores capacitados para o controle social, gestão, participação dos usuários, monitoramento e avaliação. A importância do território em suas multidimensões reside em considerá-lo, em sua essência, como o chão concreto das políticas públicas, raiz dos números e a realidade da vida coletiva, que representa de forma proativa a base do exercício da cidadania, que fundamenta as relações sociais de vizinhança, de poder, visto que esse território também é um fator dinâmico no processo de exclusão/inclusão social, em que as desigualdades sociais se evidenciam (KOGA, 2011).

Segundo Avritzer (2016) a promulgação da Constituição Federal (1988) foi o componente responsável para o primeiro avanço da participação social no Brasil, permitindo a elaboração de emendas populares e movimentos sociais que desencadearam campanhas para obtenção de assinaturas para propostas ligadas às políticas públicas.

Esse foi um primeiro momento importante de um processo de aprofundamento democrático que criou instituições participativas nas áreas de saúde, planejamento urbano, meio ambiente e assistência social, entre outras. Ao seu final, a Constituinte gerou uma institucionalidade participativa que levou a existirem mais de vinte mil conselhos no Brasil (AVRITZER, 2016, p. 49-50).

Apesar desse avanço já enfrentamos retrocesso e contradições, uma vez que as políticas públicas no âmbito da sociedade capitalista trazem os direitos sociais pautados em uma cultura política do “patrimonialismo e seletividade” (OLIVEIRA; SILVA; ESTEVES, 2017, p. 260). As políticas públicas articulam processos contraditórios institucionais e sociais. Na atualidade o que vem a ser denominado como política pública muitas vezes são programas

dirigidos a determinado grupos focalizados, seletivos, sem um planejamento e uma avaliação satisfatória, além da falta de controle por parte da sociedade.

No que tange as políticas de segurança pública especificamente a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144 afirma que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através da polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpo de bombeiros militares.

Zimmerman (2013) diz que a função da segurança pública é de jurisdição das polícias controladas por governos civis eleitos pelos cidadãos. Para o autor, junto com a política de segurança pública devem ser implantadas políticas sociais para que a população tenha melhor qualidade de vida. Independentemente do tipo de segurança, seja ela polícia estadual, metropolitana ou exército, há a necessidade de controle das atividades realizadas para que os direitos humanos sejam preservados. Devem ser eficazes e ter continuidade independente de governo, para que tais políticas possam integrar o ciclo de políticas públicas, que compreende o planejamento, monitoramento, implementação, avaliação e sua readaptação contínua.

Para abordar como a política de segurança pública vem sendo discutida no país, foi traçado uma linha temporal de dez anos, de 2007 a 2017. A escolha foi pensada devido à promulgação da Lei 11.343/2006 e como essa discussão vem se dando ao longo desse tempo.

2.3 ESTADO DA ARTE DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Com relação à construção histórica da política de segurança pública, Azevedo e Basso (2008) trazem a questão do crescimento da criminalidade na sociedade contemporânea e analisam a segurança pública à luz da Constituição Federal, abordando duas relações possíveis entre direitos fundamentais e segurança pública: uma sobre o fato da segurança pessoal não integrar o catálogo do art. 5º da CF e a outra se refere ao fenômeno global da corrosão sofrida pelos direitos fundamentais diante das políticas de segurança pública experimentadas no mundo ocidental nos últimos anos.

Para Balestreri (2010 p.57) há correlação direta entre segurança pública e desenvolvimento, “Sem segurança não há ambiência para os três principais elementos desencadeadores do desenvolvimento (aqui, sempre tomado não como mero progresso linear, mas como construção de bem-estar para todos).” De acordo com o autor, esses elementos são: o primeiro, o processo histórico de formação de redes de engajamento cívico, o segundo fator

predisponente ao desenvolvimento, é a possibilidade de livre empreendedorismo econômico popular, e o terceiro elemento é o acesso democrático a uma educação de qualidade.

É consenso no meio acadêmico que não é possível haver desenvolvimento sem educação. Também nisso a segurança pública é fundamental, pois não se pode educar sob o império do medo, se pode até escolarizar a população, mas não educar. Educação pressupõe liberdade para criticar, para empreender, criar, ousar, construir valores solidários, para ser diferente, para questionar o pensamento hegemônico, e a ditadura do crime não admite nada disso (BALESTRERI, 2010).

O quadro dramático da segurança pública brasileira tem sido agravado pelo que o autor vai chamar de amadorismo e empirismo pela mera intuição. “As políticas intuitivas constituem-se em um verdadeiro desastre histórico para a segurança do povo brasileiro. Gestão de Segurança Pública, um tema complexo, tem que ser feita com conhecimento científico” (BALESTRERI, 2010, p. 63).

Para Costa e Lima (2014) o conceito de segurança pública fomenta dificuldades analíticas de compreensão de suas dimensões e desdobramentos. “Trata-se menos de um conceito teórico e mais de um campo empírico e organizacional que estrutura instituições e relações sociais em torno da forma como o Estado administra ordem e conflitos sociais” (COSTA E LIMA, 2014).

O termo “segurança pública” parece ter sido usado pela primeira vez na CF de 1937 (art. 16, inciso v). Em outras Constituições Federais, como a de 1934, aparece o termo segurança “interna” para tratar com matérias atinentes ao controle da ordem, fato que irá gerar vários dilemas organizacionais no país e em seu pacto federativo. É interessante constatar que, na Constituição de 1937, cabia exclusivamente à União a competência por regular a matéria e garantir **“o bem-estar, a ordem, a tranquilidade e a segurança públicas, quando exigir a necessidade de uma regulamentação uniforme”** (grifo nosso) (COSTA E LIMA, 2014).

A Constituição Federal de 1988 não define exatamente o que vem a ser a segurança pública, mas delimita quais organizações pertencem a esse campo. Após os anos 2000; com a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, as políticas de segurança pública no Brasil começaram a se modernizar, e as propostas no campo acadêmico foram sendo assumidas e ressignificadas pelo Estado. O conceito de segurança cidadã surge na década de 1990 na Colômbia e a partir dos anos 2000 chega ao Brasil.

A segurança cidadã prevê o SUSP - Sistema Único de Segurança Pública, que compete ações planejadas e o envolvimento da sociedade civil, avança-se à proteção plena da cidadania. “Uma política pública de segurança cidadã deve contar não apenas com a atuação das forças

policiais, mas é reservado também um espaço importante para as diversas políticas setoriais, como educação, saúde, esporte, cultura, etc.” (FREIRE, 2009, p.53).

Para Nobrega Júnior (2010) outra questão importante para destacar com relação à construção histórica da política de segurança pública é a base militar que ela sempre teve mesmo após a redemocratização do país, para o autor, o atual quadro da segurança pública do Estado brasileiro contempla no máximo uma “semidemocracia”.

O que prevalece na Segurança da nossa Res Publica é uma estrutura militarizada, herança do período autoritário, que não avança para outra estrutura comandada de forma eficiente por civis capacitados e direcionados para a realidade do Estado de Direito democrático (NOBREGA JUNIOR, 2010, p. 128).

Segundo o autor, apesar da Constituição de 1988 trazer outros direitos a sociedade brasileira depois de um período considerável de ditadura militar, 21 anos, a questão da segurança pública continuou a par das forças armadas o que dificulta consideravelmente a consolidação de um Estado democrático.

Assim como Nóbrega Junior (2010), Joel Cordeiro Raphael (2014) também traz a trajetória da segurança pública, fazendo a crítica com relação ao Estado brasileiro não ter desvinculado a segurança pública das Forças Armadas. Para Raphael (2014) a Constituição de 1988 não alterou o quadro da segurança pública brasileira, mas sim repetiu a vinculação da segurança urbana às Forças Armadas, sem uma conceituação específica, conservando a estrutura constitucional da segurança pública misturada a da defesa nacional, atribuindo a ambos o mesmo objetivo: a preservação da ordem pública, muito parecido com a Constituição de 1967, do regime militar. Revelando, portanto, a ausência de um processo de redemocratização do tema, demonstrando que os seus dispositivos, especificamente os referentes à segurança pública, mantem as estruturas do poder.

Jorge da Silva, pós-doutor e ex-coronel da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, em uma palestra para os policiais militares do estado da Bahia em 2010 trouxe a questão da fragilidade das corporações brasileiras no que diz respeito ao treinamento, capacitação, instrumentos de trabalho e salários, e da segurança pública em si, que foca nas pessoas em conflito com a lei e não no cidadão e na prevenção do crime.

Para ele, de forma geral, tanto a população como a corporação policial e as pessoas em conflito com a lei são vítimas de um Estado que escolhe quem vai punir e porquê vai punir, seja pela cor, pela condição econômica ou pelo lugar onde reside. Tais características são levadas em consideração pelo sistema que opera a segurança pública, fator que para Silva

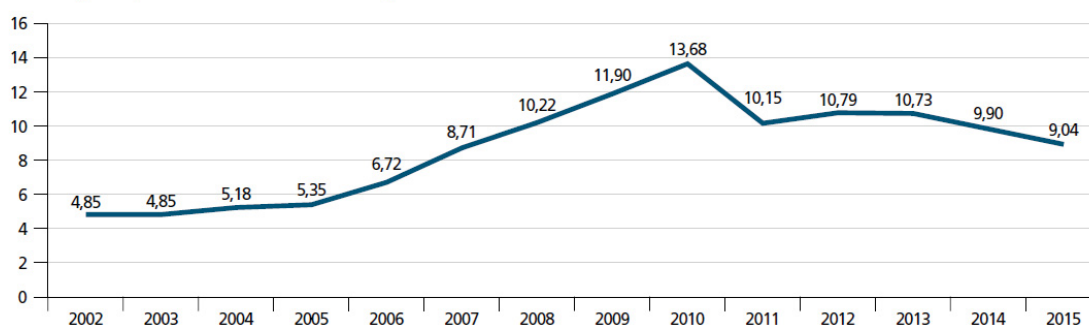
(2010) é de extrema importância para compreender a lógica da segurança no Brasil e as atitudes das corporações policiais, principalmente a militar.

Com relação ao financiamento, Bueno (2017) afirma que no caso da segurança pública, não existe a operacionalização de repasses fundo a fundo entre o governo federal e as demais esferas federativas; o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) não conta com recursos vinculados. A autonomia dos estados é muito maior nessa área relativamente às outras, bem como os orçamentos, ainda que boa parte dos recursos fique restrita ao pagamento dos salários das polícias. A autora traz dados sobre o orçamento e financiamento da política entre os anos de 2002 a 2015, em bilhões de reais, como mostra o gráfico 1:

GRÁFICO 1 : GRÁFICO DAS DESPESAS REALIZADAS COM A SEGURANÇA PÚBLICA

GRÁFICO 1

Evolução das despesas realizadas com a função segurança pública: União (2002-2015)
(Em R\$ bilhões constantes de 2015)



Fonte: Peres, Bueno e Tonelli (2016).]

FONTE: BUENO (2017).

Nota-se que com o passar do tempo o financiamento da União com a segurança pública teve um aumento considerável, principalmente no ano de 2010, sendo de 13,68 bilhões, R\$ 8,83 bilhões a mais que em seu primeiro ano, 2002. Não obstante, a autora ressalta que apesar desse financiamento o repasse para os estados e o número de convênios foi diminuindo gradativamente o que prejudica a atuação dos estados na segurança da população e combate à criminalidade, sendo esse movimento reflexo da crise fiscal que o país vem passando.

O Fundo Nacional de Segurança Pública foi criado em 2000, significando um importante passo para o fomento à cooperação intergovernamental nas áreas de implantação de sistemas de informações e estatística policial, treinamento e capacitação profissional, reequipamento das polícias estaduais e implantação de programas de policiamento comunitário. Porém, o retrocesso nos investimentos desse Fundo nos anos atuais demonstra uma diminuição

de 48% em comparação com o ano de 2002, ou seja, a política pública de segurança foi aos poucos sucateada, tendo em 2015 um valor estipulado em R\$ 337 milhões.

Bueno (2017) traz também a criação da Força Nacional de Segurança Pública:

(...) um programa de cooperação criado pelo governo federal que mobiliza profissionais de segurança pública dos estados. Estes profissionais ficam à disposição da União no Distrito Federal e, além dos salários em seus respectivos estados, recebem diárias do governo federal. A Força Nacional funciona como uma espécie de “polícia” a serviço do governo federal e é deslocada para os estados em casos de crises e calamidade pública, desde que solicitado pelo Executivo estadual. Segundo dados do MJ, no ano de 2015, 1.446 profissionais estavam mobilizados pela Força Nacional de Segurança Pública com custo estimado em R\$ 162 milhões (BUENO, 2017, p. 65).

Peres *et. al.*, (2014) trazem o histórico do financiamento das políticas de segurança pública no Brasil, analisa-as à luz do contexto do pacto federativo brasileiro propondo possibilidades de organização das informações financeiras em segurança pública, de modo a aprimorar o controle das informações dos entes federativos. Os autores abordam a questão da importância da prestação de contas principalmente com relação ao controle dos convênios. “A prestação de contas é um momento importante, no qual é possível analisar o que foi feito do recurso, como foi aplicado, contabilizado e inclusive buscar precisar os resultados alcançados” (PERES *et. al.*, 2014, p.147). Como proposta de melhoria, os autores sugerem a padronização da rubrica de receitas, controle do uso de fontes, cruzamento das classificações de despesa, identificando o responsável pelo gasto pago. “Clarificar a previsão orçamentária e também explorar o detalhamento da prestação de contas induzindo a uma contabilização padronizada das receitas e despesas objeto do repasse, pode ser alternativas para melhorar a gestão dos recursos da segurança pública” (PERES *et. al.*, 2014, p. 147).

Sobre a gestão das políticas de segurança pública, Carvalho e Silva (2011) dizem que a segurança pública é considerada uma demanda social, necessitando de estruturas estatais e demais organizações da sociedade para ser efetivada.

Às instituições ou órgãos estatais, incumbidos de adotar ações voltadas para garantir a segurança da sociedade, denomina-se sistema de segurança pública, tendo como eixo político estratégico a política de segurança pública, ou seja, o conjunto de ações delineadas em planos e programas e implementados como forma de garantir a segurança individual e coletiva (CARVALHO E SILVA, 2011, p. 60).

Os autores salientam que a complexidade da questão da segurança implica na necessidade de participação social efetiva para democratizar o aparelho estatal para garantia de uma segurança cidadã. Em contrapartida na contemporaneidade do Estado brasileiro sob a égide neoliberal, o que presenciamos é a segurança pública sendo minimizada a ações de penalização

como forma de ampliar o controle sobre a classe trabalhadora e sobre as periferias garantindo a manutenção das relações de poder.

Os governos, ao adotarem ações de repressão à criminalidade por meio da institucionalização de processos de criminalização de segmentos sociais, excluídos das possibilidades oferecidas pelo mercado, como forma de dar respostas aos anseios da sociedade em geral, contribuem para que o papel do Estado sirva aos poucos “donos do poder” em detrimento da soberania do povo (CARVALHO E SILVA, 2011, p. 61).

No que tange as políticas sociais, a complexidade da política de segurança pública envolve diversas instâncias governamentais e os três poderes. Cabe ao Poder Executivo o planejamento e gestão de políticas de segurança pública visando à prevenção da criminalidade, da violência e execução penal. Ao Poder Judiciário cabe assegurar o trâmite do processo, bem como a aplicação da legislação. Ao Poder Legislativo cabe estabelecer os ordenamentos jurídicos necessários ao funcionamento adequado do sistema de justiça criminal

Em 2007 o governo lança o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) em parceria com os estados, combinando ações com políticas sociais para a prevenção, controle e repressão da criminalidade estabelecendo metas e investimentos em todos os âmbitos da segurança pública incluindo aí a esfera prisional.

No que compete à participação social na política de segurança pública, Godinho (2014) diz que o Brasil está inovando. Isso porque estão crescendo as iniciativas de conselhos comunitários de seguranças, redes de vizinhos e uma variedade de programas de prevenção e policiamento de base comunitária. Há a previsão de fóruns deliberativos, fomento de discussões e resoluções coletivas de problemas, reunião de atores sociais, estatais e profissionais de segurança pública em estruturas paritárias.

A criação de conselhos participativos representou um avanço em direção à abertura e reforma da atuação do Estado na segurança. Outro fator também é com relação ao policiamento comunitário que busca contrapor-se a essas práticas históricas, constituindo-se em “polícia cidadã”, voltada a garantir direitos de cidadania. O movimento de “reforma comunitária” das polícias se consolida na década de 1980 nos Estados Unidos e na Inglaterra, e se difunde para outros países do mundo, incluindo o Brasil. A reforma orientada ao policiamento comunitário aponta para uma maior proximidade nas relações entre a polícia e a população, buscando melhorar a confiança da sociedade na instituição policial.

Apesar de haver essa intenção na construção de uma polícia mais comunitária, os estudos realizados por Godinho (2014) demonstram que não se configura num novo estilo ocupacional acontecendo muitas vezes de forma isolada como projeto social. “Por vezes, as

ações propostas parecem se pautar menos no fortalecimento dos laços sociais e empoderamento da comunidade, do que no encorajamento à adoção de medidas protetivas” (GODINHO, 2014).

O fortalecimento da participação social na fomentação, elaboração e implementação de políticas públicas referentes à segurança pública tem demonstrado uma efetivação de direitos e resultados sendo que a participação social possui uma relação simbiótica com a segurança pública, conseqüentemente, representa um fator interativo entre os diversos atores que integram a segurança pública no Brasil.

No âmbito da avaliação da política de segurança pública, Loche *et. al.*, (2014) trazem a importância da mesma no sentido de verificar a efetividade de uma política comparando seus resultados com os objetivos iniciais, contribuindo com a administração pública com foco nos resultados, fomentando processos de transparência e prestação de contas dos governos com a sociedade. O processo de avaliação visa, portanto, apoiar a melhor alocação de recursos e outras decisões de cunho político visando a melhora da prestação do serviço e a eficácia das políticas e programas. Porém, os autores chamam a atenção de que no Brasil essa prática é ainda muito pouco explorada no campo da segurança pública, sendo a sistematização desses estudos ainda incipiente, não havendo tradição estabelecida nas avaliações como parte integrante das políticas de segurança, ao menos no que diz respeito ao impacto dessas políticas sobre o conjunto da população.

Há uma fragilidade nas corporações brasileiras com relação ao treinamento, captação, instrumentos de trabalho e salários. O foco da segurança pública está voltado para os delitos das pessoas em conflito com a lei e não no cidadão e na prevenção da criminalidade, isso justifica muitas práticas realizadas em cursos de formação de soldados e afins, pois os mesmos são preparados para a guerra contra o crime e não para prevenção do crime e o exercício da cidadania.

Diante desse estado da arte sobre a política de segurança, conclui-se que é uma política que não deve trabalhar sozinha em prol da cidadania, sendo assim, as políticas sociais e outras políticas públicas como as de educação e saúde precisam caminhar juntas com a segurança. A criação de conselhos comunitários de segurança também se configura como mais um avanço no que tange a participação social na política de segurança pública, exercício que não era possível quando a mesma era organizada pela Força Nacional no período de ditadura.

Apesar de elencar-se vários avanços na política de segurança pública em todas as suas esferas ainda há muito que se progredir, principalmente com relação à participação social, à própria gestão e a destinação de recursos que tende a ser precária. Outra questão também é o

fomento a estudos relacionados a própria política de segurança bem como a avaliação dessas políticas, práticas e teorias que colaboram para a eficiência, eficácia de qualidade dos serviços destinados a sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, evidenciamos dois grandes desafios para a política de segurança pública, quais sejam a violência e o tráfico de drogas, que enredados em meio à economia criminal, incidem sobre diferentes territórios e alcançam todas as classes sociais, porém há uma discrepância no alcance da execução penal, o que torna uma parcela da população com características pré-determinadas socialmente, economicamente o primeiro alvo dessa política pública.

2.4 VIOLÊNCIA, ECONOMIA CRIMINAL E TRÁFICO: PERSPECTIVA TERRITORIAL

Este tópico trata da relação entre a violência e o tráfico de drogas a partir da perspectiva territorial e de como a economia criminal vem tomando lugar e espaço cada vez maior nessas relações de poder que permeiam a vida em sociedade.

A estruturação das cidades impacta, em termos geográficos, na concentração econômica e na descentralização demográfica. Essas características são demandadas pela competição, sucessão e dominância de uma população sobre a outra. Ou seja,

A localização é determinada pela capacidade em permanecer ou não nas áreas mais valorizadas da cidade, deixando os espaços periféricos como uma alternativa para os grupos sociais econômicos que não conseguiram se estabelecer na área de interesse (SILVA, COUTO E MARINHO, 2014, s/p).

Os rápidos processos de industrialização e urbanização provocaram grandes movimentos migratórios concentrando amplas massas isoladas nas regiões periféricas da cidade. “Tais populações ficam expostas a uma situação de extrema pobreza, condições de vida deterioradas, desemprego e inúmeras carências, (...) (SILVA, COUTO E MARINHO, 2014, s/p). Geralmente há um padrão de estruturação de atividades criminosas em territórios caracterizados por fortes indicadores de exclusão e segregação socioespacial, essas localidades até então invisíveis para a opinião pública, ou conhecidas apenas “por seus muitos indicadores de vulnerabilidade” passam a ser notados por episódios de violência e pelas prisões de supostos traficantes de drogas.

Em grande parte, as transformações ocorridas nas cidades tiveram vários impactos, entre os quais, um aumento na produção da violência. Segundo Zaluar (1999) violência vem do latim- *violentia*- que remete a vis-força, vigor, emprego de força física. “Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica” (1999, s/p). Entretanto, a autora salienta que não há uma definição “unívoca e clara”, visto que a violência toma outras formas além do emprego da força física, como a violência simbólica, moral, social, institucional e outras. Portanto a violência adquire novos contornos se disseminando por toda esfera social.

É a percepção do limite de perturbação e sofrimento que vai caracterizar um ato dito violento, sendo essa percepção cultural e historicamente definida. Sendo assim, podemos dizer que a violência é um processo de uma sociedade hierárquica, desigual e que atinge mais alguns grupos sociais do que outros. Para Tavares dos Santos (2014, p.18) “as práticas da violência vão se inserir em uma rede de dominações de vários tipos - classe, gênero, etnia, por categoria social, ou a violência simbólica - que resultam na fabricação de uma teia de exclusões”. A violência é uma prática disciplinar capaz de causar um dano social sendo desde uma produção de estigmas até a exclusão, podendo ser efetiva ou simbólica.

A violência e consequentemente o controle dos crimes violentos são uma preocupação coletiva da agenda pública contemporânea não só no Brasil, mas no mundo de forma geral. Assim se faz necessário pensar em políticas públicas de enfrentamento a violência e ao crime, pautadas na prevenção, na proteção e consequentemente na punição.

Entre os hábitos civilizados repartidos socialmente nos processos de socialização que diminuem a violência nas relações, estariam aqueles que, por meio de regras acordadas socialmente e interiorizadas pelos indivíduos, regulam as competições (jogos) entre rivais em várias esferas (ZALUAR, 2014, p. 31).

A política de segurança pública faz parte desses hábitos civilizados nos quais o Estado acorda determinadas regras para a diminuição desta violência. A ideia é que essas estratégias tornem a convivência a mais civilizada possível. A violência é considerada legítima quando os seus fins (assegurar a soberania do Estado) servem para proteger uma sociedade ameaçada e tais fins repousam sobre a lei e os estatutos legais levando em consideração a questão territorial.

Território que no conceito de Pecqueur (2005) é algo complexo, pois compreende duas concepções que conversam entre si, uma é a do “território dado”, e a outra do “território construído. Enquanto uma refere-se à porção de espaço pré-existente, do território institucional, a outra vai tratar do território como resultado do processo de construção de atores sociais. “É necessário, portanto, entender que o território é, ao mesmo tempo, um “envolvente”

(“*contenant*”, o que contém) e o resultado de um processo de elaboração de um conteúdo” (PECQUEUR, 2005, p.13).

No que compete ao conceito de território, Saquet (2013) chama atenção para a necessidade de uma forma dialética para entendê-lo baseado em relações naturais sociais, em conflitos, desigualdades, diferenças e identidades. Processos históricos, relacionais e multidimensionais que contém relações de poder, assim “nesse contexto, o território se coloca para além do espaço físico, assim, não pode ser tomado como sinônimo de “espaço local” ou “comunitário”, em sentido restrito” (KOGA, 2013, p. 36).

Para Saquet (2013), as cidades são espaços privilegiados de produção, circulação, troca, consumo, ou seja, reprodução ampliada do capital. A sociedade é um espaço-território, caracterizado por jogos de poder. As relações de poder no modo de produção capitalista precisam ser reordenadas, adequadas para facilitar a cooperação e solidariedade. Koga (2013, p. 37) corrobora com as ideias do autor quando diz que “o território expressa, ao mesmo tempo, produção e reprodução das relações socioeconômicas, políticas culturais, presentes na sociedade que ele abriga”, que a autora chama de território de vivências.

Se o território de vivência possui peculiaridades, singularidades e dinâmicas próprias, acionadas e articuladas pelos diferentes atores sociais, sua configuração extrapola os limites da formalidade ou da institucionalidade estabelecida pelas políticas sociais, que, normalmente, regem sua atuação por meio de regras administrativas. Dentre estas regras, está a da divisão territorial que delimita o pedaço do chão que pertence a cada morador, segundo o que a política de saúde ou de educação, por exemplo, determina como área de abrangência” (KOGA, 2013, p. 37).

Não só a política de educação e saúde, mas também a de segurança pública, e por fim, a execução penal também possuem suas áreas de abrangência. Porém, é necessário pensar para além dessa delimitação geográfica e conceber o território como área de vivência, pois é desse território de vivência que importa se aproximar para que possa ser estabelecido o lugar território de fato, de acordo com os pressupostos ideológicos das políticas sociais brasileiras.

Saquet (2013) afirma que a participação da população é essencial para a gestão participativa das questões urbanas e rurais, e que o direito à cidade é também o direito à saúde, educação, segurança, justiça social e proteção ambiental, onde viver com qualidade de vida significa superação do imediatismo, individualismo e degradação ambiental.

Em se tratando de território e aí visto como espaço de produção de relações e de poder, pensar a economia criminal e o tráfico de drogas é algo de suma importância. De acordo com o Relatório de Análise do Projeto de Extensão Conselho da Comunidade em Ação (2019) a economia criminal é um “conjunto de atividades ilegais que vão do furto de propriedade alheia

à produção de bens ilícitos, como as drogas, e sua comercialização, ao tráfico de pessoas, órgãos, animais, vegetais, obras de arte, armas”.

Assim como na economia capitalista, o agente criminoso investe capital e força de trabalho no ímpeto de ao final desse processo receber um valor maior que o investido no início, da mesma forma que na economia legal. A economia criminal, em grande parte, faz uso de força de trabalho barata, não qualificada, disponível pelo desemprego ou o emprego informal com baixo nível de renda.

O quadro favorável ao desenvolvimento do tráfico de drogas- mercado consumidor, jovens empobrecidos sem perspectivas de inserção no mercado formal de trabalho- alimenta ainda o desenvolvimento de toda uma rede de comércio ilícito envolvendo comerciantes e empresários situados nos mais diversos segmentos do mercado e ainda, arranjos os mais diversos entre os segmentos do poder público e os atores inseridos na economia criminal (ADORNO E DIAS, 2014, s/p).

A presença do tráfico de drogas, uso e abuso de tais substâncias está presente em todas as classes sociais, porém o alvo da política de execução penal está em sua maior parte nos bairros que compõem a periferia das regiões metropolitanas. Território que, com suas relações de poder, “substitui a autoridade moral das instituições sociais regulares pelas regras ditadas pelos criminosos que controlam estes territórios no interior dos bairros” (ADORNO E DIAS, 2014, s/p).

Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, o tráfico de drogas em 2014 representava um total de 28,4% do valor total do mercado e varejo dos crimes transnacionais. Ainda de acordo com o Escritório, em 2014, 247 milhões de pessoas no mundo, com idades entre 15 e 64 anos fizeram uso de pelo menos um tipo de droga. Na América do Sul o uso de cocaína e anfetaminas é maior que a estimativa global.

A relação das sociedades humanas com o uso de substâncias psicoativas sempre esteve atrelada por valores morais, religiosos, culturais e também por valores econômicos. Mas como problema massivo, as drogas ilícitas são um processo moderno que coincide com a expansão e consolidação do capitalismo. “Além disso, o processo tecnológico modificador do uso de drogas tradicionais, com o desenvolvimento da indústria químico-farmacêutica, potencializou as consequências disso” (SHECARIA, 2014, s/p).

De acordo com Gonçalves e Albuquerque (2016) a questão das drogas:

(...) Passou a ser problema para a sociedade por gerar tensões sociais e requerer respostas estatais, seja no âmbito da repressão, do controle e, e posteriormente, do cuidado, no contexto da sociedade moderno-capitalista. As substâncias psicoativas tornaram-se mercadorias e passaram a movimentar gigantesco contingente de capital

que envolve estruturas produtivas legais, como os grandes laboratórios farmacêuticos e suas cadeias de distribuição e de pesquisa, mas também um conjunto clandestino que se sustenta no tráfico em níveis diversos e conta com uma rede de apoio que articula grupos criminosos a cartéis políticos em vários âmbitos da estrutura do poder (p. 36,37).

Ao longo da história da humanidade, povos de várias regiões faziam uso de substâncias que alteram o comportamento da mente, podendo ser em rituais, fonte de prazer ou uso medicinal. “Diferentes tipos de drogas sempre foram legalmente consumidos e comercializados, mas seu controle penal pelo Estado data do início do século XX, com as primeiras previsões legais de crimes e penas” (LEMGRUBER E BOITEUX, 2014, s/p).

O crescimento da criminalidade organizada e internacional está associado a ganhos existentes com o tráfico de drogas ilícitas, como já dito anteriormente, e consequentemente a proibição de qualquer produto resulta em um aumento de seu valor. Aumento que desperta o interesse econômico na distribuição e comercialização dessas substâncias. Estima-se que o mercado internacional de drogas ilícitas movimente algo como 400 bilhões de dólares por ano, o que representaria cerca de 8% de todo o comércio mundial.

A dimensão da relação entre o tráfico de drogas e a violência se configura numa relação sistêmica. As trocas efetivadas no mercado ilegal não estão amparadas pelas instituições do Estado, de modo que os conflitos que surgem tendem a ser resolvidos através do uso da força física e da ameaça fomentando uma sociabilidade violenta nas regiões onde prevalece o comércio de drogas ilícitas.

Em grande parte dos países, tanto o uso quanto o comércio e tráfico de drogas ilegais acarreta em penas de prisão, geralmente longas e em alguns países as punições para quem viola a legislação de drogas é mais severa do que penas para estupro e homicídio.

É fundamental refletir que a criminalização das drogas é muito mais uma agenda que interessa ao mercado e aos interesses econômicos de grandes grupos capitalistas do que uma proteção às pessoas em uso abusivo dessas substâncias (REIS, *et.al.*, 2018, p. 98).

A Lei 11.343/2006 em seu artigo 28 salienta que para determinar se a droga se destina a consumo próprio cabe ao juiz analisar a natureza e quantidade da substância apreendida, como também o local e as condições sociais e pessoais onde essa ação se desenvolveu.

Ora, quem acompanha o funcionamento do sistema de justiça criminal no Brasil sabe que o exame das circunstâncias sociais e pessoais é uma brecha para a rotulagem segundo atributos econômicos e sociorraciais. (...) As cadeias estão abarrotadas de usuários ou pequenos traficantes de drogas cuja prisão não contribui em nada para a diminuição da criminalidade violenta (LEMGRUBER E BOITEUX, 2014, s/p.).

É importante salientar que com relação à lei, ela instituiu o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, o SISNAD. Essa legislação prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelecendo normas para repressão e à produção não autorizada e ao tráfico de drogas. Em seu art. 33 é considerado crime:

Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga: (Vide ADI nº 4.274)

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, ~~vedada a conversão em penas restritivas de direitos~~, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. (Vide Resolução nº 5, de 2012) (BRASIL, 2006).

Sendo o juiz a autoridade que decidirá de acordo com as circunstâncias sociais e pessoais a configuração ou não do tráfico de drogas, cabe a autoridade policial portanto, fazer a apreensão da pessoa e da droga e informar através de boletim de ocorrência quais eram essas condições, bem como a quantidade de substância encontrada. Tanto a autoridade judicial, quanto a policial fazem parte dessa sociedade excludente e, portanto, estão sujeitos a reprodução da seletividade penal, reproduzindo o racismo e violência de classe, portanto:

Situa-se o proibicionismo como uma forma de governo do Estado sobre indivíduos, de disciplinamento dos corpos e da criminalização da pobreza. Dispositivos que abarcam coletivamente o imaginário, a vida, a produção de subjetividades e marginalização das pessoas usuárias de drogas tornadas ilícitas (AMARAL E TOROSSIAN, 2018, p. 116).

Apesar do tráfico e o consumo de substâncias psicoativas ilícitas também estar presente nas classes mais abastadas, estas pessoas recebem outros encaminhamentos diferentes da reclusão como: tratamento, internação, ou até mesmo responder pelo delito em liberdade.

Em resumo, a sociedade capitalista tem na punição uma forma de poder sobre as minorias e mesmo o tráfico de drogas estando presente em todas as classes sociais, o tratamento destinado as pessoas pobres em conflito com a Lei Antitóxicos é diferente. Essas pessoas são marginalizadas, segregadas do acesso a bens e serviços de qualidade e acesso a políticas públicas no território em que vivem.

Visto isso, o próximo capítulo trata do caminho metodológico que se desenvolveu para essa pesquisa e como essa população foi alcançada e quais foram os dados que possibilitaram a análise sobre a atuação do Conselho da Comunidade de Matinhos.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

A temática escolhida e o recorte da pesquisa com as pessoas que violaram a Lei 11.343/2006 se deve ao trabalho e atuação técnica da pesquisadora no projeto de extensão “Conselho da Comunidade em Ação”. Antes de iniciar a pesquisa propriamente dita foram feitos estudos sobre violência, seletividade penal, política pública de execução penal e sobre o Conselho da Comunidade para que o trabalho no projeto de extensão pudesse acontecer.

Esse estudo prévio possibilitou à pesquisadora várias análises e comparações com a realidade do território matinhense que corroboram com as estatísticas nacionais, sendo assim se estabeleceu o recorte da pesquisa focado nas pessoas em conflito com a Lei Antitóxicos. Pode-se considerar que a pesquisa tem uma perspectiva de pesquisa participante, pois a pesquisadora vivenciou a realidade do trabalho do Conselho de Matinhos atuando como assistente social e responsável técnica das atividades desenvolvidas no projeto de extensão.

De acordo com Minayo (2007) a metodologia é o caminho do pensamento e a prática que se exerce na abordagem da realidade. A metodologia inclui a teoria, os instrumentos e técnicas de abordagem e a criatividade do pesquisador.

O objetivo geral deste trabalho situa-se em analisar a atuação do Conselho da Comunidade de Matinhos no acompanhamento e reinserção social das pessoas que violaram a Lei 11.343/2006, que prescreve medidas de prevenção do uso indevido e estabelece normas para repressão à produção e o tráfico de drogas.

A pesquisa em questão é de caráter qualitativo, que responde a questões que não podem ser quantificadas. Esta abordagem se aprofunda no mundo dos significados. O estudo baseia-se em metodologia qualitativa a partir de um estudo de caso. “O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos” (MINAYO, 2007, p. 21). O método qualitativo, para Minayo (2008), responde a questões muito particulares por trabalhar com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes, em um nível de realidade que não é visível, precisa ser exposta e interpretada, primeiramente, pelo próprio pesquisador. O interesse é realizar um estudo aprofundado a respeito da atuação do Conselho da Comunidade no acompanhamento das pessoas que violaram a Lei 11.243/2006, tendo a observação como uma importante estratégia investigativa.

A palavra teoria tem origem no verbo grego “*theorein*”, que significa ver. E é construída para compreender um fenômeno, é a explicação da realidade, portanto, fez-se

pesquisa bibliográfica e documental para aprofundamento do assunto pois, (...) “a teoria é um conhecimento de que nos servimos no processo de investigação como um sistema organizado de proposições, que orientam a obtenção de dados e a análise dos mesmos, e de conceitos, que veiculam seu sentido” (MINAYO, 1993, p. 19).

Fazem também parte da pesquisa a análise documental das Leis 6416/77 e Decreto-Lei 2848/40 (código penal) a Lei de Execução Penal- LEP 7210/84, bem como as Instruções Normativas Conjuntas CGJ/TJ- MP-PR 01 e 02/2014 e Caderno Orientativo da FECCOMPAR (Federação dos Conselhos da Comunidade do Paraná).

Além destas fontes são utilizadas também como base da pesquisa, os dados levantados até o presente momento pelo projeto de extensão “Conselho da Comunidade em Ação”, sobre a população fiscalizada pelo conselho, bem como os dados acessados via PROJUDI, (Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná) afim de compor dados quantitativos que possam complementar os qualitativos.

O PROJUDI é uma ferramenta desenvolvida para anexar, arquivar e movimentar os processos em andamento no Estado do Paraná, de modo que as informações dos autos ficam disponíveis de acordo com o grau de envolvimento da pessoa que acessa o programa com o processo. O acesso é disponibilizado para as varas judiciais de diversas naturezas, bem como para os advogados que representam as pessoas envolvidas nesses processos e ao Conselho da Comunidade.

A pesquisa de campo utilizou como técnicas de coleta de dados os registros no caderno de campo a partir das observações realizadas no Conselho da Comunidade de Matinhos, bem como pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema e o Conselho da Comunidade de Matinhos.

Ao todo eram 53 pessoas que estavam em conflito com a Lei Antitóxicos e, portanto, respondiam por algum delito previsto na Lei 11.343/2006. Foram realizadas 30 entrevistas semiestruturadas (Apêndices C e D), e os critérios de escolha se basearam na disponibilidade da pessoa em querer participar da entrevista e logicamente do fato de estar respondendo a um delito relacionado a tal lei. Todo o processo de entrevista levou cerca de seis meses.

O trabalho de campo consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa. Essa fase combina instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, levantamento de material documental e outros. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipóteses e de construção de teoria (MINAYO, 2007 p. 26).

Ressalta-se que as entrevistas com as pessoas acompanhadas foram realizadas em um *software* livre para possibilitar uma análise fidedigna das falas dos pesquisados e tiveram duração de mais ou menos trinta minutos. Ademais, só ocorreram com a anuência dos entrevistados, após a explicação da pesquisa e mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) visto que,

O projeto da pesquisa que virá a ser realizada também deve ter preocupação de não causar malefícios aos sujeitos envolvidos no estudo, preservando sua autonomia em participar ou não do estudo e garantindo seu anonimato. Algumas áreas do conhecimento instituem que o projeto antes de ser realizado deve ser submetido a um comitê de ética em pesquisa (DESLANDES, 2007, p. 31).

Os dados coletados na pesquisa empírica foram organizados para que pudessem ser categorizados e analisados com base no referencial teórico. Foram elencadas quatro categorias/unidades de análise, bem como subunidades e suas variáveis afim de conhecer e traçar o perfil desta população atendida acompanhada pelo Conselho da Comunidade tendo como traço o envolvimento e violação da Lei Antitóxico, como apresenta o quadro 1:

QUADRO 1 – UNIDADES DE ANÁLISE E VARIÁVEIS EM PESQUISA DE LEVANTAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS SUJEITOS QUE VIOLARAM A LEI 11.343/2006

Unidades de análise	Subunidades de análise	Variáveis
Características biológicas	Faixa etária	Idade
	Cor de pele	Preta e parda Branca Indígena Amarela
	Orientação sexual	Homossexual Heterossexual Outra
Características sociais	Estado civil	Solteiro Casado União estável Divorciado Viúvo
	Possessão de documentos pessoais	Carteira de identidade (RG) Cadastro de pessoa física (CPF) Carteira de trabalho Certidão de reservista Título de eleitor
	Escolaridade	Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental completo Ensino médio incompleto Ensino médio completo Ensino superior incompleto Ensino superior completo
	Situação do processo penal	Alvará de soltura Execução de pena Liberdade provisória Medida cautelar

		Suspensão condicional Serviço comunitário Prisão preventiva Prisão em flagrante Reincidência
	Tipo de defensor	Constituído Dativo
	Acesso ao processo penal	Sim / Não
	Atestado de pena a cumprir	Sim / Não
	Conhecimento do tempo a cumprir	Sim / Não
		Tempo de pena a cumprir
	Tipo de regime penal	Semiaberto Aberto
Realidade socioeconômica	Atividade remunerada	Sim / Não
	Forma de contratação	Formal Informal
	Renda	0,00 a 1.000,00 1.001,00 a 2.000,00 2.001,00 a 3.000,00 3.001,00 a 5.000,00
	Possui CadÚnico	Sim Não
	Tempo na atividade	Menos de um ano Mais de um ano
	Participação em Programa Social	Sim / Não
	Acesso a política de saúde	Sim/Não
	Acesso a política de educação	Sim/Não
	Habitação	Própria/alugada/cedida/ocupada
	Instrução profissional	Sim / Não Quantidade de cursos Áreas de atividade
	Saberes adquiridos informalmente	Quantidade Áreas de atividades
	Arranjo familiar	Componentes familiares
Atuação do Conselho	Necessidade de atendimento de equipe técnica	Sim/Não
	Indicação para curso profissionalizante	Sim/Não
	Indicação para entrevista ou vaga de emprego	Sim/ Não
	Qualidade do Acompanhamento	Ruim/Regular/Bom/ótimo

FONTE: a autora (2019).

Foi realizada também uma entrevista com o presidente do Conselho da Comunidade de Matinhos a fim de compor a análise da atuação do conselho no acompanhamento das pessoas que violaram a Lei 11.343/2006. Esta entrevista foi gravada e após a transcrição da entrevista, o material gravado foi descartado.

As fontes primárias foram obtidas com os participantes da pesquisa por meio das entrevistas em profundidade, sendo possível a partir daí analisar a qualidade do acompanhamento que o Conselho da Comunidade vem fazendo à essas pessoas em conflito com a lei. Os dados secundários – coletados em sites do IBGE, INFOPEN, DEPEN, PROJUDI, entre outros, complementam o material da pesquisa. Destaca-se que todos os dados a serem obtidos de seres humanos foram utilizados especificamente para os propósitos da pesquisa e somente após o consentimento de seus participantes.

Outra questão bem importante é com relação a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPR, sob o parecer consubstanciado de número 3.105.585, emitido pelo Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, no dia 03 de janeiro de 2019. Portanto o projeto de pesquisa desde janeiro já se encontrava em consonância com a Resolução nº 466/12 CNS/MS (Apêndice A).

A devolutiva aos participantes da pesquisa, bem como ao Conselho da Comunidade se baseia na análise que será vista no próximo capítulo estando disponível a toda a comunidade que acessa o Fórum da Comarca de Matinhos e que tenha interesse pela temática.

3.1 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresenta-se os aspectos teóricos, legislativos e políticos do Conselho da Comunidade em âmbito federal e especificamente no Paraná, bem como o Conselho da Comunidade de Matinhos, suas limitações, parcerias com outras instituições e avanços alcançados com tais parcerias, além da análise dos dados levantados na pesquisa que traz o perfil destas pessoas, bem como suas condições socioeconômicas e como o Conselho vem atuando nesse acompanhamento afim de garantir o acesso destas pessoas aos seus direitos.

3.1.1 CONSELHO DA COMUNIDADE: ASPECTOS TEÓRICOS, LEGISLATIVOS E POLÍTICOS

O Conselho da Comunidade é um órgão de execução penal, previsto na Lei n.º 7210/1984 (Lei de Execução Penal). A lei, portanto, dispõe que “o Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança”

(BRASIL, 1984). O Conselho é responsável por fiscalizar as pessoas que estão em cumprimento de alguma medida judicial em meio aberto e semiaberto e também de fiscalizar os estabelecimentos e instituições penais com relação as condições de encarceramento.

Conforme a disposição legal, na Lei de Execução Penal o Conselho da Comunidade deve ser composto por no mínimo um representante da associação comercial ou industrial; um advogado indicado pela ordem dos advogados do Brasil; um assistente social escolhido pelo Conselho Nacional de Assistentes Sociais e um defensor público indicado pelo Defensor Público Geral.

Posteriormente, através de Portarias e Resoluções de diversos órgãos da execução penal, possibilitou-se também a presença, no Conselho, de representantes de Entidades Sociais e Clubes de Serviço, entre outros representantes da sociedade (Caderno Orientativo para os Conselhos da Comunidade, 2016, p. 8).

Portanto caso não haja condições dessas representações participarem e atuarem no Conselho da Comunidade, outras esferas da sociedade podem ser escolhidas e participarem. É o Conselho da Comunidade que realiza a fiscalização do cumprimento das condições estipuladas para a concessão de benefícios legais. Cabe ao Conselho acompanhar o cumprimento de condições especificadas em transações penais, suspensão condicional do processo ou da pena e da execução da pena, sentença concessiva do livramento condicional, também as penas e medidas alternativas e fixação de regime aberto.

A criação do Conselho da Comunidade está prevista no artigo 80 da LEP e cabe ao juiz da execução, “compor e instalar o Conselho da Comunidade” (BRASIL, 1984). As atribuições do Conselho da Comunidade são definidas no artigo 81 da Lei de Execução Penal:

“I – visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca; II – entrevistar presos; III – apresentar relatórios mensais ao Juiz da Execução e ao Conselho Penitenciário; IV – diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento” (BRASIL, 1984).

Além de demandas ligadas diretamente às pessoas em cumprimento de pena em regime fechado, como destaca o artigo 80, é responsabilidade do Conselho também zelar pelos direitos das pessoas em cumprimento de pena ou determinação judicial em regime semiaberto e aberto. De acordo com o artigo 139 da LEP é finalidade do Conselho observar o cumprimento das condições sentenciais e/ou no benefício concedido; proteger o beneficiário e orientá-lo com relação ao cumprimento de suas obrigações, além de auxiliá-lo na obtenção de atividade laboral.

No que compete à legislação nacional, a origem dos Conselhos da Comunidade remonta aos anteprojetos de Códigos Penitenciários e de Lei de Execução Penal brasileiro elaborado entre os anos de 1933 e 1957, sendo os Patronatos Penitenciários considerados “como protoformas dos atuais Conselhos da Comunidade” (ROCHA, 2017, p. 81).

A primeira referência aos Conselhos da Comunidade na questão legislativa é realizada na Lei Federal 6416/1977 que alterou o Código de Processo Penal. Na referida lei, o termo utilizado para se referir ao Conselho foi “Conselho de Comunidade”. Apesar de esta lei atribuir responsabilidades ao Conselho não o definiu, ou o caracterizou, assim:

(...) analisando-se aquelas atribuições, a partir das quais identificou-se duas tendências: a de “fiscalização do cumprimento das condições estipuladas para concessão de benefícios legais” e a “tutela e controle de comportamento”, (...) (ROCHA, 2017, p. 83)

Só na Lei de Execução Penal, promulgada no ano de 1984, é que o Conselho da Comunidade tem sua existência melhor demarcada, definindo a responsabilidade por sua instalação, sua composição mínima, atribuições e sua qualificação como órgão de execução penal. Assim como na lei de 1977 a LEP de 1984 também não definiu o Conselho, apontando apenas suas atribuições, que se mantiveram dispostas na fiscalização do cumprimento das condições para concessão de benefício e a tutela e controle do comportamento. Porém na LEP 7210/1984 são atribuídas mais duas responsabilidades ao Conselho da Comunidade: a fiscalização das condições dos estabelecimentos penais e provimento de assistência material.

De acordo com a Resolução 10/2004 o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) estipula que o juízo da execução penal das Comarcas dos Estados deve instalar os Conselhos da Comunidade, bem como nomear seus membros de acordo com tal resolução. A aprovação da resolução 10/2004 se deu para o fomento das instalações dos Conselhos nas comarcas, pois até aquele momento poucas comarcas o tinham criado e instalado. Porém é importante salientar que o juiz não é obrigado a instalar esse órgão de execução na comarca, portanto, caso não o faça não será penalizado por isso, portanto nem todas as comarcas do país possuem conselho da comunidade constituído e atuante.

Além de estipular que o juízo da execução penal deveria instalar o Conselho, a Resolução 10/2004 também ampliou as atribuições desse órgão de execução penal, como por exemplo: “propor à autoridade competente a adoção de medidas adequadas, na hipótese de eventuais irregularidades,” além de “representar à autoridade competente em caso de constatação de violações e normas referentes à execução penal e obstrução das atividades do Conselho”.

Com relação à tutela e controle de comportamento, a Resolução 10/2004 ainda pontua como obrigação do Conselho a orientação e o apoio também aos egressos do sistema penitenciário. Sobre o “provimento de assistência material”, Rocha (2017, p.98) ressalta que a referida resolução manteve o texto previsto na LEP, mas acrescentou que o Conselho deverá “também prestar assistência material ao egresso, como alimentação e alojamento”.

Além disso, a Resolução 10/2004- CNPCP acrescenta novas tendências para a atuação dos Conselhos no que tange: “Fomento à participação da sociedade na execução das penas e medidas alternativas”, “Colaboração com órgãos formuladores da política penitenciária”, “Interlocução com profissionais e entidades” e “Gestão Administrativa”.

Apesar de ser um órgão de execução penal previsto em lei, a instalação dos Conselhos em todo o território nacional ainda não se concretizou, de modo que o executivo federal instituiu a Comissão Nacional para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade através da Portaria do Ministério da Justiça nº 2710/2004 e 164/2006. Essa comissão foi organizada a fim de fomentar a instalação dos Conselhos no território brasileiro, sendo composta por vários profissionais de várias áreas com experiência na temática da execução penal.

Entre os anos de 2007 e 2008 essa comissão promoveu encontros de Conselhos da Comunidade de todas as regiões do país para avaliação da execução penal e sugestões para melhoria do processo de execução das penas. Além disso, a comissão elaborou e publicou no ano de 2008 a Cartilha dos Conselhos da Comunidade, que de acordo com Rocha (2017, p. 102):

A Cartilha apresenta, em linguagem simples acessível, a Lei de Execução Penal, os principais direitos das pessoas privadas de liberdade e os órgãos da execução penal, com destaque para o Conselho da Comunidade. Com perguntas e respostas, a Cartilha orienta sobre os procedimentos necessários à instalação de um Conselho da Comunidade, bem como apresenta as atribuições desses Conselhos.

A Comissão Nacional para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade também realizou em dezembro de 2012 em Brasília o I Encontro Nacional dos Conselhos da Comunidade, com a participação de representantes de Conselhos de todas as unidades federativas. Os objetivos desse encontro foram:

- a) avançar no amadurecimento das identidades, atuações e perspectivas dos Conselhos da Comunidade; b) promover a articulação nacional sobre pautas comuns na direção do controle e participação social na execução penal; e c) ampliar a visão e qualificação dos conselheiros sobre as políticas públicas (ROCHA, 2017, p. 109).

Neste encontro foram discutidas várias frentes dos Conselhos além de ações que os mesmos realizavam em suas comarcas, de modo a fomentar a troca de experiências. Foi também neste encontro nacional que foi instituída outra comissão, a Comissão Nacional de Fomento à Participação e Controle Social na Execução Penal. Tal comissão objetivava a aproximação da sociedade na participação nas políticas penitenciárias nacionais.

Durante o Encontro Nacional, os representantes de conselhos da comunidade do Paraná e de Santa Catarina reuniram-se com representantes da Federação dos Conselhos da Comunidade da Área Penitenciária do Rio Grande do Sul a fim de trocarem experiências e estimularem os estados a criarem suas federações. A partir desta aproximação deu-se início a uma articulação política dos Conselhos da Comunidade do Paraná.

Partindo desta articulação e dos encontros regionais que se seguiram, os Conselhos da Comunidade de algumas comarcas do Estado do Paraná, dão início às discussões para instituição de uma Federação que os representasse, bem como articulasse com outras Federações. Em 2013, durante um evento de capacitação dos Conselhos da Comunidade do Paraná, foi fundada oficialmente a Federação dos Conselhos da Comunidade do Paraná (FECCOMPAR), pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos com sede na cidade de Irati.

A FECCOMPAR atua na defesa e fortalecimento dos Conselhos da Comunidade do estado do Paraná tendo como objetivo a colaboração para seu desenvolvimento e aprimoramento, através de capacitação continuada. De acordo com o site da Federação, existem hoje 160 Conselhos da Comunidade cadastrados, ou seja, que seguem as orientações e demandas da Federação.

No que compete aos recursos disponíveis para os Conselhos da Comunidade, quase que sua totalidade é oriunda das penas pecuniárias, que são de valores pagos ou à vítima ou à justiça como forma de penalização por determinado delito, cabendo ao juiz da comarca sancionar a destinação deste recurso entre outras possibilidades para o Conselho da Comunidade. As Instruções Normativas Conjuntas nº 01 e 02/2014 regulamentam no Estado do Paraná a forma de constituição, regularização e funcionamento dos Conselhos bem como dos recursos destinados para os mesmos. São orientações aprovadas e utilizadas apenas no estado do Paraná. Porém, é importante destacar que a legislação não define orçamento para a sua execução. As penas pecuniárias tem uma grande variação dependendo das características econômicas de cada território.

Tais Instruções Normativas foram assinadas pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná e pelo Corregedor-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e passaram a normatizar a atuação dos Conselhos da Comunidade do Estado no ano de 2015. Na Instrução Normativa Conjunta 01/2014 define-se o Conselho da Comunidade como órgão da execução penal que tem por finalidade promover a participação da sociedade na execução da pena e providenciar assistência aos presos, egressos e seus familiares, bem como auxiliar o Poder Judiciário e o Ministério Público na execução e acompanhamento das penas privativas de liberdade, das penas restritivas de direito, da pena de multa, do livramento condicional, da suspensão condicional da pena, da suspensão condicional do processo e das transações penais. (PARANÁ, 2014).

As Instruções apresentam a atuação do Conselho como instituição assistencial, mas reforçam também o papel fiscalizador que o Conselho exerce sobre as pessoas alcançadas pela execução penal. A definição e atuação dos Conselhos definidas nas instruções são válidas para os Conselhos do Estado do Paraná, tais instruções também não configuram como força de lei, mas orientações no âmbito estadual com aval da política de execução penal.

De acordo com a INC 01/2014 em seu artigo 3º cada comarca deve ter um Conselho da Comunidade, sendo composto por: um representante de associação comercial ou industrial; um advogado indicado pela Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, um defensor público indicado pelo Defensor Público Geral e um assistente social. Caso essa representação não seja possível fica a critério do Juiz da Comarca a escolha dos membros que comporão o Conselho. O mandato dos membros do Conselho tem um período de três anos, sendo prorrogável por igual período.

Entre as atribuições do Conselho, a Instrução 01/2014 traz em seu capítulo 4 o total de 23 atividades que tratam desde a questão da própria fiscalização como de oportunizar os acompanhados e suas famílias a inserção em políticas públicas, oferecer apoio também à vítima e seus familiares, além de contribuir para o desenvolvimento de programas e projetos que previnam a criminalidade. Outro fator de extrema relevância é que a Instrução possibilita a constituição de uma equipe multidisciplinar para atender essa população de forma capacitada e especializada, porém não define orçamento para tal finalidade.

Tal documento trata também dos quesitos que o Conselho deve atender para que possa ser considerada uma pessoa jurídica, de direito privado, regular e, portanto, apta a receber ou pleitear qualquer recurso público que esteja disponível para tal finalidade. Além de contemplar assuntos afetos à instituição e organização dos Conselhos, a Instrução 01/2014 trata no seu

capítulo III, artigos 17 a 20 sobre a FECCOMPAR e suas atribuições, tendo como objetivo primeiro a congregação e fortalecimento dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná, colaborando para o seu desenvolvimento e aprimoramento de sua atuação.

A FECCOMPAR orienta os Conselhos da Comunidade no tocante a equipe técnica mínima para atendimento desta população em conflito com a justiça e de seus familiares, compostas por profissionais das áreas do serviço social e psicologia, vislumbrando maior qualidade na elaboração e execução de projetos.

A Federação disponibiliza também um modelo de regimento interno a ser seguido pelos Conselhos. O regimento consta com 72 artigos distribuídos em VII capítulos que tratam das disposições preliminares; da demarcação da sede do Conselho; da participação da sociedade; da administração; dos demais profissionais; da contabilidade do Conselho; dos órgãos diretivos; da assembleia geral; diretoria; das reuniões; das comissões a serem instaladas; do conselho fiscal; do mandato da diretoria; do processo disciplinar dos membros do conselho; do rito processual dessas penalidades; das eleições da diretoria e do conselho fiscal; e das disposições gerais. Desde o ano de 2016 a FECCOMPAR vem trabalhando no processo de constituição e regularização dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná.

A Instrução Normativa Conjunta 02/2014 vai tratar exclusivamente das normas para o recolhimento, o destino, a liberação, a aplicação e a prestação de contas dos recursos oriundos da prestação pecuniária no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná. O documento conta com 10 considerações, baseadas em resoluções e provimentos de âmbito federal e estadual, 73 artigos, distribuídos em IV títulos sendo eles: disposições gerais; da destinação a vítima; das demais modalidades de destinação das penas de prestação pecuniárias; da destinação dessas penas ao Conselho; para a destinação da verba a projetos e entidades; e das disposições finais.

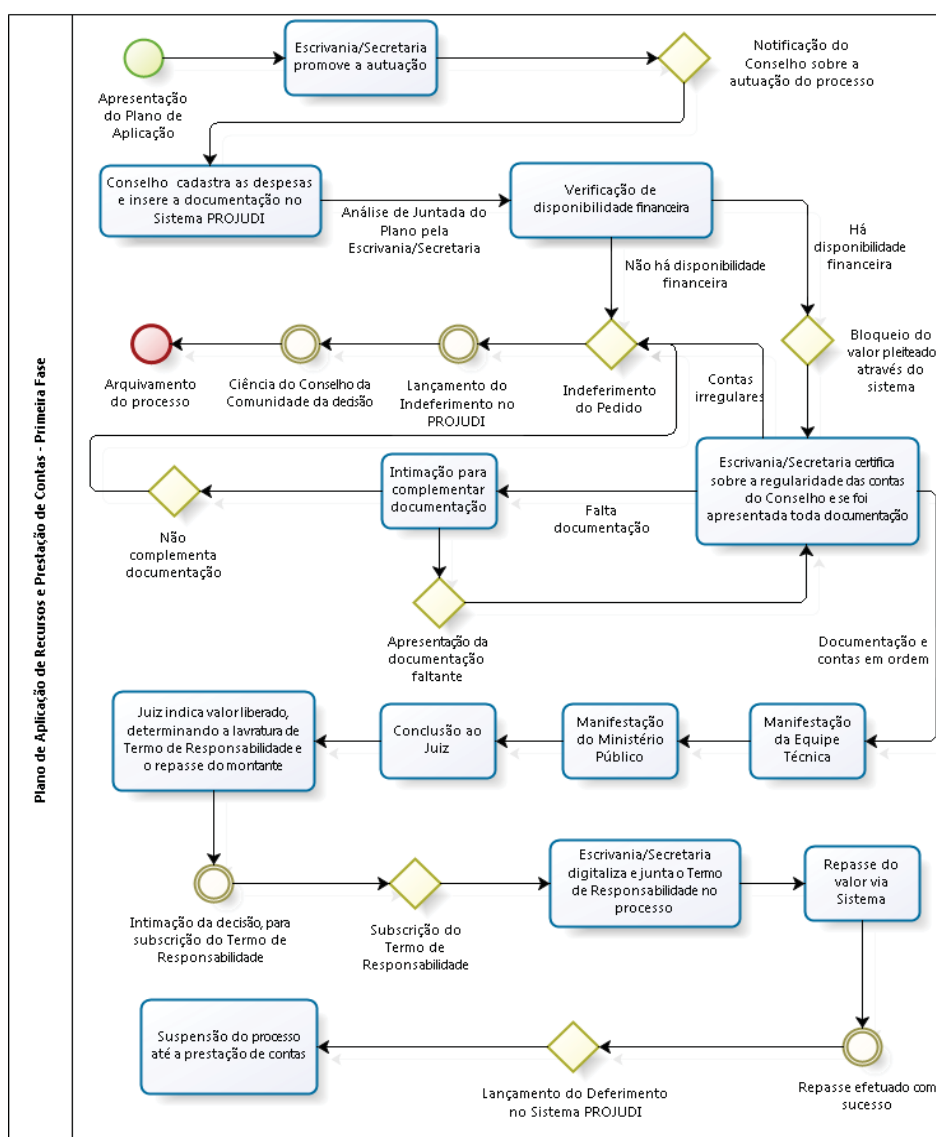
As penas pecuniárias são depositadas em contas bancárias do Tribunal de Justiça do Paraná que faz o repasse para a conta do Conselho da Comunidade. Os Conselhos da Comunidade devem abrir três contas bancárias e cada uma delas tem uma finalidade diferente. Todo e qualquer valor a ser gasto pelo Conselho deve previamente constar no Plano de Aplicação de Recursos e Prestações de Contas (PARPreC) devidamente preenchido através do PROJUDI.

O PROJUDI é um sistema eletrônico que deve constar todos os processos digitalizados ativos e inativos do Estado do Paraná e toda a movimentação processual deve aparecer nesse sistema também, de modo que os processos possam ser movimentados via internet. O Conselho da Comunidade tem um *login* e senha de acesso e realiza as movimentações processuais

referentes ao cumprimento das medidas por ele fiscalizadas, bem como faz toda a prestação de contas referente a verba destinada pelo Tribunal de Justiça ao órgão.

Ainda sobre as contas do Conselho, cada uma tem uma finalidade: A conta um é destinada para pagamentos de despesas administrativas; a conta dois é destinada para investimentos em projetos e convênios e a conta três é para outras despesas. A partir do preenchimento da documentação necessária via PROJUDI a tramitação do plano de aplicação começa a acontecer da seguinte forma. A figura 1 ilustra como se dá o plano de aplicação:

FIGURA 1: FLUXOGRAMA DO PLANO DE APLICAÇÃO



FONTE: Prestações Pecuniárias (Conselho da Comunidade) Corregedoria Geral da Justiça- Poder Judiciário do Paraná (2014).

Após o repasse e feitas às movimentações necessárias a fim de realizar pagamentos administrativos e ou de projetos e convênios é necessário fazer a prestação de contas. O Conselho da Comunidade apresenta a prestação de contas diretamente no PROJUDI. Após a conclusão da prestação de contas são gerados dois documentos: um documento consolidando os valores das planilhas de prestações de conta; e uma análise juntada pela escrivania/secretaria, que deverá movimentar o processo. Caso não seja utilizado todo o recurso repassado o mesmo deve ser devolvido através de guia de devolução no sistema PROJUDI e ser juntada nos autos pela escrivania/secretaria.

3.1.2 O CONTEXTO DA ANÁLISE DOS DADOS: CONSELHO DA COMUNIDADE DE MATINHOS

O Conselho da Comunidade é, segundo seu estatuto de 1998, “uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade dar assistência aos presos, planejar, acompanhar e executar projetos de ação comunitária ligados a prevenção da delinquência; organizar, administrar e fiscalizar a prestação de serviços à comunidade pelos sentenciados” (1998, p.1). Apesar de sua fundação instituída desde o ano de 1998, o Conselho vem trabalhando com mais afinco e engajamento desde o ano de 2012. A gestão atual teve início em 2017.

Quanto aos princípios norteadores da atuação do Conselho, a Cartilha do Conselho da Comunidade-Ministério da Justiça (2008), nos informa que estes devem centrar-se: no “respeito aos direitos humanos”, tanto na atuação dentro desse espaço como na influência sobre a cultura; na afirmação da democracia, objetivando “igual possibilidade de acesso aos bens socialmente produzidos a todos; direito ao acesso à Justiça; e democratização das instituições públicas”; da participação social; e, por fim, ter uma “perspectiva histórico-social do delito” (2008, p. 20).

Além disso, segundo o mesmo documento, os Conselhos têm como função a “representação e intermediação da comunidade” (p.20) e “auxílio material à unidade prisional” (p.21), tendo ainda funções educativas, consultivas, assistencial e fiscalizadora. Essas funções são reafirmadas pelo Regimento Interno do Conselho da Comunidade de Matinhos (1998), onde está disposto no Art. 9º enquanto competências deste Conselho em colaboração com o Juiz de Execução Penal da Comarca:

V - dar assistência ao reeducando e à sua família, com ou sem participação de outras pessoas ou instituições; VI - providenciar a realização de cursos de alfabetização,

qualificação profissional e outros; VII - procurar encaminhar ao emprego o preso em liberdade condicional e o egresso; [...] X - orientar e apoiar o egresso com o fim de reintegrá-lo a sociedade (PARANÁ, 2004)

O Conselho da Comunidade de Matinhos é composto por uma diretoria, um conselho fiscal e demais conselheiros. A diretoria compreende o presidente do Conselho, seu vice, primeira e segunda secretária e primeiro e segundo tesoureiro. Fazem parte do Conselho fiscal: primeiro, segundo e terceiro conselheiros, e por fim mais dois conselheiros.

Na composição da diretoria do conselho há um sargento aposentado da polícia militar, um técnico em telecomunicações, uma profissional autônoma, uma advogada, um bancário e um locutor. No conselho fiscal há uma assistente social, um gerente administrativo e um auxiliar de laboratório. Há ainda mais dois conselheiros, sendo um coordenador de projetos e outro auxiliar administrativo. A direção e participação no conselho são realizadas mediante a construção de chapa de votação e o mandato da chapa vencedora é de dois anos. A chapa atual já está no seu segundo ano de gestão.

Todos os assuntos referentes ao Conselho e as ações voltadas para as visitas e condições da delegacia são decididas em reunião. As reuniões ordinárias do Conselho acontecem uma vez ao mês e quando há necessidade acontecem as reuniões extraordinárias, bem como as visitas na delegacia também acontecem uma vez ao mês ou sempre que há necessidade e demanda.

O Conselho tem sua sede nas dependências do fórum da comarca de Matinhos. O Conselho conta com uma sala pequena, com mobiliário também cedido pelo fórum. Funciona das doze às dezoito horas de segunda a sexta-feira. Possui apenas uma funcionária com vínculo empregatício, a secretária administrativa, pessoa responsável em realizar o colhimento das assinaturas bem como o encaminhamento para as instituições parceiras no acolhimento das prestações de serviço à comunidade.

Em março de 2018 o Conselho e a prefeitura firmaram uma parceria e a administração pública do município cedeu, através de um termo de cessão de uso, duas salas nas dependências do Terminal Rodoviário Municipal José Bonatto, localizado na rodovia Elísio Pereira Alves Filho, no bairro Sertãozinho para que o Conselho faça uso nos atendimentos à população acompanhada.

Outra parceria também firmada em 2018, com continuidade no ano de 2019, foi a do Conselho da Comunidade de Matinhos e a Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, mais precisamente com os cursos de Graduação em Serviço Social e Gestão e Empreendedorismo e o Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, que deu origem ao

projeto de extensão “Conselho da Comunidade em Ação”, através de "prestação de serviço técnico especializado" (Instrução Normativa Conjunta nº2/2014 - CGJ/PR e MP/PR). Por se tratar de uma prestação de serviço há uma verba destinada ao projeto de extensão a ser paga pelo Conselho da Comunidade de Matinhos para o financiamento de bolsas aos estudantes da UFPR envolvidos neste projeto.

Este convênio inicialmente consistiu na prestação de um serviço de pesquisa e acompanhamento social com a população atendida pelo Conselho, com os objetivos de caracterizar as pessoas fiscalizadas pelo Conselho quanto à idade, gênero, composição familiar, trajetória laboral, escolaridade e potencialidade para o mundo do trabalho, auxiliar essas pessoas na retomada da sua participação na sociedade, na família, na comunidade, no sistema escolar e no mundo do trabalho. Além disso, um dos objetivos consistia em elaborar um projeto de empreendimento de geração de trabalho e renda destinada a essa população e seus familiares.

O projeto em seu primeiro ano tinha uma equipe técnica especializada que contava com uma assistente social, estudante do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, responsável pelas atividades desenvolvidas no projeto, três bolsistas do curso de graduação em serviço social, em processo de estágio obrigatório supervisionados pela assistente social, e mais três alunos dos cursos de serviço social e gestão e empreendedorismo, com bolsa paga direta pela Universidade, sendo coordenados por uma professora do Serviço Social e um professor de Gestão e Empreendedorismo.

Para o segundo ano de projeto a equipe contou com uma assistente social, dois bolsistas do curso de serviço social, dois estudantes de serviço social em estágio obrigatório, supervisionados pela assistente social, um estudante do curso de Administração Pública e um estudante do curso de Gestão e Empreendedorismo, uma psicóloga voluntária e uma servidora técnica da Universidade, com carga horária de 4 horas para o projeto.

Ao longo desses dois anos de projeto vários dados foram levantados sobre essa população fiscalizada e acompanhada pelo conselho, bem como várias ações foram realizadas, pois o Conselho conta com algumas frentes de trabalho. Além desse acompanhamento social realizado com as pessoas em cumprimento de sanção penal há também a fiscalização e vistoria da delegacia cidadã de Matinhos feita pelo Conselho e que conta com a participação de um estagiário do serviço social, um bolsista de serviço social, um bolsista do curso de administração pública e uma servidora técnica da UFPR.

O início dos trabalhos demandou um reconhecimento da documentação disponível na secretaria do Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos, bem como apreender a bibliografia relacionada à política de execução penal.

Sendo assim, deu-se início a sistematização de um formulário construído e aplicado pela diretoria do Conselho da Comunidade, bem como dos dados das pastas de cada sujeito acompanhado pelo Conselho, com o objetivo de identificar algumas características e informações sobre essas pessoas. Essa sistematização gerou o relatório denominado “Relatório parcial de análise dos dados coletados nas fichas de entrevista e pasta das pessoas acompanhadas/ fiscalizadas pelo Conselho da Comunidade da comarca de Matinhos/PR”. Na sequência, a equipe realizou um mapeamento de todos os processos no PROJUDI, que gerou o “Relatório de análise dos dados coletados no sistema PROJUDI das pessoas acompanhadas/ fiscalizadas pelo Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos/PR e dados correlatos”.

Com base nessas informações, foi construído um questionário base para a entrevista de acompanhamento social, que forneceu os dados para a pesquisa de caracterização das pessoas atendidas pelo Conselho. O acompanhamento social implantado compreendeu a escuta qualificada, visita domiciliar, encaminhamentos à rede de proteção social, a identificação de demandas sociais, educacionais e referentes ao processo, bem como as possibilidades, potencialidades e perspectivas de retomada da vida em sociedade, familiar, cultural, educacional e laboral.

Houve também a elaboração de um mapa georreferenciado com a localização da residência dos sujeitos atendidos no acompanhamento social, o processo de acompanhamento das instituições que recebem pessoas com a determinação judicial de prestação de serviço à comunidade em Matinhos, a participação em eventos sobre a temática da execução penal, a elaboração de um mapa com a dinâmica dos delitos, a submissão de projeto para obtenção de recursos federais e a pesquisa de ações dentro da execução penal em outros países e que tiveram sucesso. Além da participação e submissão de artigos e produções em vários eventos como resumido no quadro 2:

QUADRO 2 - ARTIGOS E RESUMOS APRESENTADOS

Trabalhos Publicados	Evento
Ação Extensionista da UFPR junto ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR	I Colóquio Nacional Sobre Currículo, Território e Diversidade Étnico-Cultural
A incidência da racialidade e da baixa escolaridade no perfil das pessoas acompanhadas pelo Conselho da Comunidade de Matinhos-PR	III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos
Conselho da Comunidade de Matinhos-PR: ações e desafios na execução penal	III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos
Caracterização das pessoas acompanhadas pelo Conselho da Comunidade da comarca de Matinhos- PR. A atuação do Serviço Social.	IV Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão
A atuação do Conselho da Comunidade no processo de reinserção social das pessoas que violaram a lei 11.343/2006	X Seminário Nacional Sociologia & Política América Latina hoje: rupturas e continuidades
O processo de implantação do Serviço Social no Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos	IV Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas
Projeto de Extensão Conselho da Comunidade em Ação	ENEC 2018 e 2019
A Atuação do Conselho da Comunidade na Delegacia Cidadã de Matinhos	VII Congresso Paranaense de Assistentes Sociais
A experiência de implantação do Serviço Social no Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos: um projeto extensionista da UFPR	VII Congresso Paranaense de Assistentes Sociais
Cidadania, Direitos Humanos e Participação Social: o Conselho da Comunidade na Execução Penal	III Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial e Sustentável
O processo de reinserção social das pessoas em conflito com lei 11.343/2006 na comarca de Matinhos: a atuação do Conselho da Comunidade	III Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial e Sustentável

FONTE: a autora (2020).

De acordo com os dados do Relatório de Análise de 2019, do projeto de extensão, a população atendida pelo Conselho da Comunidade de Matinhos mostra características semelhantes ao cenário nacional: ela é mais jovem (60% entre 18 a 34 anos) que madura (40% entre 35 e mais de 70 anos), masculina (85%), heterossexual (95%), casada ou em união estável (54%), de pele preta ou parda (52%), baixa escolaridade (55% com fundamental completo), católica ou evangélica.

Em sua situação processual, foi condenada por crimes contra o patrimônio ou por drogas (68%), com um processo em andamento (53%), em execução de pena ou liberdade

provisória (64%), que em caso de reincidência se dá pelos mesmos crimes anteriores (68%), defendida por advogado constituído, sem acesso ao processo legal (51%), sem recebimento da autoridade judiciária do atestado de pena a cumprir (70%), sem conhecimento do tempo que resta a cumprir (51%), com penas a cumprir até 2 anos (54%), em regime aberto ou fechado (94%), em que os que passaram pelo regime fechado tiveram acesso à remissão de pena (58%) dentro de programa de trabalho (65%), com atividade laboral (60%), remunerada (67%) em serviços gerais ou em indústrias (54%), com experiência religiosa no interior da prisão, predominantemente evangélica; com recebimento de visita familiar, sem visita íntima, e comunicação com familiares e amigos, conseguindo acessar o sistema de saúde (75%), sem contração de doença (90%).

O retorno ao convívio familiar e comunitário foi fácil (60%), em virtude de fatores viabilizadores e apesar dos entraves. Essa amostra possui trabalho remunerado (84%) na informalidade (65%) há mais de um ano (69%), com perspectiva de mudança de atividade produtiva (53%), com rotatividade laboral entre 1 e 3 empregos (61%), sem realização de cursos profissionalizantes (63%), mas que possui saberes adquiridos empiricamente, com expressivo aprendizado no setor de construção civil e outros serviços (62%).

Portanto, foram desenvolvidos alguns cursos de aperfeiçoamento como da área de informática, com a participação voluntária de um instrutor profissional capacitado. As aulas eram realizadas aos sábados no laboratório de informática da UFPR Litoral. O objetivo do curso era ensinar os procedimentos básicos realizados na computação, desde o simples fato de ligar o computador e conhecer seus componentes, até a criação de um e-mail e formas de se navegar e pesquisar conteúdos na internet de forma segura. Também aos sábados foi desenvolvido um Minicurso de Panificação e Bolos, que aconteceu no laboratório de alimentos da UFPR Litoral, uma alternativa compreendida como rápida e prática para aqueles que precisam de uma renda imediata.

Toda segunda-feira pela noite, no Fórum da Comarca de Matinhos, acontecia o curso Voltando aos Estudos, uma parceria com outro projeto de extensão da UFPR Litoral, chamado “Minha Universidade Lê - 4ª Edição” coordenado por uma professora do curso de Linguagem e Comunicação, onde são realizadas aulas de língua portuguesa, matemática e ciências, visando à preparação para as provas do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos). As aulas são ministradas por voluntários. A falta de consistência na participação das aulas é constante por parte dos estudantes, que costumam oscilar entre idas e

vindas, porém, foi explicado pela professora que tem experiência com esse tipo de atividade, que a escolarização de adultos pode contar com esse contratempo.

Antes desses cursos iniciarem, foi realizada uma reunião na qual todas as pessoas acompanhadas pelo Conselho da Comunidade foram convocadas através de contato telefônico. Após apresentadas as propostas de cada curso, a equipe do projeto participou dos grupos interativos criados para explicar melhor sobre as particularidades de cada curso e também criar intimidade com o pessoal acompanhado. Ao final da reunião, as pessoas se inscreveram para os cursos que despertaram seus interesses, em seguida foi agendada uma reunião para as semanas seguintes onde seriam definidos datas e horários, que serviriam para compreender também o que eles desejavam e esperavam dos cursos. Posterior a essas reuniões, deu-se início àqueles cursos que já estavam prontos para serem aplicados. O curso de Agricultura Urbana, com edital de captação de recursos do Ministério da Justiça não teve sequência por depender de fatores externos, mas as pessoas interessadas estão sob acompanhamento do professor vice-coordenador do projeto de extensão. Após a reunião as pessoas acompanhadas continuaram sendo informadas de quais cursos já estavam em andamento, e convidadas para participarem e/ou se inscreverem naqueles que foram organizados para ter início. Também foi feito o acompanhamento do andamento dos cursos além de ligações para os participantes que vinham a evadir.

Em relação ao curso de Mestre de Obras, localizou-se um engenheiro do município de Paranaguá que se dispôs a ministrar o curso de forma voluntária, com custos apenas de deslocamento e impressão do material necessário para aplicação do curso. Este ainda não foi iniciado por falta de recursos, no entanto, o Instituto Cooperforte lançou, dia 15 de Junho, edital de chamada para projetos a serem executados em 2020 direcionados à capacitação de pessoas e sua inserção no mundo do trabalho, sendo as propostas de projeto alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), objetivando atender aos princípios de educação de qualidade e trabalho decente, com valor de apoio de até R\$ 100.000,00 por iniciativa.

A equipe do Projeto decidiu então elaborar um projeto na área da construção civil, voltado para formação de jovens trabalhadores e trabalhadoras, entre 16 e 29 anos, acompanhados pelo Conselho, seus familiares e demais membros da comunidade, buscando especializar na supervisão e fiscalização de obras e qualificar no conhecimento e execução em elétrica residencial, predial e acabamento. Este Projeto encaminhado se aprovado terá início em março de 2020.

Para o curso de instalações elétricas, o projeto tem uma proposta de parceria com o SENAI para realização do curso mediante pagamento das aulas. Foram realizadas duas reuniões para tratar sobre os cursos que o SENAI disponibiliza. Na primeira reunião, foram apresentados os cursos disponíveis, inclusive o curso de Instalações Elétricas, que nos despertou o maior interesse. Na segunda reunião o curso foi discutido de forma detalhada, e as ideias foram alinhadas, resultando em uma proposta comercial que utilizamos como base para captação de recursos.

Outra frente interventiva é a realização de eventos para dar maior visibilidade ao Conselho perante a comunidade de Matinhos. Em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná, o Conselho da Comunidade promoveu o evento da Semana da Justiça Pela Paz em Casa, no dia 21 de Agosto de 2019, na qual os estagiários e bolsistas executaram atividades orçamentárias, elaboração de materiais gráficos, organização do espaço do evento, divulgação nas escolas estaduais de Matinhos, assim como acolhida e credenciamento aos participantes dessa atividade. O evento contou com participação de 150 pessoas, dentre estes, servidores públicos federais, estudantes da rede municipal/estadual e federal, além da comunidade externa.

O evento, orientado pelo Conselho Nacional de Justiça, contou com a participação de algumas autoridades como palestrantes, tendo como objetivo sanar dúvidas e dar orientações sobre Violência Doméstica e familiar, trazendo ainda uma novidade para o Município de Matinhos, o Botão do Pânico, que irá fortalecer a prevenção de muitas mulheres que sofrem com a impunidade quando se trata de violência doméstica no Brasil. Este evento contou ainda com um segundo momento, novembro de 2019, tendo como proposta a realização de atividades de orientação e oficinas nas escolas estaduais do Município ao longo de 4 dias, sendo no último dia da semana realizada uma palestra no auditório da Universidade Federal do Paraná,.

Neste período de dois anos de parceria entre o Conselho da Comunidade e a UFPR Litoral através do projeto muitas ações foram realizadas bem como pesquisas e produção e divulgação de conhecimento, mas isso não é o bastante para garantir o acesso destas pessoas acompanhadas pelo Conselho a políticas públicas e sociais, mas é fato que já é um avanço tanto na garantia de direitos quanto na participação da sociedade na execução penal. Foi um avanço considerando que até o momento o trabalho desenvolvido pelo Conselho era muito mais restrito, pois contava com uma secretária e com o compromisso e boa vontade da diretoria. A equipe do projeto passou a debruçar-se sobre todas as demandas postas pelo Conselho, na perspectiva de conhecer a realidade e principalmente contribuir para a proposição de uma dinâmica de trabalho e acompanhamento da população residente em Matinhos em conflito com a lei. A Universidade

teve um papel muito importante no processo de pesquisa, extensão, organização mínima da rede e a captação de recursos, estabelecendo seu papel social no compromisso com a comunidade no processo de formação. Reitera-se a permanência da ação do Conselho. Todavia evidencia-se também a ausência de equipe técnica, a desresponsabilização do Estado.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Com relação ao território pesquisado, Matinhos está localizada na região litorânea do estado do Paraná, e segundo dados do último censo do IBGE (2010) possui uma população de 29.428 pessoas, apesar disso, o Instituto ressalta ainda que em 2018 a população foi estimada em 34.207 pessoas. A colonização do município começou em meados do século XIX, quando índios carijós habitavam o litoral paranaense, explorado pelo francês Augusto de Saint' Hilaire. Sua primeira denominação foi Matinho, devido a um rio que cortava a cidade e que tinha esse nome. Em 27 de janeiro de 1951, de acordo com a Lei nº 613, Matinhos foi elevada à categoria de distrito de Paranaguá e só em 1967 à categoria de município, desmembrando-se de Paranaguá (IPARDES, 2019).

De acordo com dados do site da prefeitura, o município Matinhos possui 14 quilômetros de faixa de praia, distribuídos em 26 balneários, que vão de Jardim Monções a Caiobá. Sua economia está baseada nas atividades voltadas para o turismo e veraneio, sendo estas as atividades que mais geram renda e emprego para a população fixa. No período da baixa temporada a economia se caracteriza pela pesca, eventos e comércios locais. De acordo com Dirce Koga (2013) é importante “reconhecer as condições objetivas dos territórios em que vivem as populações sobre as quais se referem um cadastro, um programa ou um serviço prestado no âmbito das políticas sociais”.

O processo de observação, coleta de dados e entrevistas teve início em abril de 2018 e seguiu até julho de 2019. A partir desse trabalho de campo foi possível fazer uma análise sobre a atuação do Conselho da Comunidade, bem como verificar o perfil e as perspectivas de vida das pessoas acompanhadas e também as perspectivas da equipe do Conselho. A participação da pesquisadora no projeto de extensão facilitou tanto as observações quanto o acesso aos participantes da pesquisa, mas foi também uma dinâmica bem complexa que exigiu um constante cuidado e atenção em não misturar os papéis desempenhados ali para que a fidedignidade do estudo fosse preservada.

As observações foram anotadas no caderno de campo da pesquisadora e foram imprescindíveis para analisar a fala dos entrevistados e a atuação do Conselho na reinserção social das pessoas em conflito com a Lei Antitóxicos. Além disso, ajudaram a compreender toda a dinâmica de funcionamento da instituição, suas correlações de força e relação com as demais operações de justiça no âmbito do fórum. O acesso as dependências do fórum e consequentemente do Conselho são livres apenas no horário de expediente, todas as tardes, de segunda a sexta-feira entre meio dia e dezoito horas. Caso haja necessidade de acessar as

dependências do fórum fora do expediente é necessário solicitar autorização da administração do fórum e do juiz da comarca.

O primeiro contato com o universo da execução penal foi com a documentação das pessoas acompanhadas pelo Conselho via projeto de extensão. O Conselho possui um arquivo distribuído em ordem alfabética com as informações básicas sobre cada uma delas como dados pessoais e alguns dados processuais. Porém, logo no início já foi possível perceber um conflito nas informações. Tanto os telefones anotados nas fichas quanto os endereços por diversas vezes não corroboravam com a informação correta. Apesar da dedicação da secretária do Conselho em manter sempre atualizados os endereços e contatos telefônicos nem sempre isso era possível.

A justificativa dada pelo Conselho é a troca constante de números telefônicos e até de endereços, o que muitas vezes dificultou o trabalho da equipe do projeto de extensão. Outro dado também que não aparecia em todas as fichas e documentos processuais era o delito cometido. Muitas pastas não continham essa informação. A estratégia utilizada pelo Conselho para que esses dados fossem acessados pela equipe do projeto foi contratar uma estagiária do curso de direito de uma faculdade particular de um município vizinho a Matinhos para que esta tivesse acesso à senha do PROJUDI da advogada membro da diretoria do conselho para recorrer a esses dados.

O acesso depende muito do nível de envolvimento da pessoa com o processo, bem como a complexidade do caso. Geralmente advogados têm acesso aos processos de forma geral, mas com algumas restrições, por exemplo, quando o processo se trata de segredo de justiça e não é representado por tal profissional. As varas também têm acesso com pouquíssimas restrições, já juízes e promotores têm acesso livre a todos os dados processuais. Para acesso aos dados processuais foi acordado com o Conselho que a estagiária faria o arquivamento em drive do oráculo (documento com o histórico processual da pessoa), da denúncia, da sentença e do delito para que a equipe do projeto pudesse trabalhar em cima desses dados e mapear o perfil das pessoas acompanhadas pelo Conselho.

O trabalho realizado pela equipe do Conselho tem um enfoque fiscalizador de acordo com as disposições da Lei de Execução Penal. É o Conselho que acompanha o cumprimento das sanções penais, bem como comunica a autoridade judicial de todo o processo de comparecimento no fórum, prestação de serviço à comunidade e prestações pecuniárias.

Com relação a prestação de serviço à comunidade, o Conselho tem como parceria algumas instituições públicas que recebem as pessoas fiscalizadas para que as mesmas realizem algum tipo de atividade no estabelecimento como parte de sua pena. Entre as instituições

parceiras se tem a Casa da Cultura de Matinhos, a Guarda Mirim de Matinhos, o Hospital Municipal, a Guarda Municipal, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Como protocolo de acolhimento a secretária do Conselho realiza uma entrevista com a pessoa que prestará o serviço a fim de conhecer um pouco do perfil dela, bem como seu endereço e disponibilidade de horário para realizar a prestação de serviço. Geralmente as pessoas são encaminhadas para locais próximos de suas residências ou que atendam às suas especificidades verificadas na entrevista inicial.

Outra atividade de rotina mensal também realizada pelo Conselho, disposta na Lei de Execução Penal, é a visita de fiscalização a delegacia cidadã de Matinhos para verificar as condições de reclusão a que as pessoas estão submetidas, na busca da defesa dos direitos humanos. Este modelo de delegacia foi inaugurado em Matinhos, em abril de 2017 pelo então governador do Estado Carlos Alberto Richa, sendo a primeira delegacia do Paraná a aderir esse formato. A delegacia cidadã é preparada para atender até 16 pessoas e estas devem passar um período máximo de até 72 horas e depois serem transferidas para alguma unidade penitenciária ou cadeia pública. Porém, não é o que ocorre.

A delegacia é composta por quatro celas e cada uma delas comporta até quatro pessoas, porém esta não é a realidade do cotidiano visitado pelo Conselho. A delegacia de Matinhos, como várias outras no país, e até mesmo as penitenciárias, quase sempre está superlotada. Em tempos de alta temporada de turismo na cidade no verão, entre os meses de dezembro a fevereiro, a delegacia chegou a ter mais que o triplo de sua capacidade máxima, o que dispendeu do Conselho manifestação via Ministério Público do Paraná para que fossem tomadas as devidas providências. Como a delegacia tem capacidade para apenas 16 pessoas, os recursos destinados para serviços de manutenção são proporcionais a essa quantidade de pessoas, o que obriga o Conselho a assessorar, sempre que necessário, a compra de materiais de higiene pessoal, colchão, cobertas e afins. Estas ações são sempre acionadas pela delegada de polícia civil do município e pelos agentes do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) que acompanham os trabalhos na delegacia de Matinhos.

Em relação às atividades desenvolvidas na Delegacia Cidadã de Matinhos, a equipe, não só dos membros do Conselho, mas também do Projeto de Extensão se envolveu em diversas frentes de trabalho. Uma destas atividades refere-se ao repasse de informações quanto ao andamento do processo aos custodiados. Buscou também manterem informados os familiares destes quanto a situação do processo, ou mesmo fornecendo informações quanto às condições de permanência do familiar custodiado, seja a pedido do mesmo ou dos familiares que

comparecem ao Conselho da Comunidade. Tendo em vista fornecer maior segurança no repasse destas informações, foi elaborado pela equipe, juntamente com os membros do Conselho, um documento que autoriza o repasse destas informações, contendo a assinatura do familiar e custodiado interessados.

Com o objetivo de proporcionar maior comunicação dos custodiados com seus familiares, dada a impossibilidade de visitas e telefonemas, a equipe do Serviço Social iniciou atividades de repasse de informações e notícias dos custodiados aos seus familiares por meio de mensagens e/ou telefonemas. Muitas destas informações eram passadas dos custodiados a equipe por meio de carta, solicitando que estas fossem entregues ao familiar desejado. Buscou-se, com isso, encaminhar estas cartas mediante o serviço de Carta Social dos Correios, um serviço postal prestado pela empresa com o objetivo de facilitar o acesso da população de baixa renda, participante do Programa Bolsa Família ou seus dependentes, ou de pessoa presa, aos serviços postais (BRASIL, 2012). Inicialmente, por dificuldade de articulação desta atividade com as autoridades da Delegacia, dado que as Cartas Sociais enviadas devem conter carimbo de identificação do estabelecimento prisional e indicação de 3 representantes para aquisição dos selos e envio das cartas, a equipe se restringiu ao contato por meio de telefonemas e mensagens.

Também foram elaborados projetos de atuação, objetivando atender os custodiados e seus familiares. Uma das atribuições da equipe de Serviço Social dentro da Delegacia Cidadã foi o acompanhamento social para com os familiares dos custodiados, sendo colhida as seguintes informações daqueles que manifestem interesse, para que assim a equipe do Serviço Social possa identificar as demandas e encaminhar aos equipamentos necessários: nome; seu município de residência; se possui filhos menores de dezoito anos; se possui algum familiar idoso ou com deficiência.

No acompanhamento social dos familiares dos custodiados quando há interessados, o Conselho da Comunidade faz ligações para iniciar o contato com os familiares, acolhendo então esse familiar, ouvindo suas demandas e realizando os encaminhamentos necessários, como aos programas ofertados em âmbito federal, como o Bolsa Família, ou no município de Matinhos, a exemplo a Cesta Vida e o Auxílio Leite, que é um programa a nível estadual. Também ocorre repasse de informações sobre os direitos destas pessoas, como exemplo do auxílio reclusão, que muitos indivíduos não têm a compreensão deste direito, outorgado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 201, no capítulo relativo à Previdência Social, onde consta o direito ao “auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda”.

Um dos projetos idealizados para realização dentro da Delegacia Cidadã da comarca de Matinhos é a possibilidade de entrada de livros nas celas. Todos os livros que o Conselho da Comunidade conseguiu arrecadar foram catalogados e distribuídos individualmente, sem ter a necessidade do compartilhamento de um só livro para mais pessoas, foram selecionados temas de reflexão, crônicas e poesias para externalizar a realidade destes sujeitos, trazendo a eles o mínimo de suporte cultural que o Conselho da Comunidade pode oferecer.

Por fim, a equipe participou de todas as visitas de fiscalização e elaboração dos relatórios para o Conselho, além de reuniões com membros da Delegacia e do Conselho para tomada de decisões relativas às visitas, ações e projetos desenvolvidos. Foram reelaborados pela equipe de Serviço Social modelos padronizados para tornar a inspeção da Delegacia Cidadã de Matinhos mais técnica, sendo separado por itens, para ajudar no fornecimento de informações para os futuros relatórios e denúncias para o MPU que são de praxe na atuação profissional do Conselho da Comunidade na comarca de Matinhos, estes itens foram divididos em Sacolas que entram na Delegacia Cidadã, observando se todos os itens entram, se os familiares entregam as sacolas e as pessoas sentem falta de algum item lá dentro, observando as restrições de itens que a própria delegacia possui.

Outra questão é a limpeza da cela, se os itens descartáveis estão tomando destino correto e o lixo está sendo retirado. O item higiene pessoal está vinculado à necessidade médica, pois normalmente quando o indivíduo não obtém uma higiene pessoal adequada dentro da cela, os resultados disto são furúnculos, doenças de pele, coceiras e irritações que se espalham rapidamente aos demais indivíduos. Outro item avaliado são as condições dos colchões, o litoral do Paraná possui grande concentração de umidade, portanto no inverno isso pode vir a ser um problema na proliferação de fungos que causam diferentes doenças de pele.

Todas essas ações foram pensadas e realizadas afim de minimizar a situação de precariedade do serviço oferecido pelo Estado do Paraná para com essas pessoas custodiadas na Delegacia Cidadã de Matinhos. Fica evidente que o Conselho está fazendo o papel que o Estado deveria fazer, evidenciando assim que o Estado está delegando responsabilidades executivas para o Conselho, principalmente no Paraná, visto que as equipes que trabalham tanto na delegacia, quanto no fórum e no próprio Conselho são insuficientes para atender todas as demandas existentes.

Há que se evidenciar em relação ao público da pesquisa a ausência de espaço de discussão sobre as drogas no município, como por exemplo, o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, demonstrando a frágil retaguarda no atendimento de todas as demandas afetas a

dependência química. Hoje o município conta com grupos de N.A. (Narcóticos Anônimos) e A.A. (Alcoólicos Anônimos) e um CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), porém esses equipamentos não trabalham em rede com os serviços relacionados à segurança pública e execução penal no município.

Partindo de fato para o recorte dos dados da pesquisa, por estar à frente das atividades do projeto de extensão, a pesquisadora possuía acesso livre aos documentos do Conselho, bem como as pessoas acompanhadas pelo mesmo, não só pela pesquisa, mas também por conta do trabalho realizado. Isso possibilitou a criação de vínculos, tanto com os membros do Conselho, quanto com essas pessoas em conflito com a lei e com vários profissionais que trabalham nas dependências do fórum. Esse vínculo foi construído sobre muito diálogo, de início o contato tanto com os membros do conselho quanto com as pessoas acompanhadas era de extrema formalidade até que a confiança fosse estabelecida.

O recorte da pesquisa para analisar a atuação do Conselho da Comunidade na reinserção social das pessoas em conflito com a Lei Antitóxica se deu depois de muita observação realizada não só com essas pessoas, mas da conjuntura do país no que compete a discussão sobre o uso e o tráfico de drogas ilícitas e também da conjuntura local que não possibilita um acesso amplo às várias políticas públicas sociais, fator que muitas vezes motiva as pessoas a se envolverem com a economia criminal.

Foram realizadas entrevistas com 30 pessoas com perguntas elaboradas a partir de dados pessoais e das categorias a serem analisadas sendo: dados pessoais; situação penal; experiência penal; dados familiares; situação socioeconômica; trabalho e renda; atuação e acompanhamento do conselho.

Com relação a faixa etária das pessoas entrevistadas, 58% tem idade entre 18 e 30 anos; 21% tem entre 31 e 40 anos e 21% entre 41 e 48 anos. Caracterizando-se como uma população jovem, constatação esta que corrobora com as estatísticas do país. Um pouco mais da metade das pessoas entrevistadas é solteiro, 54%, os outros 46% declararam estar em uma união estável. Com relação ao gênero 84% se declararam serem do gênero masculino e apenas 16% são do gênero feminino e 100% delas se declararam heterossexuais.

Com relação a raça/cor/etnia, 67% dos entrevistados declarou ser preto ou pardo, enquanto 25% declarou serem brancos e 8% indígenas. Esses dados vão ao encontro das palavras de Andrade e Andrade (2014) de que o racismo está presente na sociedade e no acesso à justiça, pois na maioria das vezes o público atendido pela execução penal é preto e pardo, tanto como criminoso quanto vítima do Estado. O racismo é um fenômeno frequentemente

observado ao longo da história, seja pela ação do Estado (legislação segregacionista) e de seus agentes; pela sua omissão (reprodução de práticas institucionalizadas que geram distorções sóciorraciais); ou pela atuação de indivíduos ou grupos movidos por preconceitos, gerando discriminação, estigmatização, negação ou violação de direitos em diferentes dimensões. Isso, por sua vez, acaba por fomentar, dentro do imaginário popular, uma associação da figura do negro à desordem, tornando-o, por isso, alvo preferencial das agências de controle social. Essa associação do indivíduo negro à criminalidade se mantém presente no que os autores chamam de “imaginário coletivo”, nas dinâmicas da vida cotidiana, atribuindo ao negro uma potencialidade criminoso. É a concepção da existência de um “suspeito por excelência” que vai configurar o modo de agir na sociedade de forma geral e nas agências de controle social do Estado. Essas concepções influenciam a construção de perfil de “prováveis criminosos” em diferentes níveis. De acordo com o Atlas da Violência de 2017, das 726.712 pessoas encarceradas no Brasil em junho de 2017, 64% eram negras. De maneira geral os dados de Matinhos retratam a realidade brasileira. Os jovens negros constituem uma “clientela” preferencial do aprisionamento. “É um quadro de encarceramento massivo, focalizado numa população específica, com o objetivo de controlá-la pela repressão penal (...)” (SINHORETO, 2014, s/p) além de iniciativas de tratamento de ressocialização quase sempre ineficientes.

A posse de documentos e consequentemente maior acesso a políticas públicas é ausente para apenas 20% dos entrevistados, sendo que o Registro Geral (RG), o Cadastro de Pessoa Física (CPF), o título de eleitor e o certificado de reservista são os mais citados. Cabe notar que o título de eleitor é um documento que fica suspenso quando a pena é restritiva de direitos. O fato de a pessoa não possuir todos os documentos dificulta a vida de muitas destas em todas as esferas da vida social, visto que praticamente nenhum serviço pode ser acessado sem pelo menos um desses documentos de identificação. Muitas pessoas acabam por não conseguir acessar o mercado de trabalho formal.

Com relação a escolaridade, há uma porcentagem relevante de pessoas (50%) que não concluíram o ensino fundamental, sendo metade dos entrevistados. Apenas 4% possuem o ensino fundamental completo. No que tange ao ensino médio, 12% concluíram, enquanto 18% não. Dos entrevistados, 4% possuem ensino superior completo e 12% incompleto.

Ressalte-se que não é exclusiva a relação entre a baixa escolaridade e a criminalidade, mas irrefutável que as oportunidades de aprimoramento cultural e educacional do indivíduo trazem-lhe benefícios no tangente à colocação junto ao mercado de trabalho, deixando-o menos exposto a situações de vulnerabilidade financeira e consequentemente necessidade que o leve a cometer crimes de cunho patrimonial ou

associação ao tráfico, que representam a grande maioria de presos no sistema penitenciário atualmente (GOI, 2019, p. 34).

Pelo recorte étnico-racial, percebe-se que as pessoas com ensino fundamental incompleto são as mesmas que se declararam pretas e pardas, denotando os problemas do ensino fundamental com esse contingente populacional que se evadiu da escola, reafirmando um ciclo vicioso que relaciona a cor da pele com a inserção escolar. A baixa escolaridade da população negra é fruto de um processo histórico, no qual o racismo tornou-se eixo central para silenciamento dessa população.

Sobre a situação e experiência penal das pessoas entrevistadas, 34% já possuem condenação e estão executando a pena, outros 34% estão em liberdade provisória, 26% possuem alvará de soltura, 3% medida cautelar e os outros 3% suspensão condicional do processo.

Excluindo aquelas pessoas que já executam uma pena, que são 34% das entrevistadas, o restante 66%, aguarda audiência, sentença ou arquivamento do processo por cumprimento de medida judicial pelo período mínimo de dois anos. Sobre reincidência temos um total de 38% das pessoas reincidentes, enquanto 62% estão sendo processados pela primeira vez.

De acordo com informações do relatório IPEA 2015 (Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada) existem cerca de quatro tipos de reincidência: reincidência genérica, reincidência penitenciária, reincidência criminal e por fim a considerada pelo PROJUDI que é a reincidência legal, ou seja, é a condenação judicial por novo crime até cinco anos após a extinção da pena anterior. Com relação aos delitos cometidos nestas reincidências, 44% são por violação da lei 11.343/2006, 23% sendo por furto, 11% por porte ilegal de arma de fogo, 11% por violência doméstica e os últimos 11% restantes não quiseram responder à pergunta.

Das pessoas entrevistadas 58% possuem defensor dativo, ou seja, advogado cedido pelo Estado para acompanhamentos das audiências e do processo em questão, enquanto 42% possuem defensor constituído, particular. Geralmente a custa de um processo judicial é alta, o que muitas vezes impede as pessoas de recorrerem a um advogado particular que conhece a fundo o processo e, portanto, teria mais condições de representá-las perante a justiça. Muitas pessoas se quer chegam a ter acesso ao seu processo ou serem esclarecidas a respeito do mesmo, o que na pesquisa denota 46% dos entrevistados. A maioria dos entrevistados não recebeu da autoridade judicial e não conhece o atestado de pena a cumprir, sendo 83%.

Foi perguntado se as pessoas tinham conhecimento do tempo que ainda lhes restavam a cumprir e 67% alega desconhecer essa informação. Das 33% das pessoas que responderam que sabiam o tempo restante, 75% têm de um a quatro anos ainda para cumprir, 12% afirmaram estar aguardando audiência e 13% ainda possuem mais de cinco anos para conclusão da pena.

Estes dados demonstram, por um lado, como o sistema judiciário brasileiro é falho na democratização das informações, mesmo aquelas relativas à própria situação processual do cidadão. Por outro lado, a importância de uma ação do Conselho nesse sentido, de forma a ampliar a efetivação dos direitos, seja pela solicitação da autoridade judiciária competente realize a previsão em lei ou pela socialização da informação do tempo a cumprir pelo próprio Conselho no momento da fiscalização. Porém é importante evidenciar que caso não houvesse a parceria entre o Conselho e a Universidade, o mesmo ainda assim teria condições bem reduzidas de desempenhar esse papel de facilitador, mediador e de orientação devido à limitação técnica dos membros, bem como a disponibilidade de tempo, pois são pessoas voluntárias que administram/conciliam a atuação no Conselho com suas atividades diárias.

Sobre a composição familiar, 50% dos entrevistados possuem de 1 a 3 pessoas no seio familiar, enquanto a outra metade, 50% têm entre 4 a 6 pessoas. São famílias que em sua maioria não estão cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) sendo 75%, com um percentual de apenas 25% cadastradas. Também não participam de nenhum programa social de governo, em nenhuma esfera do Estado, 84%, contra 16% de famílias participantes. Todas as pessoas alegaram que acessam com facilidade a política de saúde e 54% acessam a farmácia popular quando necessitam de medicamentos, enquanto os outros 46% afirmam comprar medicamentos. Quando perguntado pelo acesso da família na política de educação, 54% disseram acessar, enquanto 46% não acessam.

Das pessoas entrevistadas, 50% moram em residência alugada, 42% própria e 8% concedida. A renda destas famílias não ultrapassa o valor máximo de cinco mil reais, sendo que 25% atestaram que a renda é de R\$ 0 a 1.000,00. Outras 58% possuem entre R\$ 1.001,00 a 2.000,00 e por fim 17% declararam ser a renda de R\$2.001,00 a 5.000,00 reais. Se levarmos em consideração as duas porcentagens até R\$ 2.000,00 temos um total de 83% das famílias vivendo com até dois salários mínimos. Parte destas pessoas poderia acessar programas sociais, porém não acessa e também desconhece o fato de ter esse direito.

Sobre o mundo e os saberes do trabalho, 79% alegaram estarem trabalhando, ou seja, realizando algum tipo de atividade laboral que resulte em um montante de dinheiro. Os contratos são em sua maioria (79%) informais, sendo que as atividades variam entre construção civil; vendas, pesca, jardinagem, motoboy/motorista e outros tipos de atividades. “Uma das características do trabalho informal é que ele se restringe a poucos ramos de atividades. Estes serviços muitas vezes exigem experiência e conhecimentos, mas não escolaridade elevada” (SINGER, 2001, p. 12).

Antunes (2011) caracteriza três tipos de trabalhadores informais: os menos instáveis, os mais instáveis e os tradicionais. Os trabalhadores informais considerados menos instáveis são aqueles que possuem um mínimo de conhecimento profissional da função que exerce e na grande maioria dos casos desenvolvem atividades no setor de prestação de serviço, sendo as costureiras, pedreiros, jardineiros, sapateiros, e oficinas de reparo. Já os informais mais instáveis são recrutados temporariamente e geralmente remunerados por peça de fabricação, ou serviço realizado. Realizam trabalhos como os de carregadores, carroceiros, trabalhadores de rua e serviços em geral. Os trabalhadores informais tradicionais são aqueles ocasionais ou temporários que realizam atividades informais quando se encontram desempregados, visando retornar ao trabalho assalariado. Portanto, essas três caracterizações encontram-se distribuídas entre os participantes da entrevista, tendo um contingente maior de pessoas entre os mais instáveis e menos instáveis. “Estamos, portanto, frente a uma nova fase de desconstrução do trabalho sem precedentes em toda a era moderna, ampliando os diversos modos de ser da informalidade e da precarização do trabalho” (ANTUNES, 2011, p. 417).

Sobre o fato de terem ou não feito algum curso profissionalizante, 37% responderam que sim e os outros 63% responderam negativamente, ou seja, além da baixa escolaridade os dados mostram também que é uma mão de obra muito pouco qualificada. Os cursos que apareceram nas respostas foram: informática (18%); mecânica (12%); oficinas de capoeira (12%); telemarketing (12%); operador de empilhadeira (22%), contabilidade (12%) e eletrônica (12%).

Foi perguntado também para essas pessoas quais eram os tipos de atividades que elas sabiam desenvolver mesmo não tendo feito nenhum tipo de curso e as atividades estão descritas no quadro abaixo.

QUADRO 3: TIPOS DE ATIVIDADES QUE SABEM DESENVOLVER SEM TER FEITO CURSO

Atividade	Quantidade de respostas
Instalação elétrica	4
Construção civil	7
Pesca	1
Carpintaria/marcenaria	3
Logística e transporte	1
Vendas	3
Mecânica	3
Solda	1
Informática	2
Cozinha no geral	5
Limpeza no geral	1
Pizzaria	1
Corte e costura	2
Reparos	1
Jardinagem	1
Balconista	1
Atendente	1

FONTE: a autora (2020).

Sobre a atuação do Conselho no acompanhamento e na reinserção social destas pessoas foram feitas também algumas perguntas. Quando perguntado se em algum momento tiveram acompanhamento de equipe técnica, 75% responderam que não, enquanto apenas 25% alegaram que sim. Em relação aos que responderam esta pergunta afirmativamente foi questionado se o Conselho intermediou esse acesso a equipe e 50% disseram que sim e 50% não.

Sobre o encaminhamento para outras políticas públicas por parte do Conselho 88% das pessoas entrevistadas responderam que nunca foram encaminhadas para outras políticas pelo Conselho, sendo apenas 12% o quantitativo de pessoas que responderam que sim. Foi perguntado também se o Conselho já havia indicado a pessoa para algum curso profissionalizante e 80% responderam que não, o Conselho nunca os indicou para nenhum curso profissionalizante, enquanto 20% alegaram que sim, foram encaminhados.

Sem surpresa, quando perguntado sobre o Conselho indicar ou encaminhar para alguma entrevista ou vaga de emprego 100% das pessoas entrevistadas disse que não, o

Conselho nunca teve esse tipo de iniciativa. Entretanto, todos os entrevistados também disseram possuir perspectivas de arrumarem um bom emprego ou crescerem na profissão que já se encontram.

Foram realizadas perguntas também sobre a expectativa de vida de forma geral, se tinham algum sonho ou objetivo a ser realizado e 25% disseram terem vontade de retomar os estudos, apenas 3% sinalizaram a vontade de abrir um negócio próprio e outros 3% de comprar um imóvel. Os outros 69% simplesmente não conseguiram responder a essa pergunta, mesmo a pesquisadora explicando o conceito de expectativa de vida. Essa questão da inexistência de expectativas de vida demonstra uma marca subjetiva da violência, pois estas pessoas já foram tão violentadas e tiveram seus direitos violados, assim, essas pessoas já vivenciavam antes mesmo do delito um processo de exclusão, que após o cumprimento da medida judicial elas não têm perspectivas de melhoria da qualidade de vida, nem tão pouco objetivos, ou sonhos a serem alcançados, elas simplesmente estão sobrevivendo ao que a sociedade capitalista oferece para essa parcela da população que tem dificuldades de acesso a bens e serviços, ainda mais tendo transgredido e estando em conflito com lei.

Quando perguntado sobre como consideravam o acompanhamento do Conselho 17% disseram considerar ótimo, 56% consideram bom, 17% responderam que entendem como regular esse acompanhamento e os outros 17% afirmaram não haver acompanhamento ou o acompanhamento não influencia em nada na vida deles.

Essas porcentagens consideráveis de participantes que afirmaram o acompanhamento do Conselho como ótimo e bom nos leva a reflexão de até que ponto essas pessoas têm conhecimento de seus direitos, deveres e possibilidade de acesso às políticas públicas, bens e serviços. Pois a maioria das respostas foram negativas, porém muitos ainda afirmaram nesta pergunta em questão que consideram o acompanhamento bom. Quando questionados sobre como era a concepção de bom acompanhamento a maioria teve respostas que seguem a seguinte lógica:

Ah, o acompanhamento é bom, a gente vem aqui e eles informam sempre as coisas que a gente pergunta e também deixam assinar mesmo que venha atrasado. Todo mundo é sempre muito atencioso. A secretária liga quando a gente esquece de ir assinar. Eu acho que isso é bom (FALA DE PARTICIPANTE DA PESQUISA).

Identificando que são pessoas que não compreendem a questão do acesso a direitos e a cidadania e, portanto, não possuem conhecimento do aparato do Estado e nem das responsabilidades do mesmo para com a população. É o retrato da ignorância e alienação dos

seus direitos e deveres perante as leis que regulamentam não só a execução penal, mas também nas outras políticas públicas.

Os dados mostram que o Conselho ainda tem muita caminhada pela frente na garantia do acesso a cidadania destas pessoas, bem como no combate a violação dos seus direitos mínimos, o que traria melhores perspectivas para estas pessoas. A LEP prevê a fiscalização por parte do conselho, mas considerando as discussões acerca da execução penal há a possibilidade de questionamento dessa fiscalização para que sejam proporcionadas outras coisas para além da fiscalização. Neste sentido, busca-se a participação, o envolvimento da sociedade civil no debate e na discussão da política de segurança pública, bem como da Lei 11.343/2006. Não basta só fiscalizar, busca-se o envolvimento, a superação, o questionamento da lógica, do círculo vicioso da violência e do delito.

Além das pessoas acompanhadas pelo Conselho, o presidente do mesmo também foi entrevistado na busca de compreender como o Conselho se percebe dentro da execução penal e de um órgão que também deve zelar pelos direitos destas pessoas. O presidente do Conselho sempre demonstrou bastante preocupação com a fiscalização e a busca por acesso aos direitos mínimos dessas pessoas e isso ficou evidente na entrevista, mas também a necessidade de melhorias nesse acompanhamento e a satisfação em firmar parceria com a Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, encarando esta parceria como uma ótima oportunidade de criar ações de defesa dos direitos e acesso a cidadania.

O presidente do Conselho está neste cargo há um ano e meio e está encerrando sua gestão nos próximos seis meses, porém recentemente o Conselho teve uma nova eleição para presidência com chapa única e mais uma vez a mesma presidência e diretoria que vem atuando estará à frente do Conselho. De acordo com o presidente a sede do Conselho era na avenida Juscelino Kubitschek, uma sala alugada e após o trabalho da advogada membro do Conselho a sede passou ao fórum da comarca.

Foi perguntado primeiramente sobre a história do Conselho e o presidente ressaltou que o primeiro presidente foi um servidor do fórum de Matinhos. Depois outras pessoas passaram pela presidência, inclusive a advogada, que hoje também faz parte da diretoria e após isso então o presidente atual assume a presidência. Ele ressaltou muito o trabalho da advogada que participa do Conselho que no olhar dele foi a pessoa que alavancou o Conselho e deu a possibilidade de chegar onde chegaram. Para o presidente a advogada é uma pessoa com conhecimento de análise jurídica e isso é de grande contribuição.

O presidente também foi questionado sobre quais seriam os maiores desafios que ele considerava no acompanhamento e fiscalização das pessoas que violaram a Lei 11.343/2006 sendo a reincidência e também a dependência química diante de um município que não tem muitas alternativas de atividades laborais e um poder público que não tem ações e medidas voltadas para essa população conforme trecho da entrevista,

É as maiores dificuldades que nós encontramos nessa situação hoje né da Lei antitóxicos aí é que infelizmente Matinhos, no município que nós moramos aqui já não oferece muitas possibilidades nesses jovens sabe, famílias deles também. É...como sendo um município que já não tem essa possibilidade de trabalho infelizmente a gente entende que a maioria deles acaba indo para o lado errado, principalmente para a droga né, onde infelizmente aqui tem pontos de droga, que a gente sabe, conhece, como policial militar que agi no local aqui, a gente sabe onde eles acabam parando, onde acabam sendo chamados né, para poder buscar ali uma possibilidade de sustento, na droga é e ainda não temos aí um vamos dizer assim, um apoio do poder público para atender essa comunidade né, então o que ocorre é que a gente tem dificuldade nisso, é justamente você fazer com que o poder público acabe atendendo esses, vamos dizer assim dependentes e suas famílias também (...) (PRESIDENTE DO CONSELHO).

Quando questionado sobre as melhorias realizadas no acompanhamento destas pessoas na sua gestão, o presidente do Conselho diz que houve mudanças principalmente por conta da equipe que ele tem hoje, os demais membros do Conselho, que assim como ele estão sempre interessados nas atividades e ações a serem realizadas pelo mesmo. O presidente faz menção a secretária administrativa do Conselho como sendo uma pessoa experiente, além de ser graduada em serviço social, tem, portanto, um conhecimento abrangente. Sem restrições, ele afirma que todos os atuais membros do Conselho se dedicam ao máximo. Além dos membros do Conselho o presidente cita também o apoio do juiz da comarca, que sempre apoia e os atende na medida do possível. Apesar de destacar o empenho de todos que participam do Conselho não citou mudanças em específico.

O presidente foi questionado quanto a sua opinião sobre a participação e o controle social na execução penal e disse entender isso como algo de extrema importância e mais uma vez cita o poder público, que no entendimento dele, desconhece o trabalho realizado pelo Conselho e acredita que isso precisa ser mais divulgado.

Então é de suma importância o trabalho que nós realizamos hoje em prol da comunidade e creio assim que se não houvesse isso seria uma falha muito grande né, uma lacuna que deveria ser preenchida de uma forma ou de outra né (PRESIDENTE DO CONSELHO).

O presidente falou também sobre qual o plano de gestão da atual equipe do Conselho e mais uma vez salientou a necessidade do envolvimento do poder público. Relatou também, em sua visão, que o Conselho ainda não possui uma estrutura para que possa atender todos esses jovens e acabam focando em prioridades. De acordo com ele a “arma” que eles têm hoje é parte advocatícia, pessoas que conhecem a área sociojurídica e podem auxiliar.

O Tribunal de Justiça do Paraná foi um órgão citado pelo presidente, que segundo ele, dá uma possibilidade mínima para atender as necessidades reconhecidas pelo Conselho. Para o presidente, o Conselho caminha a passos curtos para chegar no que realmente seria seu objetivo. Ele considera que no momento encontra-se sem muitas possibilidades de atender com qualidade a essas pessoas e ressalta a necessidade de parcerias com outras instituições públicas e privadas que possam fornecer outras atividades e serviços para essas pessoas. Para ele, a parceria com a Universidade é vista com muito bons olhos e uma boa oportunidade de fazer um trabalho mais técnico.

Além disso, relatou como se deu a parceria com a Universidade Federal do Paraná. Disse que primeiramente a intenção era fazer uma parceria com o patronato de Pontal do Paraná, mas que por outras indicações teve conhecimento da possibilidade de parceria com a Universidade através da professora Adriana Lucinda de Oliveira. Para ele a vinda do projeto de extensão e o convênio com a UFPR permitiu a possibilidade de um maior e melhor atendimento. Com perspectivas de continuidade, o presidente do Conselho diz que esse é o início de um trabalho muito importante que vem rendendo bons frutos. Ele agradece o empenho e dedicação da equipe do projeto e diz que essa parceria trouxe uma “luz no fim do túnel” para o órgão de execução penal.

Foi pedido então que o presidente falasse também um pouco sobre o seu olhar com relação aos direitos humanos e a reinserção social dessas pessoas que violaram a Lei Antitóxicos. Para ele a sociedade em geral generaliza as pessoas e se faz necessário uma discussão mais presente sobre os direitos humanos na comunidade e também sobre a dependência química, que também ainda é muito marginalizada em nossa sociedade. O presidente enfatiza sua crença de que as pessoas que violam a referida lei têm recuperação, mas que o trabalho precisa ser muito profundo se quisermos ter êxito. É necessária muita orientação, pois muitas vezes as pessoas se envolvem com a criminalidade e consequentemente o uso e abuso de substâncias ilícitas por falta de outras oportunidades.

São pessoas que as vezes dependem de uma orientação, depende justamente de possibilidades, no assunto do trabalho, não justifico que ele vai fazer isso né, ou faça

isso, né... “não tenho trabalho não tenho serviço, não tenho uma possibilidade e tenha que fazer por que não tenha essa possibilidade”. Não justifica isso. Por outro lado as necessidades talvez que ele tenha naquele momento faz com que ele procure esse lado, então essas questão, depois que ele sai, depois que ele acaba de uma certa forma respondendo a justiça, ele tem que ser reinserido à comunidade né, esse trabalho tem que ser feito sabe, essa reinserção a comunidade né, e o que a comunidade não entende ainda sabe. Não entende que esse trabalho seria muito positivo para ele, para a comunidade né, que bom se os empresários, que bom se o poder público tivesse hoje um trabalho em cima disso né. Desse, abrisse uma porta para essas pessoas, para que elas pudessem ter uma nova chance de vida, uma nova chance. (...) e não é dado a eles a chance de poder mudar.

Erraram? Erraram. Vão errar várias vezes, mas nós também temos aí o dever também de contribuir e tentar ajuda-los, afinal de contas, a partir do momento que nós ajudamos um cidadão desse nós também vamos nos ajudar, vamos ajudar a comunidade, vamos ajudar o município né, as suas famílias, porquê se a pessoa é de uma certa forma orientada, sentindo que tem apoio, ele também vai mudar a cabeça né, a sua família, seu filho, a comunidade onde ele vive, o bairro onde vive também, ele pode ser o exemplo né e nós infelizmente não damos a oportunidade que tem que ser dada (PRESIDENTE DO CONSELHO).

O presidente afirmou que, em seu entendimento, a reinserção social deve andar junto com os direitos humanos. Para ele, infelizmente uma parte da comunidade entende que eles não têm direitos, que não existe direito para o cidadão que está preso. Porém a pessoa em conflito com a lei tem seus direitos e estes devem ser respeitados assim como os direitos das demais pessoas da sociedade.

Por fim, foi perguntado ao presidente do Conselho se ele entende que há falta de informação para a população e que a população deveria ser mais bem informada com relação ao direitos humanos para que possam entender também o trabalho do Conselho. Ele disse sim, que inclusive muitas vezes as pessoas não compreendem pois nunca precisaram se informar, nunca tiveram um membro da família em situação de conflito com a lei. Segundo ele, deveria ser dessa forma, através da informação e de maior envolvimento por parte da comunidade no Conselho, maior divulgação do trabalho em meios de comunicação como a rádio comunitária e redes sociais, na imprensa, nas escolas estaduais e municipais. Que desde muito cedo as pessoas tivessem contato com a temática dos direitos humanos.

Acho que talvez isso mudasse bastante no futuro a nossa caminhada né, não fosse tão difícil hoje, que nós estamos caminhando com dificuldades. Então, isso é falta de orientação, educação que nós não temos hoje nos colégios essa informação sobre direitos humanos que deveria ter (PRESIDENTE DO CONSELHO)

A fala do presidente do Conselho demonstra uma insatisfação por parte do órgão com o apoio e retaguarda do poder público no que compete as ações realizadas pelo Conselho. Há muita vontade e comprometimento com o trabalho a ser realizado, mas também há um

desconhecimento por parte do próprio Conselho sobre a sua função, sobre a temática de forma geral da execução penal e todas as suas ramificações e também a falta latente de equipe técnica especializada para realmente promover ações que façam com que essas pessoas sejam reinseridas socialmente.

Além das entrevistas a observação *in loco* foi também muito importante para compreender a fragilidade do trabalho do Conselho no acompanhamento e reinserção social destas pessoas em conflito com a Lei 11.343/2006. Uma das iniciativas mais relatada pela secretária do Conselho seria da necessidade da criação de um grupo de apoio para pessoas com dependência química, porém não há equipe técnica para dar início a uma atividade dessa natureza. Fator que demonstrava bastante frustração para a secretária.

Outro fator também levantado na pesquisa foi a falta de motivação de uma parcela considerável destas pessoas. Não só na entrevista, mas por diversas vezes em conversas informais as pessoas foram questionadas sobre suas expectativas de vida e muitas delas sequer sabiam o que responder pois afirmavam não terem expectativas. Essas pessoas encontram-se na faixa dos 40 anos, mas também houve relatos de pessoas entre os 18 e 30 anos que simplesmente não tinham resposta para esse tipo de questionamento.

Uma fala de um dos entrevistados chamou a atenção para a questão da segregação e do tratamento destinado as pessoas em conflito com a lei e de como a justiça exige determinadas condutas sem levar em consideração o contexto de vida dessas pessoas. Quando entrevistado e questionado sobre estar ou não exercendo uma atividade laboral, um dos entrevistados relatou da dificuldade de cumprir a determinação judicial no prazo de 30 dias comprovar emprego lícito, para ele é praticamente inviável visto que muitos são estigmatizados por estarem em conflito com a lei. Segundo ele as empresas não contratam pessoas que revelam estar em cumprimento de pena e/ou medida judicial, para ele, esse é um dos motivos de reincidência, o não ingresso no mercado de trabalho. Para o entrevistado, a justiça faz exigências que são difíceis de cumprir e não tem empatia com a pessoa em conflito com a lei.

Algumas pessoas entrevistadas relataram a inexistência de alguns documentos pessoais e da burocracia exaustiva por parte do poder público para emissão de segunda via, dificultando, por exemplo, o acesso a carteira de trabalho e previdência social e consequentemente um emprego formal.

Um fator interessante observado durante a pesquisa foi com relação ao comportamento e tratamento de algumas pessoas para com a secretaria do Conselho e também aos integrantes do projeto. Demonstravam a exigência de serem atendidas primeiro pois não podiam esperar,

alegando terem compromissos mais importantes, reproduzindo o status de classe por aqueles que não são de classes mais abastadas, mas que se veem em condições melhores em comparação a pessoas com maior vulnerabilidade social e econômica. Sem contar as inúmeras reclamações sobre o fato de terem que ir até o Conselho todo mês para colhimento de assinatura, esse comportamento demonstrou a falta de conhecimento por parte das pessoas acompanhadas de entender que o fato de estarem assinando e não estarem reclusas compete a um benefício concedido pela justiça através de medidas alternativas.

Diante de todo o exposto nesta análise é possível perceber a fragilidade do sistema penal brasileiro e do próprio Conselho da Comunidade e mais ainda, da necessidade de uma reflexão e revisão na política pública de execução penal que precisa parar com esse processo de criminalização da pobreza.

Os noticiários denunciam correntemente dados levantados por pesquisas que apontam o aumento dos índices de diferenciados tipos de violência, crimes e infrações bem como a precariedade do sistema prisional brasileiro. Outros dados veiculados também demonstram que parte significativa da população carcerária é oriunda de famílias em condição de vulnerabilidade social, econômica e educacional, ou seja, os encarcerados têm características historicamente definidas. Em sua maioria são homens, negros ou pardos, com baixa escolaridade e trajetória laboral residual. "Aproximadamente oito em cada dez pessoas presas estudaram, no máximo, até o ensino fundamental" (BRASIL, 2014, p. 58).

É fato que esses dados são construídos e produzidos organicamente por um sistema e uma sociedade marcada pela exclusão, pela divisão de classes, pela propriedade privada dos meios de produção e pela responsabilização do indivíduo por seu "sucesso" ou "fracasso". "É necessário enfrentar estereótipos e padrões que influenciam os processos de criminalização e contribuem para que as pessoas de baixa renda sejam mais vulneráveis ao poder punitivo" (CNPCP, 2015, p. 5). É essa sociedade que produz e reproduz relações de discriminação, exclusão e criminalização dos pobres. O tratamento destinado as pessoas em conflito com a lei cria uma rede de violações e de situações que ampliam a situação de marginalidade das mesmas, tornando-as marcadas pelo passado de crimes. Neste contexto a prisão passa a ser vista como a "habitação do crime", lugar de criminosos, de pessoas inferiorizadas (FOUCAULT, 1977).

A chegada da UFPR no Conselho traz uma outra dinâmica, a ponto de possibilitar uma dissertação de mestrado e uma série de outras ações, estudos, proposições e pesquisas. Trouxe ainda um processo intenso de problematização sobre a criminalização da pobreza, a fragilidade

das políticas públicas nesse território, bem como as diferenciadas determinações que tomam o delito, a violência, as expressões da questão social.

Em um processo contraditório de avanços e retrocessos, a Universidade evidencia seu papel social e a diretoria do Conselho a busca de efetivar um trabalho com essa população. Dessa parceria várias lacunas e dificuldades históricas, sociais, políticas são explicitadas como: o racismo; discriminação de classe; violência; seletividade penal; criminalização da pobreza; ausência de recursos e a desresponsabilização por parte do Estado. Mas em contrapartida abriu caminhos para movimentos de resistência, de debate e reflexão frente a realidade de Matinhos.

Especificamente sobre a Lei 11.343/2006 não há uma rede efetiva de atendimento, que trabalhe com outras políticas e serviços, considerando que está previsto em lei no artigo 4º inciso IX:

A abordagem multidisciplinar que reconheça a interdependência e a natureza complementar das atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas (BRASIL, 2006).

Para tanto, uma série de ações são fundamentais como a prevenção, o combate, o tratamento e a articulação com outras políticas públicas, como a política de saúde e de assistência social, o trabalho em rede dos profissionais destas políticas, articulando o melhor atendimento para essa população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto sistematiza a produção teórica e de campo como parte da trajetória de estudo e pesquisa no Conselho da Comunidade de Matinhos. Pensando no objetivo geral da pesquisa, bem como nos seus objetivos específicos pode-se concluir que a legislação vigente e a discussão acerca deste órgão de execução penal devem ser revistas para que realmente haja a participação da sociedade civil. Este Conselho que atua em Matinhos tem membros proativos, porém faltam recurso para que determinadas atividades possam ser desenvolvidas a fim de garantir não só a fiscalização prevista na lei de execução penal, mas o acompanhamento social e a garantia de acesso a cidadania, potencialidades que o Conselho teria condições de desenvolver se tivesse uma equipe técnica mínima e mais recurso financeiro.

Além disso a rede de serviços pautadas nas diferentes políticas públicas deveria atuar junto ao Conselho de modo que essas pessoas em conflito com a Lei Antitóxicos fossem melhor atendidas e assim reinseridas de fato na sociedade, visto que o problema com o uso e abuso de substâncias psicoativas não se configura somente como um problema de segurança pública, mas de saúde pública também.

Portanto, o Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos vem atuando de forma incipiente na reinserção social das pessoas que violaram a Lei 11.343/2006, tendo em vista a parceria e convênio com a Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, que possibilitou através do projeto de extensão “Conselho da Comunidade em Ação” um acompanhamento social e o alcance de algumas demandas e acesso há alguns serviços e políticas.

Com relação aos dados coletados e analisados, a pesquisa corrobora com os dados nacionais de que as pessoas em conflito com a lei em sua maioria são pessoas pretas e pardas, homens, jovens, sendo estes a principal clientela do poder judiciário. Fator que é fruto dentre vários outros motivos de uma abolição da escravidão tardia e sem nenhum planejamento para com o futuro destas pessoas que a tempos estão caminhando à margem da sociedade.

O racismo se manifesta de diferentes formas e dinâmicas, onde categoriza de forma hierárquica os grupos e populações específicas em detrimentos de outras. É um fenômeno observado ao longo da história, não só pela ação do Estado com suas leis segregacionistas, mas também pela omissão do mesmo para com essas pessoas. Isso fomenta no imaginário social a associação da pessoa negra à desordem e criminalidade, tornando essas pessoas o foco principal do controle social e da repressão. É latente a necessidade de se pensar o racismo no contexto atual não apenas nas desigualdades sociais como também nas dinâmicas criminais que referenciam o negro como o perfil do criminoso e por vezes dificultam o acesso à justiça. Essas

concepções influenciam na construção do perfil de prováveis criminosos em diferentes níveis, desde a pessoa que teme ser vítima de um crime, como a ostensão policial que julga a quem ela deve abordar.

Pode-se verificar também que as pessoas que violaram a Lei 11.343/2006 possuem baixa escolaridade e pouca ou nenhuma formação profissional, o que dificulta o acesso a vagas de empregos formais. Este fato pode vir a acarretar em reincidência, visto que a cidade de Matinhos não possui um mercado de trabalho muito amplo. O território é uma estrutura ampla que compete exigências econômicas, arranjos políticos e atores sociais. A cidade deve ser entendida como um espaço produzido socialmente de acordo com os vários modos de se organizar social e economicamente e onde há a correlação de forças políticas.

Não obstante, boa parte dos entrevistados teve experiências laborais e desenvolveram saberes empíricos que podem abrir horizontes de possibilidades de geração de trabalho e renda. A maioria dos empregos é informal, destacando a precarização e flexibilização do trabalho no sistema capitalista, o que acarreta em uma mão de obra barata e um mercado de trabalho cada vez mais seletivo, excluindo a classe trabalhadora do acesso a bens e serviços e da riqueza socialmente produzida.

Há uma parcela muito pequena de pessoas que já realizou algum curso profissionalizante. Fator este que vem sendo pensado pelo Conselho com relação a parcerias com instituições que disponibilizam tais cursos, de modo a qualificar a mão de obra, contribuindo para a reinserção social dessas pessoas e a não reincidência criminal.

O Conselho vem atuando em parceria com a Universidade Federal do Paraná, que por meio de atividade extensionista com o projeto, vem realizando acompanhamento social e encaminhamentos para os equipamentos da rede de atendimento sócio assistencial e de educação e saúde. Para ampliação do atendimento, se torna indispensável uma equipe multidisciplinar com diferentes áreas de atuação, mas principalmente o Serviço Social, a fim de garantir o acesso dessas pessoas e de suas famílias a outros equipamentos sócio assistenciais e a outras políticas públicas, além de zelar intransigentemente pela garantia dos direitos humanos.

Há também a necessidade de maior informação e até mesmo capacitação dos membros do conselho com relação aos temas e assuntos relativos à execução penal, existe muita dedicação e boa vontade, porém falta capacitação técnica para discutir e pleitear parcerias, projetos, captação de recursos, convênios como o firmado com a Universidade Federal do Paraná.

É importante que tenhamos a sociedade civil participando da execução penal, porém não podemos esquecer que essa participação é também uma forma de controle do Estado, que na figura do juiz de execução, tem o poder de escolha dos membros que estarão à frente do Conselho, portanto é necessário capacitação e uma melhor compreensão desses processos afim de realmente assegurar que estas pessoas que estão sob qualquer sanção penal estejam protegidas, amparadas, e respeitadas pela lei.

O fato destas pessoas sequer terem tido acesso ao seu processo ou não saber como está sua situação processual demonstra uma das dimensões da desigualdade sobre a provisão de bens públicos aqui entendidos como serviços públicos, bem público da justiça, da segurança pública e da execução penal. O acesso à justiça de forma igualitária deve ser parte integrante do exercício da garantia dos direitos e da cidadania. As falhas na aplicabilidade da lei e a seletividade no acesso à justiça determinam até que ponto é possível para o cidadão “comum” exercer sua cidadania com dignidade, o que nos traz indicadores preocupantes de um Estado que se diz democrático de direitos.

Apesar das drogas se apresentarem em todas as classes e níveis socioeconômicos e o tráfico ser uma atividade internacional ambos estão estigmatizados na pobreza, numa cor de pele, numa estética, sendo assim as pessoas criminalizadas e por fim encarceradas são aquelas rotuladas com atributos socioeconômicos e sóciorraciais, enquanto jovens com a mesma quantidade de drogas mas com melhores circunstâncias e outros atributos sóciorraciais são enquadrados como usuários e não submetidos a pena de prisão.

É fundamental pensar em uma mudança de paradigma, de pensar na transição de um modelo que encare as drogas predominantemente como problema de saúde pública e de regulação da sociedade, e não de direito e execução penal. Apesar dessa necessidade, recentemente tivemos um retrocesso na Política Nacional de Drogas, aprovado pelo Senado brasileiro no dia 16 de maio de 2019 projeto de Lei Complementar a Lei 11.343/2006 de fortalecer as comunidades terapêuticas, as internações involuntárias e do modelo de abstinência e também o aumento da pena para o tráfico de drogas de quatro para seis anos. O PLC 37 de 2013 tramitava há seis anos no Senado e este ano foi aprovado.

Pensando no desenvolvimento territorial e aqui visto não só como crescimento econômico mas o acesso a bens e serviços, políticas públicas e sociais é preciso criar ações que realmente interfiram na vida destas pessoas em conflito com a lei para que possam superar essa etapa de suas vidas e poderem vislumbrar outros horizontes que vão além de simplesmente

cumprir sua pena e não reincidir. É importante expandir a relação do Conselho da Comunidade e destas pessoas para além da fiscalização.

Essas pessoas precisam ter seus direitos preservados e mais do que isso, serem reconhecidos pela sociedade como sujeitos de direitos, fator este que muitas vezes é esquecido e estigmatizado como “privilégios para bandidos”. A Constituição Federal de 1988 é bem clara quando trata em seu artigo 5º dos direitos e garantias fundamentais, dos direitos e deveres individuais e coletivos, inclusive das pessoas em conflito com a lei, portanto é inadmissível que hoje ainda precisemos explicar o óbvio, de que mesmo em conflito com a lei, qualquer que seja o delito, a pessoa tem seus direitos resguardados na Constituição Federal e leis correlatas.

Pensar a reinserção social destas pessoas é trabalhar em ações que possam oportunizar acesso amplo a direitos, para que as mesmas possam exercer sua cidadania. É atuar sempre na garantia dos direitos humanos como peça-chave e porta de entrada para o exercício de direitos sociais, civis e políticos. Pensar o desenvolvimento, a sustentabilidade e território como um caminho para resistir à lógica excludente do capital que inclui determinada parcela da sociedade no sistema prisional. Todos nós estamos sujeitos a cometer um delito, um crime, uma infração, e provavelmente a maioria de nós já os fez, mas quem são as pessoas que estão sendo “pegas” e alcançadas pela política de execução penal?

Nesse sentido, reiteramos a importância do papel do Conselho da Comunidade como órgão de execução penal, que com a participação da sociedade civil tem a potencialidade de contribuir para a busca de garantia do acesso aos direitos das pessoas em conflito com a lei e seus familiares. Há que se destacar que a legislação que prevê a criação dos Conselhos da Comunidade (LEP e normativas), não designa ou determina recursos para a operacionalização dessa instância na política de execução penal. Nessa perspectiva, subjacente ao frágil trabalho do conselho da comunidade da comarca de Matinhos no processo de reinserção social, está a ausência de uma equipe técnica direcionada para o desenvolvimento de ações de combate a reincidência, construção de possibilidades de qualificação profissional, retorno aos estudos, acesso a tratamentos a dependência química, entre outros.

A presente pesquisa correlacionou as diferenciadas vulnerabilidades (baixa escolaridade, trabalho informal, contratos fragilizados e flexibilizados, baixa renda, pouca qualificação profissional) da população atendida pelo Conselho da Comunidade com a economia criminal e a violência. Essas determinações incidem no território de Matinhos e expressam a necessidade de políticas públicas articuladas no atendimento da população. Além disso esta pesquisa também deixou clara a dubiedade do Conselho, o tempo todo, alternando

seu papel fiscalizador com a possibilidade de para além da fiscalização contribuir no acesso dessas pessoas as políticas públicas.

A fragmentação das políticas (educação, saúde, assistência social, trabalho, habitação, segurança pública, execução penal, direito a cidade) evidencia a complexidade dos problemas e das expressões da questão social na contemporaneidade. Conhecer a população a partir de seu território e de suas necessidades, conflitos e vivências possibilita uma compreensão ampliada historicamente, politicamente e geograficamente. Nessa perspectiva, é a partir do território construído, da concretude da vida e dos problemas da população que as políticas precisam ser desenhadas. Há muito que se avançar na democratização do acesso à informação e politização para que efetivamente a população participe, faça parte e interfira nas correlações de forças, disputas de poder, acesso a serviços e exercício da cidadania.

O trabalho do Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos no acompanhamento e no processo de reinserção social das pessoas que violaram a Lei 11.343/2006 ganhou contornos mais técnicos a partir da parceria com a UFPR, que tem desenvolvido a partir de uma ação extensionista uma série de ações que compreendem o acompanhamento social, a pesquisa de caracterização das pessoas encaminhadas pelo juiz a esse órgão de execução penal, a busca de ampliação das parcerias para o cumprimento de medidas de prestação de serviço à comunidade, a elaboração de projetos de captação de recursos e a proposição de alternativas de retomada aos estudos, geração de trabalho, qualificação e renda.

Fica evidente também a necessidade e a potencialidade da população de reivindicar um modelo de conselho mais adequado para representação da sociedade civil. Pois a sociedade de fato não está participando do Conselho pois na composição das equipes dificilmente há pessoas da comunidade, mas sim figuras como advogados e assistentes sociais. É preciso diálogo com a comunidade sobre a execução penal.

Há que se destacar ainda o compromisso social e político da diretoria do Conselho, que no momento é composta por um grupo de pessoas que tem utilizado de sua rede de contatos para fortalecer e visibilizar o papel e a importância da participação da sociedade civil no debate da política de execução penal nesse território.

Outro fator importante a se mencionar é a participação da pós-graduação na ação extensionista, posto que não é uma prática recorrente na Universidade e precisa ser fortalecida na perspectiva de realmente articular ensino, pesquisa e extensão. Uma parceria que deu certo e colaborou para a discussão sobre a temática que ainda é nova no meio acadêmico.

Pensando no SISNAD e na sua atuação, conclui-se que o município de Matinhos encontra-se descoberto no que compete a política sobre drogas, uma vez que a rede de serviços e ações de enfrentamentos ou são inexistentes ou simplesmente não funcionam, fator que agrava ainda mais a situação do uso e abuso de substâncias ilícitas marginalizando esses usuários e destinando a eles apenas o alcance da política pública de execução penal.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. D. C. Monopólio Estatal da Violência. In: **Crime, Polícia e Justiça**. Org: LIMA, Renato Sergio. RATTON, José Luiz. AZEVEDO, Rodrigo Ghringhelli. – 1. Ed. 1ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

ANDRADE, F. J. de A. e ANDRADE, R. de. Raça, Crime e Justiça. In: **Crime, Polícia e Justiça**. Org: LIMA, Renato Sergio. RATTON, José Luiz. AZEVEDO, Rodrigo Ghringhelli. – 1. Ed. 1ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

AMARAL, B. P. TOROSSIAN, S. D. Drogas, o que são? Por que usamos? Porque devemos repensá-las. In: **Criminalização ou Acolhimento? Políticas e Práticas de cuidado a pessoas que também fazem uso de drogas**. Editora RedeUnida. 2018.

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização do trabalho? In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU. (1948). “**Declaração Universal dos Direitos Humanos**” (217 [III] A). Paris.

AVRITZER, L. **Impasses da Democracia no Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2016. p. 49-82.

AZEVEDO, R. G. de, *et. al.* Segurança pública e direitos fundamentais. **Direito & Justiça. Porto Alegre**, PUC-RS, 2008.

BALESTRERI, R. **Um novo Paradigma de Segurança Pública. Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios**. Salvador: Edufba, 2010.

BARATTA, A. **Ressocialização ou Controle Social: Uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado**. Universidade de Saarland, R. F. A.) Alemanha Federal, 1990.

BRASIL. Lei 11.343/2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). **Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária**. Brasília DF. 2015.

BRASIL, **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. Comissão para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade. **Cartilha dos Conselhos da Comunidade**. Brasília, DF, 2ª. Edição, 2008.

_____. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Resolução nº 10, de 08 de novembro de 2004**. Brasília, 2010.

_____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização- Junho de 2014/** organização, Renato Campos Pinto de Vito. – Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional. 80p.

_____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização- Junho de 2017/** organização, Marco Vinícius Moura. – Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional. 2019 74p.

BUENO, S. **O Papel da União no financiamento das políticas de segurança pública**. 2017.

CALDEIRA, T. P. do R. **Direitos Humanos ou “Privilégios de Bandidos”?** Desventuras da Democratização Brasileira. Novos Estudos, nº 30.

CARVALHO, V. A. de, *et. al.* Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálysis**, v. 14, n. 1, p. 59-67, 2011.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CATTANI, A. D. Concentração de Renda e Desigualdades. In: **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo. Annablume; Brasília: CNPQ; Salvador: Fapesp, 2013. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

CERQUEIRA, .el da Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2017.

COSTA, D. P. Segurança Pública no Brasil. In: MENDES, S. R.; AGUIAR, J. **Cesar de Segurança Pública**. 2014.

COSTA, A. T. LIMA, R. S. de. Segurança Pública. In: **Crime, polícia e justiça no Brasil** – 1.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

COSTA, I. J. S. **Sentidos e Percursos da Cidadania: estudo das relações entre beneficiários e agentes operadores de políticas sociais em Matinhos/PR**. 2016, 112 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. 2016.

COUTINHO, C. N. **Cidadania e Modernidade**. Perspectivas, São Paulo, 22: 41-59, 1999

DAGNINO, E. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En: **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

CARVALHO, V. A. de, *et. al.* Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálisis**, v. 14, n. 1, p. 59-67, 2011.

DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: **Pesquisa Social: teoria, método de criatividade**. Sueli Ferreira Deslandes; Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 25ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FECOMPAR. Federação dos Conselhos da Comunidade do Paraná. **Caderno Orientativo para os Conselhos da Comunidade do Paraná**. 2016. 73 pg.

FEDERAL. **Lei sobre drogas**. Projeto de Lei Complementar nº 37 de 2013. Lei 13.840 de 05 de junho de 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FREIRE, M. D. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Aurora**, v. 3, n. 1, 2009.

GANEV, E. LIMA, W. de L. Reinserção Social: Processo que implica continuidade e cooperação. **Revista Serviço Social & Saúde**. UNICAMP Campinas, v. x, n. 11, Jul. 2011.

GODINHO, L. Participação e segurança pública. In: **Crime, polícia e justiça no Brasil** /Organização Renato Sérgio de Lima, José LuizRatton e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. – 1.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

GOI, A. M. **O papel da Execução Penal na Reinserção Social do Indivíduo: reflexões críticas em busca da eficiência punitiva**. UNIJUI- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2019, 51p.

IBGE. **Estatísticas por estado e cidade**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/por-cidade-estado-geociencias.html?t=destaques&c=4115705>. Acesso em 20/09/218.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Matinhos**. Fevereiro de 2019. 1-44p.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2015), “**Reincidência criminal no Brasil**”. Relatório final de atividades da pesquisa sobre reincidência criminal, conforme Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça e o IPEA. Brasília, Ipea.

IPEA. **A aplicação de penas e medidas alternativas**. Rio de Janeiro, 2015. Relatório de pesquisa.

IPEA. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro, 2017. Relatório de pesquisa.

JUNIOR, J. F. da M.; MENDES, S. R. AGUIAR, J. C. de. **A Participação Social na Segurança Pública: Fator Interativo numa Relação Simbiótica**. In: Segurança Pública. 2014.

KOGA, D. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Ser. Soc. Rev.**, Londrina, v. 16, n 1, p. 30-42, Jul./ Dez 2013.

LEMGRUBER, J. BOITEUX, L. O Fracasso da Guerra as Drogas. In: **Crime, Polícia e Justiça**. – 1. Ed. 1ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

LIMA, R. K. de. Éticas e práticas na segurança pública e na justiça criminal. In: **Crime, polícia e justiça no Brasil**. – 1.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

LIMA, R. S. de; SINHORETTO, J.; BUENO, S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 123-144, 2015.

LIMA, R. S. PROGLHOF, P. N. **(Re) Estruturação da Segurança Pública no Brasil.** Violência e segurança pública / Guaracy Mingardi (org.). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

LOCHE, A. CARBONARI, F. HOFFMAN, J. S. Avaliação de políticas em segurança pública. In: **Crime, polícia e justiça no Brasil.** – 1.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

LYRA, R. Execução Penal- Ideologia e Discurso Político- tomada de consciência. In: **Criminologia Dialética**, p. 174 a 200. 1972.

MARANHÃO, C. H. Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. In: **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.** Ana Elizabete Mota (org.). – São Paulo: Cortez, 2012. p. 78-104.

MARTINI, M. **A Seletividade Punitiva como Instrumento de Controle das Classes Perigosas.** MPMG jurídico. CESF. Ano III- nº 11- outubro/novembro/dezembro de 2007 3p.

MATINHOS, Conselho da Comunidade. **Estatuto do Conselho da Comunidade da Cidade de Matinhos** - Estado do Paraná, 1998, mimeo.

_____. Informações sobre a cidade. Disponível em: <http://www.matinhos.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=10>. Acesso em 20/09/2018.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da Pesquisa Social. In: **Pesquisa Social: teoria, método de criatividade.** Sueli Ferreira Deslandes; Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 25ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007-2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Departamento Penitenciário Nacional.** Brasília: MJ/DEPEN, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-doinfopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: junho de 2018.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NÓBREGA JÚNIOR, J. M. P. da. A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 35, 2010.

OLIVEIRA, J. A. P. de. **Desafios do Planejamento em Políticas Públicas: diferentes visões e práticas**. RAP Rio de Janeiro 40(2):273-88, Mar./Abr. 2006.

OLIVEIRA, L. R. de. Inserção da Emenda Constitucional 82/14 Repercussões Jurídicas na Segurança Pública. In: MENDES, Soraia Rosa; AGUIAR, Julio Cesar de. **Segurança Pública**. 2014.

OLIVEIRA, A. L. de; SILVA, L. E. da; ESTEVES, L. A. O papel Social da Universidade e o desenvolvimento regional a partir da análise da atuação da UFPR no Litoral Paranaense. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 41, p.252-269, agosto 2017.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Instrução Normativa Conjunta CGJ/TJ-PR – MP-PR nº 01/2014**. Curitiba, mimeo, 2014.

_____. **Instrução Normativa Conjunta CGJ/TJ-PR – MP-PR nº 02/2014**. Curitiba, mimeo, 2014.

PARANÁ. Corregedoria Geral da Justiça. Poder Judiciário do Estado do Paraná. **Prestações Pecuniárias (Conselho da Comunidade)- Alterações no Plano de Aplicação de Recursos e Prestação de Contas**. 121 pg. S. d.

PARANÁ. Provimento nº 68/2005. **Da destinação dos valores das prestações pecuniárias**. 4 pg.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul**. Campina Grande. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_53.pdf

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades Humanas- subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

PERES, U. D. *et. al.* Segurança Pública: reflexões sobre o financiamento de suas políticas públicas no contexto federativo brasileiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 8, n. 1, p. 132-153, 2014.

PERES, Ú. D.; BUENO, S. Pacto Federativo e Financiamento da Segurança Pública no Brasil. In: **Violência e segurança pública** /Guaracy Mingardi (org.). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

RAPHAEL, J. C. **Segurança Pública no Brasil**. In: MENDES, Soraia Rosa; AGUIAR, Julio Cesar de. *Segurança Pública*. 2014.

REIS, A. A. C. dos; *et. al.* Descriminalização das Drogas: é preciso recuperar o espaço público e o direito de viver. In: **Criminalização ou Acolhimento? Políticas e Práticas de cuidado a pessoas que também fazem uso de drogas**. Editora RedeUnida. 2018.

RELATÓRIO DE ANÁLISE I SEMESTRE 2019. Universidade Federal do Paraná Setor Litoral. Projeto de Extensão “Conselho da Comunidade em Ação”. 2019, 37p.

ROCHA, M. A. da. **A atuação dos conselhos da comunidade do Estado do Paraná no processo de execução penal: possibilidades, limites e desafios**. Tese (Doutorado) Londrina, 2017. Universidade Estadual de Londrina, UEL.

RONCONI, L. **Governança Pública: um desafio à democracia**. Emancipação, Ponta Grossa, 11(1): 21-34, 2011.

SÁ E SILVA, F. de. **Entre o plano e o sistema: o impasse da segurança pública**. 2013.

SAQUET, M. A. El desarrollo em uma perspectiva territorial multidimensional. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 2, n.1, p. 111-123, 2013.

SENASP, Secretaria Nacional de Segurança Pública. **RELATÓRIO DESCRITIVO PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA** Perfil das Organizações Estaduais e Municipais de Segurança Pública. 2006.

SHECARIA, S. S. Drogas e Criminologia. In: **Crime, Polícia e Justiça**. Org: LIMA, Renato Sergio. RATTON, José Luiz. AZEVEDO, Rodrigo Ghringhelli. – 1. Ed. 1ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, J. da. Questões atuais em segurança pública In: **Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios**. Salvador: Edufba, 2010.

SILVA, B. MARINHO, F. C. Urbanismo, desorganização social e Criminalidade. In: **Crime, polícia e justiça no Brasil**, 2014.

SILVA OLIVEIRA, B. C. “Nenhum passo atrás”: algumas reflexões em torno da redução da maioria penal. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 131, p. 75-88, jan./abr. 2018.

SINHORETO, J. Seletividade penal e acesso à justiça. In: **Crime, Polícia e Justiça**. Org: LIMA, Renato Sergio. RATTON, José Luiz. AZEVEDO, Rodrigo Ghringhelli. – 1. Ed. 1ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

SINGER, P. O trabalho Informal e a luta da classe operária. In: **Mapa do trabalho informal-perfil socioeconômico trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. JACOBSEN, Kjeld A. MARTINS, Renato. DOMBROWISK, Osmir. Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 11-13.

SOARES, T. F. S. **A Seletividade do Sistema Penal: uma abordagem crítica acerca dos crimes de colarinho branco**. S/D, 17p.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: **Políticas Públicas no Brasil**. HOCHMAN, Gilberto; *et al.* Fio Cruz, 2007.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Modernidade Tardia e Violência. In: **Crime, Polícia e Justiça**. Org: LIMA, Renato Sergio. RATTON, José Luiz. AZEVEDO, Rodrigo Ghringhelli. – 1. Ed. 1ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VIEIRA, P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos**. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

XAVIER, A. R. Políticas públicas de segurança. **CSOnline -REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, n. 4, 2009.

ZALUAR, A. Um Debate Disperso - violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, 13(3) 1999.

ZALUAR, A. Etos Guerreiro e Criminalidade Violenta. In: **Crime, Polícia e Justiça**. Org: LIMA, Renato Sergio. RATTON, José Luiz. AZEVEDO, Rodrigo Ghringhelli. – 1. Ed. 1ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

ZIMERMAN, A. Segurança Pública no Brasil. In: **Políticas Públicas em Debate**. MARCHETTI, Vitor (Org.). São Bernardo do Campo, SP: MP Editora, 2013. 320 p.

APÊNDICE A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ -



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A atuação do Conselho da Comunidade na reinserção social das pessoas envolvidas com a lei 11.343/2006 na comarca de Matinhos - PR

Pesquisador: Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 98134718.9.0000.0102

Instituição Proponente: Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.955.329

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa intitulado "A atuação do conselho da comunidade na reinserção social das pessoas envolvidas com a lei 11.343/2006 na Comarca de Matinhos- PR", sob a coordenação e orientação da Profa. Drª. Marisete Teresinha Hoffmann Horochovskido e a coorientação da Profa. Drª. Adriana Lucinda de Oliveira do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná, com a participação da mestrandia Lázara Luana Otto de Oliveira.

Objetivo da Pesquisa:

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo geral "analisar a atuação do Conselho da Comunidade de Matinhos no acompanhamento e reinserção social das pessoas envolvidas com delitos que tem ligação direta com a Lei 11.343/2006, que prescreve medidas de prevenção do uso indevido e estabelece normas para repressão à produção e o tráfico de drogas."

Objetivos Específicos

"- Analisar a legislação que versa sobre o Conselho da Comunidade, destacando sua constituição, funcionamento e atribuições."

"- Conhecer o Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos – PR e compreender seu papel na reinserção social de pessoas envolvidas com delitos que tem ligação direta com a Lei 11.343/2006."

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - Térreo
Bairro: Alto da Glória
UF: PR **Município:** CURITIBA
Telefone: (41)3360-7259

CEP: 80.060-240

E-mail: cometica.saude@ufpr.br

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Lázara Luana Otto de Oliveira, juntamente com minha orientadora Prof^a. Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski e coorientadora professora Adriana Lucinda de Oliveira da Universidade Federal do Paraná (UFPR), convidamos o senhor (a) para participar desse estudo que busca conhecer a atuação do Conselho da Comunidade em Matinhos – PR, na reinserção social das pessoas envolvidas com a Lei 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD.

- a) A pesquisa busca conhecer e compreender a atuação do Conselho da Comunidade de Matinhos no acompanhamento e reinserção social das pessoas que violaram a Lei 11.343/2006.
- b) Se o(a) senhor(a) concordar em participar será necessário que responda algumas perguntas sobre sua vida pessoal e profissional e sobre como o Conselho da Comunidade tem colaborado para sua reinserção social. As conversas serão gravadas em áudio.
- c) Para tanto o(a) senhor(a) deverá comparecer em espaço privativo do Conselho da Comunidade do município de Matinhos – PR para a realização da entrevista, o que levará aproximadamente 45 minutos. Nesta atividade, será convidado(a) a falar a respeito do acompanhamento que recebe do Conselho da Comunidade no processo de reinserção social.
- d) Caso o(a) senhor(a) experimente alguma sensação de mal-estar durante a entrevista ou se percebemos que alguma pergunta ou lembrança lhe incomoda, sua participação poderá ser interrompida, e juntos, veremos a necessidade de encaminhá-lo(a) para atendimento especializado.
- e) Os riscos relacionados ao estudo são mínimos e estão relacionados ao desconforto ou mal-estar em responder as questões. Se o(a) senhor(a) sentir desconforto ou mal-estar, será levado pela pesquisadora para atendimento no Hospital Nossa Senhora dos Navegantes, localizado nas proximidades do Conselho, sem que tenha nenhum custo financeiro. A pesquisa não realizará nenhum tipo de julgamento moral sobre suas vivências e em nada o(a) prejudicará.
- f) O benefício esperado com essa pesquisa é o de contribuir com o bem-estar da população egressa do sistema penal, por meio do aprofundamento de conhecimento e da proposição de ações e projetos para o Conselho da Comunidade.
- g) As pesquisadoras Lázara Luana Otto de Oliveira (lazaraluana@gmail.com) e Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski (marisetejh@gmail.com), responsáveis por este estudo, poderão ser contatadas para esclarecer as dúvidas que o senhor (a) possa vir a ter e dar todas as

informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo: horário – das 14h às 18h (das 2 horas da tarde as 6 horas da tarde), de segunda-feira à sexta-feira, pelo telefone (41) 3511-8300, ou pessoalmente na Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Rua Jaguariaíva, nº 512, Bairro Caiobá, Município de Matinhos.

h) A sua participação neste estudo é voluntária, ou seja, só se for da sua vontade e decisão, e no caso de não querer mais fazer parte da pesquisa, poderá desistir a qualquer momento e pedir que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

i) Seu nome ou qualquer outro dado que possa identificá-lo(a), será mantido em sigilo e codificado (substituído por apelidos ou números/letras), caso seja usado em relatórios ou publicação. Sua identidade será preservada e mantida sua confidencialidade.

j) As gravações feitas durante as entrevistas (com sua autorização) serão utilizadas unicamente para essa pesquisa e serão destruídas quando a pesquisa for encerrada, em março de 2020.

k) Não haverá despesas para a participação na pesquisa, pois as entrevistas serão agendadas e realizadas no Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos, e o (a) senhor(a) poderá se deslocar por meios próprios. O(a) senhor (a) não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

l) No caso de precisar de ajuda para leitura e/ou explicação sobre esse termo, a pesquisadora se prontifica em estar no Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos, disponível para esse fim, para tirar quaisquer dúvidas. Poderá trazer um familiar ou pessoa de sua confiança para sentir-se mais seguro (a).

Se tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você poderá contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da UFPR, pelo telefone: (41) 3360-7259.

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Data, _____, Local _____

Participante de Pesquisa

Mestranda Lázara Luana Otto de Oliveira

Profª Dra. Marisete T. Hoffmann Horochovski

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA CARACTERIZAÇÃO DE
PERFIL E ATUAÇÃO DO CONSELHO DA COMUNIDADE NO
ACOMPANHAMENTO DAS PESSOAS QUE VIOLARAM A LEI 11.343/2006**

a) DADOS PESSOAIS:

Nome:

Data de Nascimento:

Idade:

Escolaridade:

Estado Civil: (solteiro /casado /união estável / divorciado /viúvo.

Telefone:

Gênero: (masc/femin)

Orientação Sexual: (hetero/bi/homo)

Raça/Cor/Etnia:

Possui todos os documentos pessoais: () sim () não Quais?

b) SITUAÇÃO PENAL

Situação do Processo: Execução de pena/ sanção penal

Regime de pena: aberto/ semi-aberto

Reincidência: () sim () não Delito?

c) EXPERIÊNCIA PENAL

Qual seu tipo de defensor? Dativo/constituído

Você teve acesso ao seu processo?

Recebe ou recebeu anualmente da autoridade penal o atestado de pena a cumprir?

Sabe quanto tempo ainda resta a cumprir?

d) DADOS FAMILIARES

Composição Familiar:

e) SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Possui CadÚnico?

Participa de algum programa social? Qual?

Você e sua família acessam a política de saúde com facilidade?

Quando necessário como faz para obter medicamentos?

Você e sua família acessam a política de educação? Se não, por quê?

Habitação: (própria/ alugada/ cedida/ ocupação)

f) **TRABALHO**

Como se deu o processo de retomada da vida laboral?

Realiza atualmente atividade remunerada?

Se sim, qual a natureza? (formal/ informal)

Quanto é sua renda atualmente?

A quanto tempo realiza essa atividade?

Já realizou algum curso profissionalizante?

Que atividades sabe desenvolver mesmo sem ter realizado um curso formal?

g) **ATUAÇÃO/ACOMPANHAMENTO DO CONSELHO**

Você ou algum familiar já necessitou de acompanhamento de equipe técnica? (psicólogo/ psiquiatra/ assistente social/ advogado).

Se sim, o Conselho colaborou e/ou intermediou esse acesso?

O conselho já te encaminhou para acessar outras políticas públicas? (educação, saúde, assistência social, habitação e outras).

O Conselho já te indicou e/ou encaminhou para algum curso profissionalizante?

O Conselho já te indicou e/ou encaminhou para uma entrevista ou vaga de emprego?

Com relação ao cumprimento de sua pena como você considera o acompanhamento realizado pelo Conselho?

Quais são suas perspectivas e projetos de vida daqui para frente?

**APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO
CONSELHO DA COMUNIDADE NO ACOMPANHAMENTO DAS PESSOAS QUE
VIOLARAM A LEI 11.343/2006**

**Roteiro de entrevista a ser realizada com o presidente do Conselho da Comunidade de
Matinhos.**

Há quanto tempo está na presidência do Conselho?

Como é a história do conselho?

Quais são os maiores desafios que o senhor considera no acompanhamento e fiscalização das pessoas que violaram a lei 11.343/2006?

Quais foram às melhorias realizadas no acompanhamento destas pessoas na sua gestão?

Como o senhor considera a participação e o controle social na execução penal?

Qual é o plano de gestão e acompanhamento para reinserção destas pessoas?

Como se deu a parceria entre a UFPR e o Conselho e como essa parceria está ajudando nessa reinserção social destas pessoas?

Trazer a percepção do presidente sobre direitos humanos e reinserção social.